

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA
FAMILIAR: O CASO DO PRONAF EM AFOGADOS
DA INGAZEIRA-PE.**

LÍGIA ALBUQUERQUE DE MELO

Recife

2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA
FAMILIAR: O CASO DO PRONAF EM AFOGADOS
DA INGAZEIRA-PE.**

LÍGIA ALBUQUERQUE DE MELO

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de doutor. Curso de Pós-
Graduação em Sociologia. Universidade Federal
de Pernambuco. Orientador: **Prof. Dr. Russell
Parry Scott**

RECIFE

2003

Catálogo na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4 - 985

M528r Melo, Lígia Albuquerque de
 Relações de gênero na agricultura familiar : o caso do PRONAF em
 Afogados da Ingazeira- PE. / Lígia Albuquerque de Melo . – Recife, O
 autor, 2003.
 215 f. ; 30 cm.

 Orientador: Prof. Dr. Russell Parry Scott
 Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2003.

 Inclui bibliografia e anexo.

 1. Sociologia. 2. Agricultura familiar. 3. Mulheres – Agricultoras. 4.
 Gênero. 5. PRONAF. 6. Afogados da Ingazeira-PE. I. (Orientador).
 Scott, Russell Parry. II. Título.

 301 CDD (22.ed.)BCFCH2011-16

Ata da Sessão de Arguição de Defesa de Tese de LÍGIA ALBUQUERQUE DE MELLO, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto ano de dois mil e três, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para o **Exame de Tese de LÍGIA ALBUQUERQUE DE MELLO**, intitulada: **“RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO PRONAF EM AFOGADOS DA INGAZEIRA – PE”**. A Comissão foi composta pelos Professores: **Dr. Russel Parry Scott – Presidente/orientador; Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte – Titular Interna – PPGS; Dra. Maria de Nazareth Wanderley – Titular Interna – PPGS; Dra. Maria Fátima Guimarães – Titular Externa – PH História/UFPE; Dra. Zélia Maria Pereira da Silva – Titular Externa – PG Serviço Social/UFPE**. Dando início aos trabalhos o Dr. Russel Parry Scott explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra à autora da Tese, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa da candidata. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar o Dr. Russel Parry Scott, presidente da mesa e orientador da candidata, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Tese por unanimidade**. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretária do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 28 de agosto de 2003.

Eliane Maria Monteiro da Fonte
Russel Parry Scott
Wanderley
Eliane Maria Monteiro da Fonte
Maria Fátima Guimarães
Zélia Maria Pereira da Silva
Lígia

Nota - O sobrenome de Lélia de Almeida e

DEDICATÓRIA

À MINHA FAMÍLIA

AGRADECIMENTOS

Na realização de um trabalho de tese, torna-se impossível não tecermos inúmeros agradecimentos. Tentarei aqui enumerar todos:

Inicialmente, à Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj - na pessoa do então Superintendente do Instituto de Pesquisas Sociais Clóvis Cavalcanti, pela minha liberação para realizar o curso de Doutorado.

Ao meu orientador, Prof. Scott, pela confiança depositada.

Ao Secretário de Produção Rural e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco e Secretário Executivo do Pronaf-PE, Dr. Gabriel Maciel, pelo apoio logístico durante as viagens ao município de Afogados da Ingazeira - PE para realização da pesquisa de campo. Sem esse importante suporte seria difícil fazer a pesquisa empírica da tese.

Ao Secretário Executivo Adjunto do Pronaf - PE, Dr. Antônio Cerqueira, pelas informações prestadas sobre o Programa e pela disposição em ajudar sempre que foi procurado.

Ao Diretor de Extensão Rural da Empresa de Abastecimento e Extensão Rural do Estado de Pernambuco - Ebape-, Dr. Giuberto de Lima Ramos, pelo apoio nas viagens realizadas ao município de Afogados da Ingazeira.

Ao Gerente do Departamento de Produção e Comercialização da Ebape, Dr. Minúcio Monteiro Filho, por ter realizado contactos com o pessoal da Empresa em Afogados da Ingazeira, mostrando a importância do trabalho e a necessidade de a Superintendência local apoiá-lo.

Ao Superintendente Regional da Ebape, Dr. Lucildo, por disponibilizar apoio logístico por ocasião da pesquisa de campo.

Às amigas Izaura Fischer e Mary Alves, pelo incentivo e apoio nas horas mais difíceis no decorrer do curso.

À minha filha Manuela Albuquerque de Melo pela transcrição das fitas das entrevistas realizadas e pela ajuda na pesquisa de campo durante viagem ao município de Afogados da Ingazeira.

Ao meu filho Lucas Albuquerque de Melo, que com apenas 10 anos de idade, prestou suporte técnico nas atividades relacionadas aos programas do PC usados na tese.

Ao meu marido, Francisco Manuel de Melo Filho, e ao cunhado Digerson Manuel de Araújo pela adaptação dos mapas utilizados.

A Valdonilson Barbosa dos Santos pelo apoio técnico.

A todas as mulheres agricultoras, principalmente as que participaram do estudo, pelas informações prestadas e acolhimento durante as visitas realizadas.

A todas e todos, muito obrigada!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	
1.1 Teoria Feminista: uma via de explicação das desigualdades sociais de gênero.....	16
1.2 Gênero e Divisão Sexual do Trabalho.....	25
1.3 O Trabalho da Mulher na Agricultura Familiar: realidade não reconhecida.....	29
1.4 Caminhos Metodológicos.....	35
2. CENÁRIO: O MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA	
2.1 Caracterização Geral.....	57
2.2 Visitando o Município: algumas considerações	65
3. RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA	
3.1 O Exercício do Poder Político Feminino.....	92
3.2 Estrutura Política do Poder Formal Local e o Enfoque de Gênero.....	99
4. A QUESTÃO DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O Pronaf	
4.1 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf.....	105
4.2 Organizações Parceiras na Operacionalização do Pronaf.....	138
5. A FAMÍLIA RURAL: UM <i>LÓCUS</i> DA (RE)PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES E (RE) CONSTRUÇÃO DAS IGUALDADES DE GÊNERO	
5.1 Perfil da Família das Agricultoras Rurais.....	150
5.2 O Trabalho da Mulher Agricultora Familiar: da casa à roça.....	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	203
ANEXO.....	215

RESUMO

Analisar as desigualdades socialmente construídas entre homens e mulheres agricultores(as) familiares, a partir da abordagem analítica de gênero, é o objetivo da tese. As desigualdades de gênero são produzidas e reproduzidas, sobretudo, na família, através do processo de socialização que determina papéis para homens e mulheres ancoradas em valores patriarcais. O modelo de família patriarcal é apropriado pelos programas de desenvolvimento rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – que, apesar de não vetar a participação feminina, não incorpora a perspectiva de gênero. O estudo foi desenvolvido no município de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco, junto às agricultoras beneficiadas e não beneficiadas pelo Pronaf. A metodologia empregada foi de teor qualitativo e teve como técnicas de apreensão dos dados entrevistas semi-estruturadas e análise documental. O estudo aponta que a família rural onde estão inseridas as agricultoras estudadas é um *locus* tanto de produção das igualdades de gênero como de (re) produção das desigualdades. Apesar dos indícios de mudanças no contexto familiar, ainda se apresentam muito fortes os elementos considerados mais tradicionais. A presença de tais elementos não se conforma à redoma do espaço doméstico, mas adentra também o âmbito público das políticas sociais quando elas incorporam esse modelo mais tradicional de família e o naturalizam.

Palavras-Chave: Gênero; Agricultura Familiar; Mulheres; Agricultora; Pronaf; Afogados da Ingazeira/PE.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze socially constructed inequalities between male and female family farmers from a gender perspective. Gender inequalities are produced and reproduced, above all, in the family by way of the socialization process which determines men's and women's rules anchored in patriarchal values. The patriarchal family model is adopted by rural development programs, such as the National Program for Strengthening of Family Farming (Pronaf), which, while not vetoing female participation, does not incorporate a gender perspective. The study was done in the municipality of Afogados de Ingazeira, in the state of Pernambuco, with woman farmers, both participants and non-participants in the Pronaf program. The methodology was qualitative and used semi-structured interviews and documental analysis as the principal data collection techniques. The study shows that, for the rural agriculturalists, the family is the *locus* of the production of gender equality, as well as the (re)productions of inequality. Despite there being indications of changes in the family context, the most traditional aspects are strongly present. The presence of such traditional elements is not reduced to the domestic space, reaching out as well to the public sphere of social policies when they incorporate and naturalize this traditional model of family.

KeyWords: Gender; Family Farming; Women; Farmer; Pronaf; Afogados da Ingazeira/PE

RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO PRONAF EM AFOGADOS DA INGAZEIRA - PE.

INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais de gênero não se constituem fato recente na história da humanidade. Ao contrário, elas são antigas, como são as insatisfações e as lutas das mulheres ocidentais por mudanças nesse sentido. Essas desigualdades, tão abordadas pelo movimento de mulheres quanto pelo ideário feminista, persistem e estão presentes nos diversos contextos sociais: nas sociedades ocidentais ou orientais, desenvolvidas ou subdesenvolvidas, urbanas ou rurais, entre ricos ou pobres, brancos ou negros. Tais desigualdades também percorrem as instâncias do conhecimento científico presente nas produções das várias abordagens do espaço acadêmico, como as da Sociologia, Antropologia, Filosofia, Ciência Política, História, Literatura e Psicologia.

No entanto, em meados do século XIX, época do surgimento da Sociologia e quando época os protestos das mulheres por visibilidade e igualdade já se faziam presentes, teóricos exponenciais daquela ciência, como Herbert Spencer, Émile Durkheim, George Simmel, Max Weber e Talcott Parsons, não incluíram nas suas preocupações a problemática feminina, e quando o fizeram foi através da família e de maneira mais convencional, ou seja, conservadora, acrítica e geralmente associada à “natureza” (Lengermann e Niebrugge-Brantley, 1993). Em Marx e Engels, a questão da mulher aparece embutida no estudo da família, numa análise que associa desigualdade e capitalismo. Já na Sociologia contemporânea, os estudos de família e gênero se fazem presentes nos trabalhos de Pierre Bourdieu, Anthony Giddens,

Danièle Kergoat, Helena Hirata, Heleieth Saffioti, Neuma Aguiar, Mary Castro, entre outro(as).

Reconhecendo a importância de estudar a questão da desigualdade como ponto fundamental no entendimento das relações de gênero, é que se propõe, neste estudo, explicar e analisar as desigualdades de gênero socialmente construídas, principalmente no que concerne à divisão sexual do trabalho em famílias agrícolas rurais, buscando averiguar o reflexo dessa divisão na participação das mulheres em programas de desenvolvimento rural.

A referência empírica da pesquisa contemplou as agricultoras familiares, beneficiadas e não beneficiadas pelo Pronaf, residentes no município de Afogados da Ingazeira, no Sertão do Pajeú – PE. O estudo realizado junto às mulheres ocorreu a partir de entrevistas semi-estruturadas. Além dessas mulheres, fizeram parte dele as lideranças locais, como: sindicato de trabalhadores rurais, associações rurais, grupo de mulheres, liderança religiosa, políticos, representantes do conselho municipal e de organizações governamentais e não governamentais envolvidos com a temática em tela.

A referência teórica deste estudo é a teoria feminista da diferença, que defende a particularidade, a diversidade, e fundamenta-se nos atributos culturais e simbólicos para explicar as desigualdades entre homens e mulheres. Essa teoria aborda a questão de gênero, a partir do conceito formulado por Joan Scott, que define essa categoria analítica como a maneira primeira de significar relações de poder e como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. A escolha por essa abordagem se deve à adequação ao objeto de estudo, que visa explicar as relações de gênero na unidade familiar agrícola, nos âmbitos do doméstico e da produção, relações, essas, sujeitas a mudanças por tratar-se de uma

construção social, e não de um fato “natural”, levando, portanto, a uma análise sob a ótica das relações de gênero, que se expressam tanto em nível simbólico quanto material das relações de poder.

A problemática em questão apóia-se também na combinação das correntes teóricas sobre a divisão sexual do trabalho sistematizada por Hirata (2002a.), associando àquelas o conceito relacional de gênero, que é socialmente construído e que engloba categorias como poder e socialização, esta última abrigando elementos que podem ser indicativos de desigualdades de gênero como também constituir veículo de mudanças.

Perpassa também o estudo a teoria do “reconhecimento” de gênero adotado por Fraser (2001; 2002), que considera a aquisição das transformações das relações sociais de gênero através do reconhecimento das diferenças culturais, ou injustiças culturais e diferenças econômicas ou injustiças sociais contra a mulher. No estudo, esse conceito será útil para analisar as atividades realizadas pelas agricultoras, as quais não são consideradas trabalho produtivo, a exemplo dos afazeres domésticos e as tarefas ligadas à terra executadas na unidade agrícola familiar.

O não reconhecimento do trabalho da mulher na produção agrícola familiar reflete as desigualdades de gênero. O ignorar e negar a condição da mulher como produtora agrícola é internalizado não só por ela, mas pela família como um todo, permeando ainda outros espaços públicos do campo, como o sindicato de trabalhadores e as associações rurais, e indo mais além: quando não é reconhecida pelos programas e projetos de desenvolvimento rural. Essa negação, em cadeia, do não reconhecimento das atividades realizadas pelas agricultoras familiares se explica pelo estabelecimento de desigualdades nas relações sociais de gênero no que tange a divisão social do

trabalho que se dá “naturalmente” via processo de socialização, determinando o espaço doméstico como “lugar de mulheres”, e o da produção como “lugar de homens”.

Tomando como referência contextual o modo social de produção ou agricultura camponesa, ou ainda a chamada agricultura familiar, que tem como características básicas a organização e o trabalho do(a) agricultor(a) na produção, observa-se que a participação da mulher é real, porém sua inclusão pelas políticas públicas acontece de forma desigual à dos homens, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf- que, desconsiderando as relações desiguais entre homens e mulheres, indiretamente, acabou por não incorporar a questão de gênero. Essa omissão acontece de forma sutil, visto que sequer é proibida a participação feminina ou lhe é feita qualquer veto no que diz respeito ao beneficiamento junto à linha de crédito do Pronaf. Tal omissão está pautada no modelo de família tradicional, que naturaliza não só os espaços públicos para homens e espaços privados para mulheres, mas as próprias relações desiguais de gênero. Ao conceber tais categorias do contexto familiar de forma tradicional, o referido Programa acaba por tratar desiguais de forma igual, ou seja, não contempla efetivamente as questões de gênero.

Para desenvolver os temas e discussões a que se alude acima, sobre a questão central da desigualdade nas políticas públicas, aqui, particularmente o Pronaf, o presente estudo apresenta-se em cinco capítulos. O primeiro aborda as diferentes formas como a questão das desigualdades de gênero foi teoricamente trabalhada pela academia, seja via patriarcado, divisão sexual do trabalho e/ou relações de poder. A metodologia em que se apoiou o estudo e os procedimentos adotados também são tratados nessa parte do estudo.

O segundo capítulo contempla o cenário da pesquisa: o município de Afogados da Ingazeira. Nessa parte foi feita uma caracterização do município a partir da sua

origem. Dados gerais sobre a localidade e a sua organização política também foram incluídos.

O terceiro capítulo analisa a forma como as relações de gênero são tratadas pelo poder político local, quando esse poder está representado por uma mulher. Identificam-se aí as formas acessíveis à mulher na representação política local, a maneira como ela se percebe exercendo o poder e como a administração municipal contempla a questão de gênero.

No quarto capítulo analisa-se a inclusão de gênero nas políticas públicas a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. O quinto capítulo enfoca a família agrícola como instituição produtora de igualdade e reprodutora de desigualdades, reprodução, essa, que, tem reflexos nos programas de desenvolvimento rural como o Pronaf.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

1.1 Teoria Feminista: uma via de explicação das desigualdades sociais de gênero

A história do feminismo começa com a insatisfação das mulheres pela sua condição de sujeito subordinado, tido como inferior, socialmente diferenciada, do homem. A sua luta não aconteceu ininterruptamente, mas explodiu ou arrefeceu de acordo com os diversos contextos histórico-sociais.

No Ocidente, por volta do século XVII, mulheres revoltadas com o tratamento discriminatório dado pela sociedade manifestaram descontentamento com a situação que lhes era imposta, através dos “escritos de protesto”. A manifestação das mulheres está exposta nos trabalhos: *The tenth muse lately sprung up in America*, escrito em 1650 por Anne Bradstreet; *The forced marriage*, produzido em 1670 por Aphra Behn; *On the equality of sexes*, vindo à luz em 1790, de autoria de Judith Sargent Murray, entre outras obras.

No final do século XVIII, a inglesa Mary Wollstonecraft, defensora dos princípios roussenianos dos “direitos naturais” dos indivíduos, escreve em 1792 *A vindication of the rights of women* onde denuncia as idéias de Rousseau com relação à mulher, contestando a existência de diferenças “naturais” no caráter ou na inteligência das pessoas (Alves e Pitangy, 1981).

O texto elaborado por Wollstonecraft simboliza a primeira sistematização dos protestos feitos pelas mulheres (Lengermann & Niebrugge-Brantley, 1993). Esse momento da história feminista, ocorrido na Europa e, mais tarde, nos Estados Unidos, é conhecido por estudiosas do feminismo como *querelle de femmes*. Ele aconteceu

entre dois importantes momentos históricos: o Renascimento e a Revolução Francesa (Gomáriz, 1992).

Os protestos das mulheres ocidentais, nascidos nos movimentos feministas continuaram sendo publicados, embora sem muita força, até o final do século XVIII, quando se converteram num esforço coletivo significativo.

Assim, no início do século XIX, o feminismo, termo provém do vocábulo galo ‘feminisme’ para indicar a defesa das mulheres e seus direitos (Gomáriz, 1992), surge como força ideológica e política fluente (Molyneux, 1996). Nesse sentido, as feministas, palavra cunhada por Charles Fourier, defensoras desse movimento vivenciam, ao longo da história das mulheres, momentos diferenciados. Na compreensão de Johnson (1997), o feminismo pode ser entendido tanto de forma restrita quanto ampla.

De maneira limitada, está relacionado à promoção da igualdade entre mulheres e homens, eliminando a teoria sexista e a opressão social. Nesse sentido, o feminismo está associado, por exemplo, aos “primeiros escritos de protestos e ensaios” elaborados pelas mulheres ao longo dos séculos, principalmente na época do Estado Moderno do século XVIII, no bojo da conjuntura histórica da Revolução Francesa, cujas idéias centrais eram liberdade, igualdade e fraternidade. As mulheres participavam ativamente e reivindicavam o lugar que lhe era negado. Nessa época, a maioria dos pensadores, mesmo defendendo o direito das pessoas à cidadania, não o reconhecia para as mulheres.

O interesse pelos escritos feministas era, na época, praticamente apenas das mulheres, porém, no século XIX, John Stuart Mill escreve, em 1869, em parceria com a amiga Harriet Taylor, o ensaio *The subjection of women*, que trata da inferioridade feminina. O trabalho de Mill e Taylor seguia a linha democrática-liberal, centrando-se

na busca pelos dos direitos iguais para as mulheres. Aliás, essa também era a visão de Wollstonecraft e outras escritoras feministas de então.

No início do século XX, obras exponenciais são elaboradas com o objetivo de promover a igualdade das mulheres com relação aos homens. Entre as várias obras surgidas podemos citar *A room of one's own*, de autoria de Virgínia Woolf. Nesse ensaio, publicado na Inglaterra no ano de 1929, a feminista analisa a condição da subordinação feminina, apontando a opressão familiar e o sistema patriarcal como obstáculos ao desenvolvimento da mulher. “O segundo sexo”, escrito por Simone de Beauvoir no final da década de 1940, na França, constitui outro grande exemplo. Produzido no contexto histórico do existencialismo, o livro aponta razões culturais para a desigualdade sexual. Outra obra monumental, “The feminine mystique”, foi escrito nos anos 50 do século XX, pela norte-americana Betty Friedan, seguidora das idéias de Beauvoir.

No sentido mais amplo e mais profundo, o feminismo está relacionado a uma grande variedade de enfoques usados para observar, analisar e interpretar as maneiras complexas como a realidade social dos sexos e a desigualdade entre eles são construídas, impostas e manifestadas. Esses enfoques geram teorias e metodologias de pesquisa distintas (Johnson, p.109). Nesse sentido do termo, pode-se incluir as teorias feministas elaboradas no mundo acadêmico contemporâneo, nacional e internacional, a partir da década de 1960. Fazem parte desse cenário teórico feminista internacional Doroty Smith, Nancy Chodorow, Gayle Rubin, Michelle Rosaldo, Sandra Harding, Jane Flax, Nancy Fraser, New Caroline, Linda Nicholson, Joan Scott, entre outras.

Na produção acadêmica brasileira, foi pioneiro o estudo elaborado pela socióloga Heleieth Saffioti, que produziu, no ano de 1967, o trabalho *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Como ela, outras brasileiras contribuíram e

contribuem para o desenvolvimento da teoria feminista, como: Rose Marie Muraro, Eva Blay, Fany Tabak, Elizabeth Souza Lobo, Cristina Bruschini, Lia Zanotta, Neuma Aguiar, Albertina Costa e Mary Castro, para citar algumas.

A teoria feminista aborda, em geral, as desigualdades no que diz respeito ao gênero. No centro dos seus estudos está a condição das mulheres na sociedade, visando ao alcance dos seus direitos à sua emancipação. É inovadora, no sentido de ter partido da experiência das próprias mulheres e por não buscar unicamente o exame da sua problemática, ou simplesmente incluir o diagnóstico da condição feminina, mas conectar explicitamente esse diagnóstico à busca de caminhos para transformar essa situação (Gomáriz, 1992).

Há uma incessante discussão epistemológica no meio acadêmico sobre se existe, de fato, uma ciência feminista com origem própria, surgida da experiência das mulheres, ou se ela é apenas um enfoque teórico presente em cada uma das ciências¹. Para Harding (1990), faz-se necessário a existência de uma epistemologia feminista, visto que esta funciona como estratégias de justificação, uma espécie de códigos morais, que se apresentam desafiando ‘o poder legitimador’ no domínio do conhecimento. É também uma forma de as feministas se defenderem contra os discursos tradicionais do objetivismo e do interpretacionismo.

No contexto acadêmico, há várias classificações para incluir o complexo corpo teórico feminista, até agora produzido. As várias abordagens feministas estão geralmente dispostas em múltiplas taxionomias, construídas como opções metodológicas assumidas por alguns autores para descrever e analisar a teoria feminista. Entre os vários esquemas analíticos, encontram-se: Scott, 1991; Barbieri 1993; Lengermann e Niebrugge-Brantley, 1993; Fraser, 1995; e Miguel, 1995.

¹ Sobre esta discussão ver, Mendes (2002).

De forma geral, se pode dizer que a teoria feminista norteia-se por duas grandes discussões explicativas da condição feminina na sociedade: a da igualdade e a diferença. A partir desses dois parâmetros discursivos pode-se identificar a presença de abordagens tais como: a do patriarcado, a marxista, a liberal, a psicanalista, a pós-estruturalista, cada uma com a sua própria argumentação justificativa e explicativa. Abre-se um parêntese aqui para ressaltar que a abordagem do patriarcado², que explica as diferenças de gênero via opressão/dominação masculina, já foi uma das abordagens mais requisitada, mas hoje não consegue atrair tantos adeptos quanto no passado. Isso ocorre, talvez porque o patriarcalismo conduz de certa forma, a um congelamento de categorias pela fixidez com que considera a estrutura, ao explicar a opressão e discriminação das mulheres basicamente pela dominação masculina, ao contrário do feminismo pós-estruturalista, que se apresenta mais flexível ao analisar via desconstrução de categorias. Desconstrução, essa, que não significa (Scott, 1999) a aniquilação de todos os valores e diferenças, mas uma tentativa de seguir os efeitos sutis e poderosos que englobam as diferenças e desigualdades.

O feminismo da igualdade³, defendido pelas feministas mais clássicas, predominou aproximadamente até os anos 60 do século passado. Chamado de “primeira onda do feminismo”, essa discussão denunciava as desigualdades e as discriminações a partir de idéias universalistas, essencialistas. Essencialismo entendido como identidade fixa, concepção que vigora desde o Iluminismo. Nesse sentido, o sujeito do Iluminismo era percebido de forma muito “individualista”, a pessoa era

² O patriarcalismo, no sentido weberiano clássico (Weber 1964: 184), é a situação em que, dentro de uma associação, na maioria das vezes econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa de acordo com determinadas regras hereditárias fixas. Essa pessoa é do sexo masculino, o patriarca, e exerce a autoridade. Nesse sentido, o sistema patriarcado remete a uma divisão sexual que Weber considera “normal”.

³ Podemos citar como teóricas do feminismo da igualdade: Virginia Woolf, Betty Friedan, Harriet Taylor, entre outras.

entendida como unificada e centrada, e usualmente era descrito como masculino (Hall, 2001). Na concepção feminista, o “essencialismo significa projetar sobre todas as mulheres e homens qualidades que se desenvolvem sob condições sociais historicamente específicas” (Fraser e Nicholson, 1990: 28). Desse modo, o essencialismo, em grande parte, está associado ao determinismo biológico. Sob esta concepção, as mulheres possuíam certas características imutáveis, “inerentes ao feminino”, que estariam ligadas a aspectos relacionados à força física, à inteligência e às afetividades, utilizadas para manter as desigualdades entre homens e mulheres.

As feministas da igualdade partiam do princípio de que homens e mulheres são indivíduos iguais, independentemente do seu sexo, e deveriam gozar dos mesmos direitos civis, sociais e políticos. Uma das críticas feitas às feministas da igualdade é que elas consideravam as mulheres de forma homogênea, universal, sem perceber as suas próprias diferenças. A referência de mulher, usada por tais teóricas em suas análises, era a da mulher ocidental, de pele branca, européia e de classe média alta. Desconsideravam-se assim as diferenças de: raça, classe social, preferência sexual e etnia (Fraser, 1995; 2001).

O feminismo da diferença, ao contrário do universalismo empregado pelo feminismo da igualdade, defende a particularidade e a diversidade. Seu momento inicial acontece na década de 1970 e fundamenta-se nos atributos culturais e simbólicos para explicar as desigualdades entre homens e mulheres. Nessa discussão, as diferenças sociais entre eles e elas estão relacionadas a outras importantes distinções, como acima mencionadas, desconsideradas pelo feminismo da igualdade.

Esse momento do feminismo da diferença é também chamado de “feminismo cultural”. Trata-se de uma postura que se opôs à desvalorização da mulher não só

através do reconhecimento das diferenças de gênero, mas também da revalorização da feminilidade (Fraser, 1995).

É nesse novo contexto da diferença, surgido aproximadamente no final da década de 1970, período de grande efervescência epistemológica entre os pesquisadores sociais, considerado por alguns deles como fase de mudança real de paradigmas científicos, que aparece na teoria feminista o termo “gênero” que “(...) baseia-se na idéia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é realizada pela cultura” (Heilborn, 1995: 9). Os estudos feministas, nessa época, cunhados pela expressão “estudos de mulheres”, passam a ser denominados de “estudos de gênero”, considerando agora as relações socialmente construídas entre homens e mulheres.

Enfim, o termo “gênero” aparece não só para ampliar o campo investigativo, agora considerando também os homens, mas para legitimar os estudos na academia (Scott, 1991). A amplitude que envolve o conceito é também abordado por outras feministas, como Barbieri (1993: 5), que assim se expressa: “Gênero é mais do que estudar aspectos da vida da mulher ou das mulheres e dos homens. Demanda dar espaço à busca de sentido do comportamento de homens e mulheres como seres socialmente sexuais”.

O conceito de gênero, como desigualdade socialmente construída, embora aparecesse nos anos 70 do século XX, já se encontrava manifestado na famosa afirmação de Simone Beauvoir (1949): “não se nasce mulher, torna-se mulher”, na obra “O segundo sexo”, publicado em 1949. O conteúdo daquela assertiva preconiza que o feminino não é dado pela anatomia dos corpos, mas envolve construção social (Heilborn, 1995; Saffioti, 1999). Outras teóricas feministas que entenderam as

desigualdades de gênero como socialmente construídas são Michelle Rosaldo (1995) e Joan Scott (1989).

A antropóloga Michelle Rosaldo, no ano de 1980, em suas discussões, percebia a necessidade de passar do caráter fixo e permanente da oposição binária que prevalecia nos estudos feministas, para uma visão ampliada do conceito de gênero. Ela rejeitava a universalidade e o essencialismo⁴ dos modelos apresentados para o feminismo, assim como a busca de origens da condição feminina.

Em relação às autoras citadas acima, o conceito de gênero apresentado pela historiadora norte-americana Joan Scott (1989) assume uma maior complexidade e abrangência. Scott, como outras teóricas feministas, a exemplo de Fraser (2001), afirma que não se pode tocar exclusivamente as diferenças de gênero. Ao contrário, é necessário que gênero - como categoria social - interaja com outras, igualmente diferenciadas. Pensando assim, Joan Scott rejeita as análises que partem de uma oposição binária entre os sexos. Ela reverte e desloca essa construção hierárquica pela via do pós-estruturalismo francês, através do desconstrucionismo de Jaques Derrida e da análise de poder de Michel Foucault.

A teórica historiadora constrói seu conceito de gênero a partir de duas proposições interligadas: “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”, e “gênero é uma forma primeira de significar relações de poder” (Scott, 1989).

⁴Embora Rosaldo repudiasse qualquer noção calcada numa visão essencialista, algumas autoras a acusam de não conseguir livrar-se desse viés, visto que considera o poder feminino na sociedade sempre como algo ilegítimo, desorganizado e desprovido de autoridade e também por ser comum em todas as sociedades a separação entre uma esfera doméstica e uma pública, a primeira associada às mulheres, e a outra aos homens (Fraser e Nicholson, 1990).

Na primeira proposição, Scott utiliza quatro elementos inter-relacionados para explicar como as desigualdades de gênero se estabelecem nas relações sociais. O primeiro elemento refere-se aos “símbolos culturais” disponíveis na sociedade, que evocam representações múltiplas da mulher, muitas vezes contraditórias. O segundo trata dos “conceitos normativos” expressos na religião, na educação, na ciência, na política, no direito, e tomam a forma de uma oposição binária que afirma o sentido do masculino e do feminino. O terceiro elemento se refere às “organizações e instituições sociais”; e o quarto é a “identidade subjetiva”.

Na segunda proposição, a autora define gênero a partir de relações de poder, e não de um único poder unificado, preso a uma estrutura social, centralizado, mas, ao contrário, vinculados à existência de uma gama de poderes que são exercidos por homens e mulheres nas diversas relações por eles estabelecidas.

O conceito de gênero apresentado por Joan Scott foi o adotado por este estudo, escolha que se justifica por essa abordagem se justifica por se apresentar como a melhor alternativa teórica para analisar as mudanças ocorridas nas relações sociais desiguais de gênero nas unidades familiares agrícolas, relações produzidas no cotidiano das mulheres agricultoras e perpassadas pelo poder, aqui entendido a partir da concepção de micropoder, formulada por Foucault (1982; 1997), isto é, para além das dimensões do Estado e das leis e concebido como elemento presente na essência dos discursos. Ou seja, considerando a existência de graus diferenciados de poder em cada sujeito, seja homem ou mulher.

Sendo assim, analisar as relações de gênero na agricultura familiar como, essencialmente, relação de poder é, pois, admitir o seu exercício pela mulher agricultora nas esferas cotidianas familiar e de trabalho.

1.2 Gênero e Divisão Sexual do Trabalho

As desigualdades sociais de gênero, que se expressam nas mais diversas formas de injustiça contra as mulheres, também estão presentes na esfera do trabalho, o que remonta, conseqüentemente, à divisão social e sexual daquele.

A categoria trabalho faz parte das preocupações da Sociologia desde o surgimento dessa Ciência, em meados do século XIX, através dos estudos clássicos apresentados por Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Do mesmo modo, a categoria de análise constitui uma das preocupações das teorias feministas.

O trabalho é uma categoria de difícil definição. Os estudos que a abordam, geralmente se referem à sua divisão através da separação entre os espaços de trabalho e de moradia, com ênfase para o trabalho no sentido da execução das tarefas realizadas pelos indivíduos na composição do processo produtivo. Porém, a relação entre o trabalho doméstico e o profissional, entre família e assalariados parece ser objeto de preocupação de certo número de estudos sociológicos e históricos, principalmente aqueles de índole feminista (Hirata, 2002).

Nas teorias feministas, como também na sociológica, a categoria em questão aparece com destaque. Porém, a mais antiga das preocupações é com a divisão sexual do trabalho⁵, que aborda de maneira descritiva, no contexto de estudos sobre a mulher, e de forma analítica ou relacional, nos de gênero.

⁵ A categoria trabalho sob o enfoque da divisão sexual daquele aparece no final da década de 1960 com o estudo apresentado por Heleieth Saffioti (1969). Porém, a partir dos anos 70 do século XX, a produção acadêmica brasileira sobre o tema amplia-se: Abramo (2002); Aguiar (1984); Brumer (1990; 2000); Bruschini (1982; 1992); Carneiro (1981); Castro (1992; 1996); Hirata (1986; 2000; 2002a; 2002b); Lobo (1991); Paulillo (2000).

Para Hirata (2002), é importante considerar sempre a divisão sexual do trabalho porque, assim, se exclui qualquer risco de eliminar o trabalho doméstico e sua imbricação (objetiva e subjetiva, individual ou coletiva) com a atividade assalariada.

A divisão sexual do trabalho, que reflete desigualdades de gênero, tem, no campo da Sociologia, apresentado várias explicações que nem sempre são mutuamente excludentes como as oferecidas em termo de desigualdade, de dominação, de construção social das diferenças de sexo. Porém, atualmente, dispomos de duas grandes teorias da divisão sexual do trabalho que se opõem e divergem. A primeira estaria mais associada a uma conceituação quanto a de ‘vínculo social’, enquanto a segunda remete mais a uma conceituação em termos de ‘relação social’ (Hirata; 2002).

A teoria da divisão sexual do trabalho relacionada ao ‘vínculo social’ vem tomando, no desenvolvimento da teoria sociológica, a forma de paradigmas como: solidariedade orgânica, complementaridade, conciliação, coordenação, parceria, especialização e divisão de papéis. Entre esses paradigmas explicativos da divisão do trabalho entre homens e mulheres a solidariedade orgânica, a complementaridade entre aqueles e aquelas e a especialização dos papéis sexuais podem assumir um ‘modelo tradicional’, em que o papel doméstico e familiar é de responsabilidade das mulheres. Esse modelo, presente há muito tempo na Sociologia, foi seguido pelos pensadores funcionalistas, a exemplo de Parsons. Ele defendia a família como um elemento fundamental para a estabilidade social. Para esse teórico, a família é o meio principal na vida das crianças e dos adultos. Sobre a divisão sexual do trabalho, Parsons (1954) argumentava que não seria viável a competição entre pais, o que geraria tensão, razão porque separados homens e mulheres não poderiam competir igualmente nas ocupações. Como mecanismo ideal da divisão dos papéis por sexo, ele sugere à mulher

os cuidados com a família, e ao homem com a vida pública. O papel da mulher, para esse teórico, sugere uma relação e ligação normal com a esfera.

A teoria do ‘vínculo social’ também pode estar associada a um ‘modelo de conciliação’ entre a via profissional e a familiar, porém, a realidade vem mostrando que tal ‘conciliação’ é praticada quase que exclusivamente pelas mulheres. A teoria do vínculo inclui ainda o ‘modelo de parceria’, que defende a parceria entre homens e mulheres na realização das tarefas doméstica e dos profissionais.

A segunda teoria da divisão sexual do trabalho, ao contrário da primeira, que analisa a mulher de forma isolada, conceitua aquela divisão em termos de ‘relação social’. Baseia-se na idéia de uma relação antagônica entre homens e mulheres, hierarquizada, desigual e assimétrica, onde a opressão/dominação está fortemente contida. Nessa teoria, a divisão sexual do trabalho é um aspecto da sua divisão social, e está permeada por relações hierarquizadas de poder. Além disso, a divisão sexual do trabalho é sempre indissociável das relações sociais entre homens e mulheres.

A teoria da ‘relação social’ é seguida pela corrente marxista baseada nas idéias de Marx e Engels sobre a divisão sexual do trabalho. A divisão social do trabalho, introduzida no modo de produção capitalista, propicia a divisão sexual daquele (Engels, 1984), atribuindo-se à mulher a responsabilidade pela reprodução, pelo trabalho doméstico⁶, realizado para a família e no espaço da moradia ou ao redor dela, e ao homem, a produção, o trabalho gerador de riquezas, criador de valor, desenvolvido longe da casa, no espaço público⁷. Na concepção capitalista, o trabalho

⁶ O trabalho doméstico envolve um conjunto de atividades que se realizam em dois níveis: no primeiro, são executadas cotidianamente todas aquelas tarefas que permitem ao trabalhador descansar e renovar suas forças para o trabalho produtivo do dia seguinte. No segundo nível, situam-se atividades implicadas na formação de uma nova geração de trabalhadores para a sociedade, envolvendo a gravidez, o parto, a guarda, a proteção e a socialização dos filhos (Bruschini & Rosemberg, 1982).

⁷ Há um antagonismo valorativo entre os lugares da reprodução e da produção. O trabalho produtivo entendido como o lugar comum, o próprio mundo, a rua. Ou seja: o social, o que tem a ver com o

produtivo exclui trabalhos como o doméstico, que criam bens de consumo e serviços destinados a satisfazer as necessidades humanas.

A divisão sexual do trabalho, de acordo com o modo de produção capitalista, determinou algumas desigualdades de gênero quando, por exemplo, encarregou a mulher do desempenho de atividades desvalorizadas, não reconhecidas como trabalho, ao contrário do homem, responsável pela produção. Isso porque, nesse modo de produção, o trabalho é identificado como atribuição do homem, uma vez já que o trabalho reconhecido é aquele dito produtivo.

Quando do surgimento do sistema capitalista, geralmente não se fazia referência à mulher como trabalhadora, “produtora”, visto que não havia reconhecimento do seu desempenho doméstico como trabalho. Na teoria marxista, a questão da subordinação e discriminação da mulher era vista no sentido da exploração que ela assim como o homem, sofria como consequência daquele modo de produção. Tanto Engels quanto Marx, embora discutissem a inclusão da mulher no trabalho produtivo, não deram importância ao trabalho doméstico. Isso se explica pela referência que esses autores utilizavam em suas análises - o modo de produção capitalista - onde não havia espaço para o trabalho doméstico, considerado improdutivo. Assim, suas análises giravam em torno do trabalho que gera o que Marx chamou de mais-valia, aquele que contribui para o aumento do capital. Pena (1981) acha mesmo que a teoria marxista considerou gênero irrelevante como indicador de posição social. Segundo a autora, o fato de o marxismo não relacionar a produção com

artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Esse é o lugar adequado para a liberdade, a realização e a honra. É o lado do exterior, do direito, do seco. De modo diferente, a esfera privada estaria associada ao individual, à intimidade, à afetividade, às tarefas domésticas, os trabalhos privados, escondidos, e até mesmo invisíveis. A esfera privada estaria vinculada à necessidade, à futilidade e à vergonha, embora tais condições não fossem exclusivas (Da Matta, 1991; Bourdieu; 1998 Arendt, 1997).

a família o impediu de dar uma explicação satisfatória sobre o uso do trabalho feminino como um recurso de expansão da mais-valia absoluta.

Considerando a sistematização das teorias sobre a divisão sexual do trabalho elaborada por Hirata (2000), a via teórica da ‘relação social’ foi a eleita como a melhor para este estudo, por estar baseada no antagonismo, na assimetria vigorante nas relações sociais de gênero, as quais são permeadas pelo poder. A partir dessa teoria da divisão sexual do trabalho, será possível identificar mudanças nas relações de gênero vivenciadas pela mulher agricultora familiar nos espaços de trabalho em que ela atua: no âmbito do doméstico, com os familiares (marido, filhos) e no trabalho dito produtivo, realizado na agricultura familiar e em outras atividades.

1.3 O Trabalho da Mulher na Agricultura Familiar: realidade não reconhecida

O modo social de produção denominado de agricultura familiar⁸, agricultura camponesa, agricultura de sobrevivência ou pequena agricultura, cujo trabalho está baseado na família, conta com a participação efetiva da mulher. Apesar disso, particularizando a realidade do Brasil, seu trabalho nem sempre tem o reconhecimento dos seus, dela própria e dos programas criados para atender essa forma de produzir.

A agricultura familiar é praticada mundialmente, inclusive pelos países que ostentam os melhores índices de desenvolvimento humano, como o Japão e os Estados Unidos. É o modo predominante de produção da agricultura brasileira⁹, tem sido no

⁸ Desde o início dos anos 90 da passada centúria, o uso da expressão agricultura familiar tem ampla aceitação, tanto no meio acadêmico como entre os técnicos e os próprios agricultores (Paullilo, 2000).

⁹ Do total de estabelecimentos agrícolas brasileiros, 85,4% pertencem à categoria familiar, segundo dados da FAO/Inra (Guanziroli, 2001).

ano de 2003, o responsável por cerca de 10% do Produto Interno Bruto - PIB - do País, segundo dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada IPEA.

A agricultura familiar é uma idéia genérica (Lamarche, 1998; Wanderley, 1997). Segundo Wanderley (1997:4), trata-se de uma categoria necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume grande diversidade de formas sociais. Esse modo de produzir possui autonomia econômica, expressa pela capacidade de prover a subsistência do grupo familiar através do atendimento às necessidades imediatas e à reprodução das famílias pelas gerações subseqüentes. Neves (1994) reconhece a agricultura familiar como expressão descritiva e politicamente classificadora de um segmento de produtores rurais que, no entanto, a visão da autora, carece de um conceito. Nessa condição, a agricultura familiar agrupa várias características que lhe garantem o reconhecimento como modo de produção, muitas vezes, contraposto à grande produção. O maior destaque dessa agricultura encontra-se na sua importância como unidade produtiva.

A expressão agricultura familiar não constitui unanimidade reunindo diferentes pontos de vista de intelectuais que estudam a área rural e de técnicos da esfera governamental, e, assim, sofre desdobramentos de entendimento, passando a ser concebida sob diversas formas. Acrescente-se, ainda, que a agricultura familiar, particularmente a brasileira, soma heterogeneidades regionais em relação ao meio ambiente, à condição dos produtores, à aptidão para trabalhar à terra e à infra-estrutura disponível. Independentemente da variedade de tipologias existentes nessa modalidade de agricultura, são básicos, nesse modo social de produzir, a organização e o trabalho do (a) agricultor (a) na produção.

Do mesmo modo que ocorre com “agricultura familiar”, os produtores que a ela se dedicam também recebem nomenclaturas variadas, como, por exemplo: pequeno produtor familiar, produtor pluriativo e camponês.

Apesar dos vários tipos de unidades de produção familiar no Brasil, com características predominantes modernas ou tradicionais, existe ainda um mito em torno desse modo de produção. Quando a referência é a agricultura familiar, muitas vezes a imagem social que se tem dessa unidade de produção é a de uma agricultura atrasada, de menor competitividade, de baixo rendimento econômico, com tecnologia ultrapassada, produção em pequena escala, que serve basicamente para atender às necessidades da família. É fato que grande parte dos estabelecimentos desse tipo familiares da Região Nordeste do País mantém características semelhantes àquelas. Porém, é importante frisar que tais unidades de produção não estão engessadas, e mesmo mantendo características tradicionais, sofreram influências das mudanças na sociedade. Essas unidades adotaram modos de vida e de trabalho urbanos, num processo de redefinição do rural, em decorrência desses “não se constituir como essência, imutável, que poderia ser encontrado em cada sociedade. Ao contrário, é uma categoria histórica, que se transforma” (Wanderley, 2000:88).

Na agricultura familiar, as relações desiguais de gênero evidenciadas na divisão sexual do trabalho, e que desvalorizam as tarefas executadas pelas mulheres, não se apresentam de forma diferente. Nesse tipo de agricultura, a divisão do trabalho é marcada pela atividade produtiva da roça e o trabalho reprodutivo em casa. De maneira mais específica, essa divisão contempla quatro componentes: a roça, a casa, a criação e o quintal (Carneiro, 1981; Heredia, 1979). A roça é a área de terra plantada, o lugar definido socialmente como do homem. É o local onde as relações de poder são mais exercidas pelo masculino. A casa é o lugar administrado pela mulher. É nesse espaço

que ela encontra maior possibilidade de exercer poderes. Já a criação de animais, diferentemente do acima referido, aparece como “uma atividade que se apresenta segmentada em esferas masculinas e femininas, pois a criação de gado é da responsabilidade do homem e a criação de miunças (animais de pequeno porte) é de responsabilidade da mulher” (Garcia Jr. 1989). Do mesmo modo, o quintal da casa também aparece como lugar um tanto ambíguo no sentido da divisão sexual do trabalho.

As famílias produtoras agrícolas mantêm o espaço doméstico como principal lugar de trabalho da mulher e igual forma que atribuem ao homem a responsabilidade pelo trabalho desenvolvido na agricultura. A participação secundária da mulher na agricultura familiar resulta na invisibilidade “socialmente construída e intimamente relacionada com sua organização” (Carneiro, 1981:2), ou seja, no não reconhecimento e no encobrimento da sua participação na agricultura familiar. O fato de a mulher não exercer o mando do estabelecimento agrícola torna invisível sua participação (Brumer, 1990).

O não reconhecimento do trabalho feminino na agricultura familiar está processado, muitas vezes, nas mentes não apenas dos homens, como das próprias mulheres, evidenciando o forte processo de socialização¹⁰ via disposições internalizadas, denominadas de *habitus* por Bourdieu (1999a; 1999b). Eles (homens) reconhecem que as mulheres trabalham na roça, mas desempenham apenas o papel de “ajudante” (Heredia; 1979; Carneiro; 1981) porque ao contrário dos homens, elas dedicam menos horas às tarefas ligadas à produção dada a própria incumbência dos

¹⁰ Entende-se por socialização os processos pelos quais os seres humanos são induzidos a adotar os padrões de comportamento, normas, regras e valores do seu mundo social (Outhwaite e Bottomore, 1996).

afazeres domésticos. O reconhecimento é dado somente ao fato de sabê-las responsáveis pelo trabalho doméstico, o que implica, visivelmente, a manutenção das relações desiguais de gênero.

Na concepção de família, a mulher é submetida a uma generalidade que dificulta a sua individualização. Essa é uma realidade que se arrasta através do tempo. Rousseau (2001), discutindo cidadania na obra “O Contrato Social”, considera como cidadão o homem. A cidadania referia-se antigamente ao pai de família e posteriormente, ao homem, independentemente da sua condição civil. A mulher pensada por Rousseau não devia fazer parte do contrato social, pois sua vontade estava representada pelo homem, fosse ele pai ou marido. Conforme as necessidades do pacto, a mulher devia tornar-se uma boa dona-de-casa, formadora de homens e geradora de filhos.

A anulação da figura feminina foi identificada por Engels (1984), que diz que o homem se apropria da mulher e dos filhos com o estabelecimento da linhagem paterna. Esse processo adentra o Estado, que, ao ter suas leis adequadas aos costumes, reproduz a idéia da fragilidade feminina, reafirmando a mulher como dependente do homem na família. Essa realidade desencadeia uma série de limitações à mulher e reforça o hábito de excluí-la do tempo livre para pensar, criar e participar. No entanto, é possível observar mudanças na família contemporânea e na sociedade como um todo, a exemplo da redução das desigualdades entre homens e mulheres, do ingresso da mulher na força de trabalho, na escola, na política, além de mudanças na relação entre casa e trabalho (Giddens, 2001; Castells, 2001).

Porém, os traços da família patriarcal ainda se fazem presentes em alguns dos valores que regem a sociedade. Assim sendo, a mulher é sempre pensada como família, o que dificulta, até mesmo nos dias atuais, a sua participação em programas

governamentais voltados para a esfera da produção, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. A participação da mulher rural em Programas dessa natureza geralmente fica subsumida na família, mesmo que ela trabalhe na produção agrícola, visto que seu lugar ainda é socialmente aceito apenas no espaço doméstico. Sendo assim, sua condição de participante nesses Programas é, na realidade, de beneficiária passiva, exceto quando exerce a chefia familiar, pois o beneficiário ativo ou representante legal é o homem, o chefe da família e, portanto, o responsável pela produção agrícola.

As desigualdades de gênero construídas socialmente no âmbito da família rural são reproduzidas pelos Programas rurais, os quais, por sua vez,

Estão carentes de sensibilidade para perceberem as diferenças de gênero... ignoram o trabalho realizado pela mulher, assim como a crescente existência de mulheres chefes de família, além dos obstáculos adicionais enfrentados pela população feminina no tocante ao acesso à terra, ao crédito, à assistência técnica e a qualquer outro benefício (Teixeira, 1994:33).

Ainda a respeito dos Programas que integram as políticas públicas destinadas ao meio rural, Arriagada (1991:128) afirma que: “O desenho de políticas de desenvolvimento rural dos países da região latino americana e do Caribe, salvo poucas exceções, não tem integrado nem considerado adequadamente as mulheres”

Exemplo do que foi acima tratado sobre Programas para o meio rural é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf-, a referência empírica do estudo em questão.

1.4 Caminhos Metodológicos

A metodologia de pesquisa, entendida como o caminho do pensamento e prática exercida sobre a realidade, ocupa um lugar central no interior das teorias. Ela inclui as abordagens teóricas e o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e a criatividade do pesquisador (Minayo, 1994).

Tendo como referência essa noção de metodologia, toma-se como base teórica do presente estudo, a teoria feminista, via abordagem de gênero, na linha específica de Joan Scott (1989), cuja proposta pós-estruturalista é de desconstrução, descentralização e desverticalização de categorias presentes nas relações de gênero. Tais relações são construídas, reproduzidas e modificadas geralmente no âmbito da família.

No que diz respeito à referência empírica, o estudo se apoiou no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf- que integra as políticas públicas brasileiras e contempla diferentemente homens e mulheres agricultores (as) familiares como beneficiados (as) da linha de crédito, considerando que a maioria é composta pelo agricultor do sexo masculino. Focando essa diferença de tratamento dada a homens e mulheres beneficiados pelo Programa, ventilou-se, no primeiro momento, haver uma discriminação do Pronaf em relação às mulheres. A indagação era: por que as mulheres estão praticamente ausentes do Pronaf se elas participam, com os demais membros da família, do desenvolvimento da agricultura familiar que motivou a criação do Programa? Por que, então, o Pronaf discrimina as mulheres? E aí consultando-se dados sobre o Pronaf, verifica-se que não existia claramente nenhum impedimento da mulher participasse. E tratando-se de um Programa dirigido a família que trabalha na agricultura, a inscrição na ação do crédito, uma das suas linhas poderia

ser feita em nome de um membro da família: o agricultor ou a agricultora. A condição estabelecida pelo Programa era a de que um único integrante do núcleo poderia se inscrever e representaria a unidade agrícola familiar na condição de beneficiário (a).

A constatação de que a política pública do Pronaf não era a responsável direta pela baixa participação das mulheres agricultoras no crédito rural não eliminou a indagação inicial: por que as mulheres estão praticamente ausentes do Programa? Diante disso, o olhar investigativo do pesquisador direcionou-se para outra instância envolvida no processo: a própria família das agricultoras. A idéia foi procurar saber das agricultoras inscritas no crédito do Pronaf, bem como das daquelas mulheres não inscritas, qual a responsabilidade das suas famílias e do Programa em relação à participação, ou não, delas no Pronaf.

Tomando como referência a família, buscou-se analisar, sobretudo, como se processa em seu seio a “divisão sexual do trabalho”, que a *priori* sabe-se, atribui ao homem a responsabilidade pelos trabalhos agrícolas, e à mulher, a responsabilidade pelos afazeres domésticos. Nessas condições, os homens seriam “naturalmente” os eleitos para representar a família nos programas dirigidos à agricultura familiar, como o Pronaf, pois a mulher estaria ocupada com as atividades relacionadas ao espaço feminino, a casa.

Saber como se constituem as responsabilidades e a atribuição das tarefas domésticas no contexto familiar das agricultoras é apreender não só o estabelecimento, mas as permanências e as mudanças de homens e mulheres nos espaços público e privado. Na prática, procurou-se indagar dessas mulheres sobre o trabalho doméstico no que diz respeito a: responsabilidade, importância, participação do marido e dos filhos, sentimento da mulher em relação à execução das tarefas domésticas,

compreensão desse trabalho como obrigação feminina, atividades desenvolvidas, tempo dedicado aos afazeres de casa, responsabilidade com os filhos.

Outros aspectos das relações de gênero na família foram levantados com a finalidade de saber sobre a pequena participação das mulheres como beneficiadas titulares da família junto ao Pronaf, aspectos, esses, que poderiam também indicar o porquê da representação natural do homem no Programa. Entre eles estão: a) investigação sobre as relações de poder no contexto familiar (indagando a essas mulheres quanto ao exercício da chefia e ao poder de decisão na família); b) a investigação sobre o trabalho agrícola (perguntando-lhes sobre as atividades agrícolas realizadas, a importância do trabalho da roça, preferência entre aquele e as tarefas da casa, tempo dedicado ao trabalho agrícola, existência e importância da roça individual para a mulher, renda obtida com a atividade agrícola, decisão sobre o plantio e venda do que a família produz na unidade agrícola); c) a participação da família no Pronaf (indagando-as acerca dos motivos da participação e não-participação, dificuldades enfrentadas para obtenção do crédito, nível de informação sobre o Programa, opinião quanto à participação do marido no Pronaf).

A perspectiva metodológica mais apropriada para analisar as relações sociais de gênero, no contexto familiar das mulheres agricultoras, é a qualitativa. A melhor adequação dessa abordagem ao estudo se justifica por permitir um maior grau de exploração dos aspectos subjetivos presentes na realidade da agricultora. Essa abordagem facilita, através do contato mais próximo e do relacionamento pessoal entre pesquisador e pesquisado, as “descobertas” do problema investigado, ao contrário da perspectiva objetiva, que, por diversas razões, torna-se limitada e muitas vezes androcêntrica (Gergen, 1993). Através da abordagem qualitativa, numa convivência “mais aberta”, “mais próxima” com quem está realizando a investigação, a mulher tem

a oportunidade de falar e ser ouvida, de expressar seus pontos de vista, relatar suas experiências de vida, extravasar, fazer descobertas sobre si mesma, entre outras vantagens, além de oferecer pistas e subsídios, às pesquisas científicas sobre a problemática que envolve o feminino.

O método de pesquisa qualitativo, de forma diferente do quantitativo, é o mais adequado para entender a natureza de um fenômeno social (Richardson, 1989). Nessa abordagem não existe uma realidade exterior ao sujeito, mas uma construção de que o pesquisador participa em interação com o pesquisado (Alves-Mazzotti, 1991); o sujeito é valorizado, e seu cotidiano, considerado.

A flexibilidade desse método permite maior apreensão dos significados das ações das mulheres agricultoras nos âmbitos familiar e produtivo. Na metodologia feminista, cuja marca é a subjetividade, o pesquisador “escuta” o pesquisado, sua fala é valorizada, a inter-relação entre eles é um fato. Do mesmo modo, o contexto e a contingência histórica dos fenômenos são valorizados. Por essa via metodológica, o pesquisador assume que o conhecimento e sua criação estão carregados de valor, e na relação com o pesquisado, isso é repassado, numa troca de experiências que favorece os envolvidos (Alves-Mazzotti, 1991). Com base nesses fundamentos metodológicos feministas é que se encaminha o presente estudo.

Na pesquisa em questão a parte operacional, que diz respeito ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf -, o primeiro passo foi conhecer melhor o Programa para, em seguida, determinar as localidades que fariam parte do estudo. Inicialmente levantaram-se informações gerais sobre o Pronaf, particularmente quanto ao seu funcionamento no estado de Pernambuco, num primeiro recorte. As informações gerais e específicas acerca do Programa em Pernambuco foram obtidas através de material fornecido pelo pessoal técnico da Secretaria

Executiva do Pronaf-PE, que funciona na Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária, no Recife.

De posse dos dados sistematizados sobre a atuação do Programa em Pernambuco, a idéia inicial era contemplar no estudo todas as regiões geográficas beneficiadas no Estado. Assim, em cada região, seria escolhido 1 (um) município. Porém, por falta de recursos financeiros e tempo para realizar a pesquisa, optou-se enfocar em um único município e o eleito foi Afogados da Ingazeira, situado no Sertão do Pajeú.

Uma das variáveis que levaram a essa escolha foi, basicamente, o tempo de participação no Programa. O Município está incluído na programação do Pronaf desde o início, em 1997, perfazendo assim, um espaço de 5 (cinco) anos, tempo suficiente para analisar a participação da mulher agricultora na condição de beneficiária da linha de crédito. Foi considerado também o nível de politização da sociedade local, engajada em movimentos sociais os mais diversos, com mulheres rurais participando do sindicato rural, de grupos de mulheres e de organizações não governamentais. Levou-se em conta, ainda a experiência da pesquisadora que já desenvolveu outras pesquisas em Afogados da Ingazeira.

Os dados necessários ao estudo foram obtidos de fontes secundárias e primárias.

Os dados secundários coletaram-se junto ao Pronaf em Pernambuco, para análise do funcionamento e da estrutura do Programa, em níveis nacional e estadual, e da sua operacionalização, especificamente, no município de Afogados da Ingazeira. Foram coletados também dados na Empresa de Abastecimento e Extensão Rural do Estado de Pernambuco - Ebape - escritório local, responsável pela elaboração das propostas ou projetos de crédito do Pronaf para os agricultores interessados. Recorreu-

se ainda ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afogados da Ingazeira, que, como a Ebape, elabora propostas de crédito do Pronaf para os agricultores habilitados ao empréstimo.

A Prefeitura Municipal, responsável pela fiscalização das obras de infraestrutura, - outra linha de ação do Programa -, auxiliou o estudo com dados referentes a essa ação em nível local. Outros dados sobre o Município foram adquiridos através das demais secretarias da Prefeitura.

A direção do poder executivo local, exercido por uma mulher, também prestou informações sobre o Programa e a realidade municipal, na perspectiva de gênero.

Informações gerais e específicas quanto ao crédito do Pronaf destinado a Afogados de Ingazeira foram adquiridas no Banco do Nordeste do Brasil – BNB, cuja agência regional, localizada no município de Sertânia e responsável pela liberação desses recursos, forneceu informações sobre o volume de recursos emprestados às mulheres agricultoras da localidade, a relação nominal das participantes e as modalidades de crédito do Pronaf em que estavam inseridas. As informações foram atualizadas até janeiro de 2003, data de encerramento do levantamento de campo da pesquisa.

No escritório local do IBGE, também se levantaram dados demográficos e agropecuários do Município. As informações foram coletadas a partir de roteiro estruturado.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano – Comdrur-, parceiro do Pronaf em Afogados da Ingazeira, também participou, fornecendo informações sobre o Programa.

Quando do levantamento de dados, algumas das instituições foram abordadas com respeito à perspectiva de gênero de cada uma e do Pronaf.

Os dados primários ou de campo foram coletados através de roteiros de entrevistas semi-estruturadas, parte dos roteiros foi organizada visando obter informes de caráter objetivo, como a caracterização da família e da mulher agricultora entrevistada. A técnica de apreensão dos dados de forma mais aberta permitiu uma melhor compreensão dos aspectos mais subjetivos, isto é, aqueles que diziam respeito às relações de gênero na família (relações de poder e divisão sexual do trabalho). Através das entrevistas, obtiveram-se relatos orais do cotidiano das agricultoras familiares, visando entender como se processavam e como as mulheres vivenciavam as relações com a família e com o trabalho. Assim poder-se-ia identificar as permanências e mudanças nessas relações sociais. Ressalta-se que, embora o estudo tenha a perspectiva de gênero, as entrevistas foram realizadas somente com as mulheres agricultoras. Os congêneres masculinos não foram incluídos. A intenção era verificar o processamento das relações de gênero a partir dos depoimentos daquelas mulheres trabalhadoras.

O universo de análise e amostra da pesquisa contemplou mulheres agricultoras participantes do Pronaf através da ação linha de crédito. Optou-se por pesquisar as beneficiadas por essa ação, por ser uma das mais importantes do Programa e por permitir a identificação do número de mulheres diretamente beneficiadas, ao contrário da ação referente à infra-estrutura, que favorece coletivamente a família ou a comunidade do local onde foi implantada a obra.

O tamanho da amostra foi de 20 (vinte) mulheres agricultoras entrevistadas, das quais, 15 (quinze) representam o total de beneficiadas pela linha de crédito do Pronaf no município de Afogados da Ingazeira. As outras mulheres 5 (cinco) foram incluídas com o objetivo de se identificar as razões da não inserção das mulheres agricultoras no

Programa. Assim, do total das 20 (vinte) mulheres entrevistadas, 15 (quinze) são participantes do Pronaf, e conseqüentemente são 5 (cinco) as que não participaram.

As mulheres participantes do Programa foram identificadas a partir da lista nominal fornecida pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB. No momento da pesquisa de campo, 18 (dezoito) mulheres constavam da relação apresentada pelo Banco. Pretendia-se entrevistar todas as participantes, o que não foi possível porque uma mulher não se encontrava no Município, pois estava passando temporada no estado de São Paulo; uma outra mulher havia falecido; e uma terceira não foi entrevistada porque a comunidade onde reside, em decorrência de chuvas caídas na época da pesquisa, ficou inacessível ao tráfego de veículos.

Quanto às mulheres agricultoras não-participantes do Pronaf, usou-se como critério de escolha ser trabalhadora agrícola familiar no município de Afogados da Ingazeira. As eleitas pela pesquisa foram indicadas por agricultoras participantes do crédito do Pronaf. Adotou-se o efeito “bola de neve”, em que uma mulher indica outra para entrevistar as participantes. Destas 2 (duas) eram presidentes de associação rural do Município.

As mulheres agricultoras participantes da pesquisa residiam em comunidades rurais do município em apreço. A identificação do local de morada das agricultoras beneficiadas com o crédito do Pronaf foi possível com a ajuda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

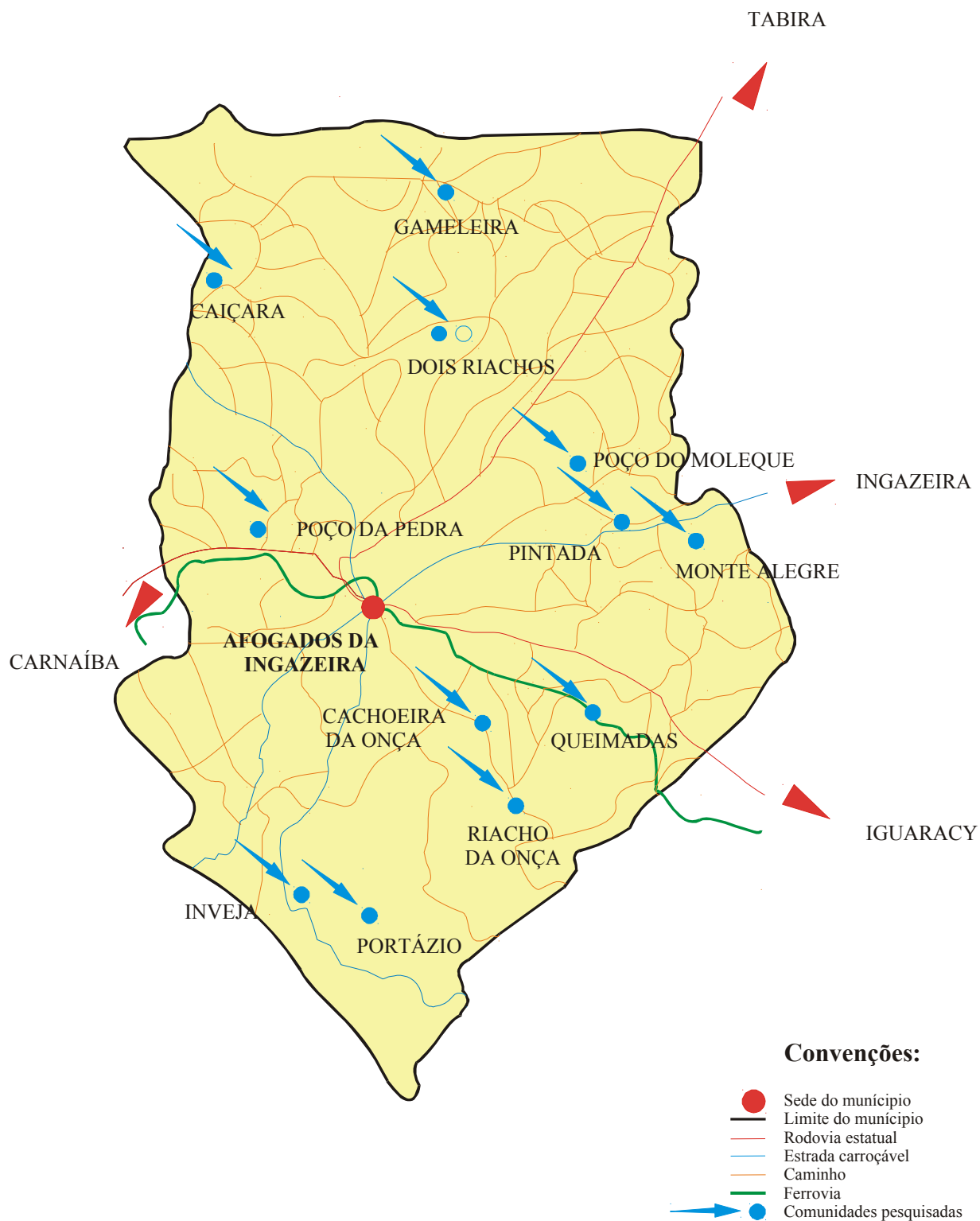
As 20 (vinte) mulheres agricultoras entrevistadas residiam em 12 (doze) das 123 (cento e vinte e três) comunidades rurais existentes em Afogados da Ingazeira (Mapa 1), cujas comunidades rurais são divididas, segundo o Sindicato de Trabalhadores Rurais, em 17 (dezessete) Pólos.

A distância entre as comunidades e a sede do Município varia de 3 km a 22 km. Abaixo, segue a relação das comunidades e o número de entrevistadas em cada uma delas comunidade.

Relação das comunidades pesquisadas por número de mulheres entrevistadas

Comunidades	Nº de entrevistadas
Poço da Pedra	1
Monte Alegre	1
Pintada	2
Queimada	1
Riacho da Onça	1
Poço do Moleque	5
Caiçara	1
Cachoeira da Onça	1
Dois Riachos	4
Inveja	1
Gameleira	1
Portázio	1
Total	20

MAPA 1 - COMUNIDADES RURAIS PESQUISADAS



Com base em dados fornecidos pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município¹¹, foi possível traçar um perfil das comunidades onde residem as mulheres entrevistadas. Esse perfil será apresentado abaixo com o objetivo de mostrar o ambiente vivido pelas mulheres agricultoras protagonistas deste estudo.

1. Comunidade “Poço da Pedra”: está situada à margem da estrada a oeste da sede do município de Afogados. Ela tem esse nome, segundo informações obtidas no local, porque é uma região com muitas pedras. Localizada próxima à sede, a cerca de 3 km, o acesso à comunidade é feito por estrada asfaltada. “Poço da Pedra” possui 62 (sessenta e duas) casas, das quais 5 (cinco) têm cisternas de placas construídas principalmente pela Articulação do Semi-árido-ASA, abastecidas com água de chuva. A comunidade dispõe de um grupo escolar. Quando a população necessita se reunir para tratar de assuntos de índole comunitária utiliza as dependências da escola. Está em formação na localidade uma associação rural que possivelmente será presidida por uma mulher. A comunidade pertence ao Pólo Curral Velho dos Ramos, juntamente com 7 (sete) outras. Existem no Pólo 273 (duzentos e setenta e três) casas, e desse total, 40 (quarenta) possuem cisternas de placas. O Pólo conta com duas associações: uma localizada na comunidade denominada Curral Velho dos Ramos, e a outra, na de Santo Antônio II.
2. Comunidade “Monte Alegre”: fica distante cerca de 14 km da sede de Afogados. Está localizada a leste da sede municipal e na direção do município de Ingazeira. O acesso à comunidade, embora por estrada de barro, é fácil, pois

¹¹ Os dados são de 2001 e referem-se a: distribuição das comunidades rurais em pólos, total de casas por comunidade, número de casas com cisternas e quantidade de associações rurais por comunidade.

o terreno é plano. Ela é formada por 74 (setenta e quatro) casas e faz parte do Pólo Monte Alegre, que conta com 14 (quatorze) comunidades, 185 (cento e oitenta e cinco) casas e 4 (quatro) associações: a Associação Rural de Monte Alegre, a de Criadores de Caprino e Ovino, a Associação Rural de Favela e a Rural de Santiago.

3. Comunidade “Pintada”: é um povoado que fica a 12 km da sede do Município de Afogados em direção ao de Tabira. Rumo à comunidade, a estrada é de barro, e pelas mesmas características da que leva a “Monte Alegre”, o acesso é fácil. O povoado de Pintada tem esse nome, segundo populares, porque nessa região havia muitos animais conhecidos como “gatos do mato”, que tem semelhança com a onça pintada. A comunidade pertence ao Pólo do Poço do Moleque. O povoado conta com 42 (quarenta e dois) domicílios, mas apenas 1 (um) tem cisterna. O povoado possui uma capela, um grupo escolar municipal (até a 4ª. série fundamental), um posto de saúde (uma vez por mês, conta-se com a presença de um médico). Tem um mercadinho mantido pela Associação dos Produtores Rurais da Pintada. Dispõe de um aparelho de telefone público do tipo “orelhão”. Ali existe uma Associação de Produtores Rurais que tem uma mulher na presidência.
4. Comunidade “Queimadas”: localiza-se na direção do município de Iguaraci, cerca de 8 km da sede de Afogados da Ingazeira. O acesso, que é por estrada de barro, se dá também sem maiores problemas. Ela possui 47 (quarenta e sete) casas, das quais 17 (dezessete) têm cisternas. A comunidade onde existe uma Associação Rural, pertence ao Pólo Queimadas. O Pólo é formado por 9 (nove) comunidades e possui duas associações: a de Queimadas e a dos Assentados

de Riacho da Onça I. Na comunidade de Queimadas, há um grupo de mulheres incentivado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do município.

5. Comunidade “Riacho da Onça I”: distante cerca de 15 km da sede do Município, o acesso à comunidade, por estrada de barro, é difícil, pois o terreno é bastante acidentado. Ali residem assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra-: são 29 (vinte e nove) parceiros com suas famílias e 15 (quinze) agregados, que são os filhos dos parceiros e moram em casas construídas nos terrenos das parcelas dos pais. A comunidade tem uma associação rural que é presidida por uma mulher. “Riacho da Onça I” pertence ao Pólo de Queimadas.
6. Comunidade “Poço do Moleque”: fica situada à distância de 12 km da sede do Município e o acesso a ela é feito por estrada de barro. A comunidade que possui 26 (vinte e seis) casas, das quais 9 (nove) têm cisternas, conta com um grupo escolar e uma associação rural. Segundo a tradição popular, o local recebeu esse nome porque um menino (moleque) se afogou num poço da localidade. Na comunidade existe uma barragem e agricultores com propriedades próximas a ela cultivam através do sistema de irrigação. A comunidade integra o Pólo Poço do Moleque que possui um povoado – Pintada- e 2 (duas) associações: a Associação Rural da Pintada e Associação Rural do Poço do Moleque.
7. Comunidade “Caiçara”: está localizada a aproximadamente 18 km da sede municipal. A comunidade de “Caiçara” conta com 25 (vinte e cinco)

domicílios, dos quais 8 (oito) possuem cisternas de placas. Tem grupo escolar e Associação Rural. O Pólo conta com 7 (sete) comunidades.

8. Comunidade “Cachoeira da Onça”: dista da sede do município aproximadamente, 18 km. O acesso à comunidade é por estrada de barro. Ela possui 30 (trinta) casas, das quais 4 (quatro) têm cisternas de placas. Conta com a Associação Rural de Cachoeira da Onça e um grupo escolar que foi construído na propriedade de uma das entrevistadas, que cedeu o terreno para construção da obra.
9. Comunidade “Dois Riachos”: distante cerca de 16 km da sede, tem acesso razoável. São 32 (trinta e duas) casas, das quais, 6 (seis) com cisternas de placas. “Dois Riachos” possui a associação que recebe o nome de Associação Rural de Dois Riachos. Tem dois grupos escolares, uma capela, um posto de saúde. Esta comunidade pertence ao Pólo Dois Riachos, juntamente com outras 5 (cinco) congêneres. No total, o Pólo possui 73 (setenta e três) residências, das quais 10 (dez) contam com cisternas de placas.
10. Comunidade “Inveja”: fica a aproximadamente 18 km da cidade. O acesso à comunidade é difícil, pois o caminho é de areia, o que dificulta a locomoção em transporte “pequeno”. Ela pertence ao Pólo de Baixio, juntamente com outras 8 (oito). Nesse Pólo, existem 198 (cento e noventa e oito) casas, das quais 95 (noventa e cinco) contam com cisternas. No Baixio funcionam 5 (cinco) associações. Associação Rural de Umbuzeiro, Associação Rural dos Produtores de Farinha, Associação Rural de Inveja, Associação Rural de Portázio e Associação Rural do Serrote Verde. A comunidade de “Inveja” é

formada por 46 (quarenta e seis) casas, 26 (vinte e seis) delas com cisternas de placas. O nome “Inveja”, segundo a população local, se deve a uma mina de água que causava inveja às demais da região, carentes de água.

11. Comunidade “Gameleira”: fica a cerca de 22 km da cidade. Também de difícil acesso, com terreno ondulado e arenoso. Nessa comunidade, existem 17 (dezessete) casas, das quais 11 (onze) com cisternas de placas. A comunidade conta com uma associação de Pequenos Produtores.

12. Comunidade “Portázio”: está distante da sede do município 18 km, e o acesso a ela é difícil, principalmente pelo seu solo arenoso. Pertence ao Pólo do Baixio. Esta comunidade possui 27 (vinte e sete) casas, das quais 3 (três) têm cisternas de placas. Ali há uma Associação Rural.

Como se pode constatar, as 12 (doze) comunidades integrantes do estudo apresentam características semelhantes. São carentes de serviços básicos e, de modo geral, eletrificadas.

As entrevistas com as mulheres agricultoras foram realizadas, na maioria das vezes, nas suas residências, e algumas, iniciadas ou complementadas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por ocasião da presença delas nesse local para tratar de assunto de seu interesse.

O tempo de duração de cada entrevista foi de 4 (quatro) horas, em média, e o número de visitas às entrevistadas, dependendo da necessidade, foi de até 3 (três).

As entrevistas com as mulheres nos domicílios aconteceram inclusive aos domingos e feriados, nos casos em que elas não foram encontradas durante a semana, e também em virtude da limitação do tempo da pesquisadora para concluir o estudo. O

sábado não era favorável à realização da entrevista porque nesse dia, geralmente, as mulheres agricultoras, sós ou acompanhadas pelos maridos, vão à feira semanal na sede do Município. Elas aproveitam a ida à cidade para ir ao sindicato da categoria. A visita, nesse dia ao sindicato também é com frequência realizada pela(o) agricultora(o), que normalmente não trabalha na roça e disponibiliza o sábado para resolver assuntos relacionados à sua categoria.

No deslocamento até as comunidades para entrevistar as mulheres selecionadas, foi utilizado transporte cedido pela Superintendência Regional da Empresa de Abastecimento e Extensão Rural do Estado de Pernambuco – Ebape -, do escritório de Afogados da Ingazeira.

O uso de um transporte oficial na realização da pesquisa, inicialmente temido pela pesquisadora, não causou inibição ou constrangimento às mulheres entrevistadas, visto que já eram acostumadas a receber em suas residências visitas de técnicos da referida instituição para tratar de assuntos relacionados à agricultura familiar. O fato de o estudo em questão envolver o Pronaf, e de ser a Ebape o órgão oficial responsável pela operacionalização do crédito do referido Programa, dava margem a comentários de que a visita da pesquisadora influenciou na liberação do crédito do Pronaf do tipo B, que estava atrasado e foi liberado nesse período. Mas teve-se a preocupação de desmentir o ocorrido, esclarecendo-se tratar-se de mera coincidência.

O veículo utilizado durante a pesquisa foi dirigido pela pesquisadora por opção pessoal, pois a presença de funcionário da Empresa poderia inibir as entrevistadas. Embora a idéia de ir desacompanhada para as comunidades tenha sido positiva para o estudo, andar na área rural sem conhecer os caminhos que levam àquelas foi um desafio na realização do trabalho de campo. A falta de placas de indicação no espaço rural para apontar a direção das comunidades a serem visitadas foi um dos principais

problemas enfrentados. Além disso, o terreno acidentado e com pedras ou areia, o desencontro com algumas mulheres participantes da pesquisa, a elevada temperatura (mais de 35 graus) do Sertão nos meses de dezembro e janeiro (período em que ocorreu uma das etapas da pesquisa de campo) e as chuvas caídas no mês de janeiro deste ano, alagando algumas áreas, constituíram dificuldades da pesquisa de campo.

Sempre que as entrevistas aconteciam na residência da mulher selecionada pelo estudo, os demais membros adultos da família (marido, filhos, irmãos, pais e outros) residentes no domicílio e seus vizinhos, se juntavam e permaneciam no local até o término da conversa. Ficavam escutando e sempre participando dos assuntos discutidos, emitindo opiniões, que eram ouvidas e, às vezes, acatadas pela entrevistada. Porém, nas visitas subseqüentes, marcadas ao término de cada entrevista, ao contrário do ocorrido na primeira, a mulher geralmente aguardava sozinha a pesquisadora, pois os demais participantes, inteirados do objetivo da visita, não tinham mais interesse em permanecer no local, tomar parte na conversa. E estavam cuidando das suas vidas. Quando sozinhas, as mulheres ficavam mais à vontade para falar das suas realidades, principalmente no tocante às relações de gênero.

Além das agricultoras familiares, também fizeram parte do estudo outras mulheres do município: presidentes de associações rurais, integrantes de grupos de mulheres rurais, membros da Comissão de Mulheres do Sindicato de Trabalhadores Rurais, a coordenadora da organização não governamental Casa da Mulher do Nordeste com escritório no Município, a secretária de Políticas Públicas e Sociais do Sindicato de Trabalhadores Rurais, a prefeita do município, as secretárias municipais de Saúde e Ação Social. Afora essas mulheres, foram entrevistados: o coordenador do Projeto D. Hélder Câmara, em Afogados da Ingazeira; o coordenador e vice-coordenador do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano- Comdrur-;

o bispo emérito de Afogados da Ingazeira D. Francisco Austragésio, o secretário municipal da Agricultura; o agente de desenvolvimento do Banco do Nordeste do Brasil – BNB- responsável pelo município e técnicos do escritório da Ebape em Afogados.

As entrevistas com as mulheres agricultoras tiveram como eixo central as desigualdades sociais de gênero. As relações eram abordadas no contexto da família, do Pronaf, dos órgãos públicos (federal, estaduais e municipais), da Igreja, das organizações não-governamentais, do Sindicato de Trabalhador Rural e das Associações Rurais.

Das entrevistas realizadas, algumas foram gravadas e registradas por escrito, outras, somente gravadas, por preferência da pesquisadora. É importante documentar que não houve recusa de participação ou qualquer objeção por parte das mulheres agricultoras e dos demais entrevistados quanto ao uso de gravador.

Mesmo não havendo qualquer problema quando da realização das entrevistas, optou-se pela omissão dos nomes das entrevistadas, que foram identificadas no estudo segundo numeração. Assim, cada uma recebeu um número de identificação de 1 a 20, o que corresponde ao total de entrevistas realizadas. Tal numeração foi útil para identificar os depoimentos usados no texto construído. A fala de algumas mulheres está mais presente no estudo do que de outras devido à maior compreensão delas sobre a problemática estudada.

Na realização da pesquisa de campo, foram necessárias 4 (quatro) viagens ao município de Afogados, com duração total de 40 (quarenta) dias. A primeira, de caráter exploratório, aconteceu em junho de 2002 e durou 5 (cinco) dias. Nessa viagem, buscou-se a familiarização com o contexto atual do Município, observando e sentindo o cotidiano urbano e rural da localidade. Procurava-se perceber, de modo

geral, como as relações sociais se davam localmente. Por ocasião dessa viagem, estabeleceu-se contato com o Sindicato de Trabalhadores Rurais, a Ebape, a Prefeitura e suas secretarias e com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano - Comdrur. Alguns desses contatos foram retomados, e entrevistas mais estruturadas e adequadas foram aplicadas posteriormente.

Na segunda visita ao Município, em julho de 2002, alguns encontros foram retomados e realizou-se a primeira das 3 (três) visitas às comunidades rurais onde residiam as mulheres agricultoras entrevistadas. Nesse momento as entrevistas com as mulheres agricultoras foram iniciadas, assim como levantados dados nas instituições acima referidas. A viagem teve duração de 10 (dez) dias.

A terceira visita aconteceu em dezembro de 2002, quando se deu continuidade às entrevistas com as agricultoras, além de algumas com mulheres representantes de instituições sediadas em Afogados da Ingazeira. Durante essa estada a prefeita foi entrevistada e dados foram levantados nas secretarias do Município. Na ocasião, a pesquisadora, a convite do Sindicato de Trabalhadores Rurais e do Comdrur, participou de fóruns e de reunião promovida pela Casa da Mulher do Nordeste para discutir resultados de pesquisa realizada pela entidade sobre as mulheres agricultoras da região. A referida visita durou 14 dias.

A quarta e última estada em Afogados da Ingazeira para a conclusão da pesquisa de campo, deu-se em janeiro de 2003, ao longo de 15 (quinze) dias. As entrevistas com as mulheres agricultoras foram concluídas; os dados necessários ao estudo, levantados e encerrados os contactos com as instituições selecionadas para participar da pesquisa.

As quatro visitas realizadas aquele Município receberam o apoio logístico do Secretário de Produção Rural e Reforma Agrária de Pernambuco, bem como da Ebape.

Nas duas primeiras viagens o apoio constituiu na concessão do transporte para trabalhar na área e para o deslocamento Recife- Afogados da Ingazeira- Recife. Nas duas últimas visitas, a ajuda veio do transporte no município.

Após cada viagem, as entrevistas gravadas eram transcritas, e as informações coletadas, sistematizadas e analisadas. As informações incompletas ou pouco esclarecedoras eram trabalhadas na ida seguinte ao município.

Depois das 4 (quatro) viagens a Afogados da Ingazeira, informações complementares foram obtidas por telefone junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, Secretaria de Ação Social e Casa da Mulher do Nordeste, ainda que o desejo fosse fazê-lo pessoalmente. Porém, fatores como o tempo restrito para concluir o estudo e a distância de quase 400 km que separa Afogados da Ingazeira do Recife, local de residência da pesquisadora, impediram outras viagens à área do estudo.

A realização da pesquisa de campo em Afogados da Ingazeira, conforme relatado linhas acima, aconteceu sem maiores dificuldades. O levantamento dos dados nas diversas instituições aconteceu de forma rápida, tanto pela disposição dos funcionários em prestar as informações solicitadas, como pela informatização dos dados naquelas, o que agilizou o processo. Porém, o levantamento sobre o Pronaf constituiu uma tarefa trabalhosa, pois sendo um Programa como outros, os dados e outras informações não se encontravam organizados (as) e centrados (as) numa única instituição, mas, ao contrário estão espalhadas pelas entidades participantes da sua operacionalização, que, no caso do município de Afogados da Ingazeira, são a Ebape, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Comdrur, o BNB e a Prefeitura.

Nessa última, além dos dados sobre o Município e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf -, foram levantados outros nas secretarias municipais, bem como, mantido contato pessoal com a prefeita. O objetivo

era conhecer a realidade de uma mulher exercendo o poder político formal no âmbito do executivo e a incorporação da relação de gênero pela administração municipal, bem como anunciar a realização da pesquisa no Município. A Prefeita recebeu a pesquisadora de forma cordial e hospitaleira. Com relação ao estudo, ela reconheceu a importância de pesquisar as desigualdades de gênero na área rural do Município, as quais, na sua visão, ainda são bastante profundas e carentes de estudo. Revelou também que sua administração incorporou a questão de gênero, embora essa preocupação apareça de forma mais visível na presença feminina no secretariado municipal, composto, em sua maioria por mulheres. Mesmo considerando que a perspectiva de gênero está presente na administração municipal, a Prefeita ressalta que a questão é mais trabalhada pela sociedade civil organizada, sindicato e ONGs, do que pelos órgãos públicos. Duas entrevistas foram realizadas com a Prefeita que aceitou naturalmente a gravação de ambas.

Em suma, a Prefeita, as agricultoras e as (os) demais participantes do estudo receberam gentilmente a pesquisadora. Ouviam atentamente a apresentação feita sobre o estudo e, sem qualquer objeção, participaram da pesquisa respondendo ao que era perguntado, geralmente sem embaraços. Quase sempre, quando inteiradas da problemática tratada em tela, teciam comentários comparando os tempos atuais com o passado das suas mães, época em que as mulheres eram mais discriminadas - pelo marido e pai - do que atualmente.

A presença da pesquisadora na casa das mulheres agricultoras era valorizada. Elas sempre demonstravam respeito pelo conhecimento da pesquisadora e pela sua disposição em ouvir suas histórias. O jogo da interação entre entrevistada e entrevistadora era valorizado. Considerando a importância disso, mulheres agricultoras paravam totalmente suas atividades em casa, ou fora dela, para participar da pesquisa,

mesmo quando solicitadas a não interromperem o trabalho para conceder a entrevista. O relato de uma delas ilustra bem esta realidade: “serviço tem todo dia, e uma pessoa com saber, disposta para conversar com a gente, a gente não sabe quando aparece”. Aquela entrevistada suspendeu a atividade de cavar um buraco para a construção de cisterna

Além de ficarem à inteira disposição, durante horas, para serem entrevistada, mulheres agricultoras agradeciam a participação no estudo oferecendo à pesquisadora água, suco, café, leite, chá, doce, e convidando-a para almoçar e até dormir nas suas casas quando a entrevista se prolongava para o turno da noite. Presentear com frutas (manga, acerola, limão, laranja) e ovos da criação de galinhas capoeiras, mantidas no quintal de casa, fazia parte também das gentilezas das entrevistadas para com a pesquisadora. A tentativa de pagamento pelas mercadorias recebidas era recusada pelas entrevistadas, e não raro a atitude da pesquisadora foi recebida como ofensa.

2. CENÁRIO: O MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA.

2.1 Caracterização Geral

O município de Afogados da Ingazeira está localizado no Alto Pajeú, parte de do Sertão, uma das regiões fisiográficas do estado de Pernambuco. O município tem marcas deixadas por comunidades pré-históricas, com registros rupestres encontrados nos abrigos sob rochas em sítios localizados nas Serras da Opa, na região denominada de Queimada Grande, e na encosta da Serra do Giz, localizado no local conhecido como Carapuça¹² (Plano Municipal, 1997; Empetur, 1996).

A ocupação do Alto Pajeú se deu com a interiorização da pecuária (Andrade, 1963) que forçou a definição de rotas. Os homens da Casa da Torre, Garcia d'Ávila e seus descendentes, considerando a importância econômica do gado, conseguiram doações de terras, as sesmarias, para estender seus rebanhos¹³.

O povoamento da região do Pajeú ocorreu na serra Jabitacá, onde se encontravam as vertentes dos rios Pajeú e Moxotó, ao norte e ao sul, respectivamente, cujas nascentes e onde os donos dos rebanhos buscavam as nascentes. Muitas vezes

¹² Além destas Serras outros atrativos destacam-se como potencialidades turísticas naturais do Município, a exemplo de: cachoeiras de até 4 metros de altura (que correm no período chuvoso, geralmente de dezembro a março), piscinas naturais originadas de um afloramento rochoso onde estão esculpidos três “caldeirões” que na época das chuvas se transformam em piscinas de grande profundidade e cavernas.

¹³ Com a interiorização da pecuária pelo sertão nordestino, os homens da Casa da Torre partindo da baía de Tatuapera, subiram os rios Itapicuru e Vaza Barris e alcançaram o rio São Francisco e seus afluentes, desbravando os sertões baianos e pernambucanos (Andrade, 1985). Desta forma “construíram os maiores latifúndios do Brasil, tornando-se senhores de uma extensão territorial maior do que muitos reinos europeus, pois possuíam em 1710, em nossos sertões, mais de 340 léguas de terra nas margens do Rio São Francisco e seus afluentes. Foi à pecuária quem conquistou para o Nordeste a maior porção de sua área territorial. Complementou a área úmida agrícola com uma atividade econômica indispensável ao desenvolvimento da agroindústria do açúcar e ao abastecimento das cidades nascentes ”(Andrade, 1963: 173-181).

permaneciam lá por encontrarem terreno propício à lavoura de consumo e à criação do gado. As entradas que faziam para o Sertão pernambucano vinculavam-se à atividade pecuarista que se desenvolvia no Sertão de Rodelas, onde a Casa da Torre detinha vastas possessões de sesmarias. As fazendas sertanejas, pela distância que as separava dos outros centros produtores, eram obrigadas a produzir os próprios mantimentos. Assim, além da pecuária, introduziram a cultura do algodão, associada à agricultura de subsistência. (FIPE, 1991).

O município de Afogados da Ingazeira, incluído no sertão do Pajeú, conforme dito linhas acima, teve sua origem numa Casa de Oração de construção simples, feita de taipa e de barro e localizada na propriedade de um padre. Segundo a tradição local, posteriormente, a capelinha foi substituída por uma de alvenaria, na fazenda de criação denominada Barra da Passagem, adquirida pelo Sr. Manoel Francisco da Silva, descendente de portugueses, proprietário de terras que comercializava, no Recife, gado adquirido no Piauí. Mais tarde, a capela tornou-se a Matriz de Afogados da Ingazeira, onde o santo padroeiro, Senhor Bom Jesus dos Remédios, é festejado anualmente no período de 21/12 a 1/1.

Com a construção da capela em 1836, o povoado foi se formando, pertencendo, inicialmente, ao atual município de Flores, mas, em 5 de maio de 1852, por força da lei Provincial nº 295, tornou-se Vila, com o primeiro nome de Passagem da Ingazeira, com sede em São José da Ingazeira (Plano Municipal, 1997). Essa denominação original do atual Município deu-se em homenagem à fazenda Barra da Passagem, assim chamada por sua localização à margem direita do rio Pajeú, local de ultrapassagem do rio quando este, no inverno, provocava enchentes. Posteriormente, a Vila mudou de nome. Segundo a tradição popular, em tempos idos, um casal de viajantes, tentando atravessar o rio, por ocasião de uma das inundações, foi arrebatado

pela correnteza, sendo encontrado mais tarde na ribanceira do rio, sob uma ingazeira. Por esse episódio, o local passaria a ser chamado “Passagem dos Afogados”. Com o tempo, o termo “Passagem” caiu em desuso, perdurando somente “Afogados”, que permaneceu até 1º de julho de 1909, quando a localidade foi elevado à categoria de cidade pela Lei Estadual n.º 991. Como já existia no Recife uma localidade denominada de Afogados, foi agregado àquele o nome de “Ingazeira”, permanecendo até hoje com a denominação de Afogados da Ingazeira (FIPE, 1991).

Apresentação do Município

O município de Afogados da Ingazeira, localizado no estado de Pernambuco, integra a região semi-árida¹⁴ do Nordeste do Brasil. O semi-árido, na conceituação da Sudene:

formado pelo conjunto de lugares contíguos, caracterizados pelo balanço hídrico negativo, resultante de precipitações médias anuais iguais ou inferiores a 800mm, insolação média de 2.800h/ano, temperaturas médias anuais de 23° a 27° C, evaporação de 2.000 mm/ano e umidade relativa do ar média em torno de 50%. Caracteriza-se essa região por forte insolação, temperaturas relativamente altas e pelo regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações num curto período de apenas três meses.

Na região Nordeste, essa área totaliza 895.931,3 km², o que engloba atualmente 1.031 municípios, uma população urbana de 9.835.806 de habitantes e uma população rural de 8.630.891 pessoas (IBGE, 1996). Considerando a área de atuação da Sudene, o semi-árido nordestino está presente nos estados de: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Bahia, Ceará, Piauí e parte de Minas Gerais.

¹⁴

Na América do Sul há três grandes áreas semi-áridas: o Nordeste do Brasil, trechos da Venezuela e da Colômbia e uma terceira que se estende ao longo da Argentina, Chile e Equador.

O município de Afogados da Ingazeira tem uma população total de 32.916¹⁵ (IBGE, 2000) pessoas, das quais pouco mais da metade pertence ao sexo feminino, realidade semelhante à do estado de Pernambuco e do Brasil. Do mesmo modo que acontece com a Federação Brasileira, em geral, e Pernambuco, em particular, a população de Afogados também se concentra na área urbana¹⁶, ao contrário do ocorrido em outras décadas. Em 1940, o contingente humano do município residia mais no meio rural, pois apenas 22% das pessoas habitavam no perímetro urbano e suburbano municipal (IBGE, 1948). De 1940 a 1970, a população rural continuava sendo maior do que a urbana, embora começasse a decrescer. Em 1980 o número de habitantes urbano superou os do campo rural, que vem se mantendo até recentemente (IBGE, 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 2000). A atual concentração populacional no espaço urbano se explica, em parte, pela migração da população residente no rural do município.

Afogados da Ingazeira possui atualmente um único distrito, o a sede, ao contrário do que ocorreu no passado¹⁷. Hoje, além da cidade, o Município é composto por povoados ou lugarejos habitados. Segundo a classificação apresentada pelo IBGE, Afogados da Ingazeira faz parte da Mesorregião do Sertão Pernambucano (Mapa2) e da

¹⁵ O estado de Pernambuco tem uma população de 7.910.992 habitantes (IBGE, 2002).

¹⁶ Da população total do Município, 51,9% pertencem ao sexo feminino. De forma muito próxima, Pernambuco apresenta o índice populacional de 51,7% de mulheres. Em Afogados, 70% dos habitantes vive na área urbana (IBGE, 2000).

¹⁷ A divisão territorial fixada por lei, em 1938, compunha o Município em 7 (sete) distritos: Ingazeira, Jabitacá, Macacos, Solidão, Tabira, Tupã e Afogados da Ingazeira, que representava a sede municipal.

MAPA 2 - MESORREGIÃO DO SERTÃO PERNAMBUCO

Microrregião do Sertão do Pajeú¹⁸ (Mapa 3). Constitui o pólo da Microrregião e limita com os municípios pernambucanos de Solidão e Tabira, ao norte; ao sul com Iguaraci; a leste, com Tabira e Iguaraci; e a oeste com Carnaíba. Com uma altitude de 525m, Afogados da Ingazeira possui clima muito quente e semi-árido, tendo como período mais úmido do ano o trimestre de fevereiro a abril. Sua temperatura média anual é de 26° C e com a mínima, de 18°C, podendo elevar-se acima de 33°C. À noite e no começo da manhã a temperatura é sempre amena e, portanto, agradável, como no Sertão nordestino de modo geral, em contraste com a quentura das outras horas do dia. O Município, no ano de 2001, apresentou precipitação pluviométrica de 551,0 mm (Ebape, 2002).

O acesso a Afogadas da Ingazeira é facilitado por estradas asfaltadas, estaduais (PE-292, PE-275, PE-280) e federal BR-232) em bom estado de conservação. O Município também possui um campo de pouso utilizado, na maioria das vezes, por políticos em visita ao local. Distante 382 Km da capital do Estado, Afogados da Ingazeira tem uma área total de 384,4 km².

Seu relevo é, na maior parte, ondulado. Em determinados trechos, essas ondulações são fortes, e em outros, montanhosas, como nos extremos sul e noroeste. A vegetação predominante é formada pela caatinga hiperxerófila com as espécies popularmente conhecidas, quais sejam: pereiro,

¹⁸ Da microrregião do Pajeú fazem parte os municípios de: Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Iguaraci, Ingazeira, Itapetim, Quixabá, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Triunfo e Tuparetama.

MAPA 3 - MICRORREGIÃO DO SERTÃO DO PAJEÚ



catingueira, favela, xique-xique, macambira, caroá, umburana de cheiro, angico, jurema preta, braúna, umbuzeiro, mandacaru e outros tipos de flora da caatinga, como: canafístula, turco, mulungu, espinheiro ou unha de gato, marmeleiro, urtiga, macambira, pau-d'arco-amarelo, juazeiro, catolé etc. A vegetação nativa é usada na alimentação dos animais e o extrativismo vegetal é praticado pela população rural local, com vista à produção de carvão.

O município de Afogados da Ingazeira, desde a época da colonização, tem por base econômica as atividades relacionadas ao setor primário¹⁹, do mesmo modo que a região sertaneja como um todo. Atualmente, a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, continua sendo, como no início da ocupação do Município, a atividade mais rentável daquele setor. Além do gado, destacam-se as criações de caprinos e ovinos.

A pecuária, embora represente a atividade mais lucrativa, é menos adotada pelos produtores rurais, em comparação com a agrícola²⁰. Depois da agricultura, a segunda alternativa de exploração encontrada por eles produtores rurais é a combinação da agricultura com a pecuária. A menor participação desta última nessa junção se explica, em grande parte, pela extensão das terras e pela sua distribuição entre os produtores rurais do Município, o que impossibilita maior expansão da pecuária. Assim, a zona rural em Afogados da Ingazeira, que totaliza 29.073,3 ha, é retalhada em pequenas glebas que, em média, possuem 15 ha por imóvel rural (Incr,

¹⁹ As atividades econômicas distribuem-se em três setores: o primário, que inclui as relacionadas à agricultura, pecuária /criação de animais e extrativismo; o setor secundário, que é ocupado pelas indústrias; e o terciário, que agrupa as atividades comerciais, as de atividades prestação de serviços e as de transporte.

²⁰ Do total de 2.375 estabelecimentos existentes em Afogados da Ingazeira, 25% se dedicam à pecuária e 46% à agricultura, enquanto 27% combinam a prática das duas atividades. Apenas 2% dos estabelecimentos exploram a silvicultura, floresta e carvão vegetal (Ebape, 2002).

2001) e estão distribuídas praticamente de forma igualitária²¹, o que significa a inexistência de latifúndios no Município²².

2.2 Visitando o município: algumas considerações

Da Leitura Urbana à Leitura Rural do Município

O rural e o urbano foram vistos nas sociedades tradicionais, sobretudo, de forma isolada ou em oposição: o rural era identificado ao “meio natural”, à vida social camponesa, ao campo, enquanto o urbano estava associado à cidade, à indústria, ao “meio técnico”. No entanto, os efeitos da globalização apontam para modificações nesses dois mundos o que se confirma, por exemplo, em nível no rural, que não se constitui como numa essência, imutável, mas ao contrário, é uma categoria histórica que se transforma (Wanderley, 2000).

As modificações recentes vividas pelo rural ou sua “urbanização” motivaram estudiosos dos países desenvolvidos, desde a década de 1960, a refletir sobre a realidade no campo. No Brasil, o interesse pelo tema desponta no final dos anos 80, também do século passado.

²¹ Do total de imóveis rurais do Município 95% têm até 50ha de terra. Destes 43%, têm até 5ha, e apenas duas propriedades têm entre 500 e 1000ha. A estrutura fundiária de Afogados da Ingazeira é formada por minifúndios na classificação do Instituto Nacional de Reforma Agrária- Incra - com base no módulo fiscal, é de 4,0ha, e a fração mínima de parcelamento é de 40ha (Incra, 2001). No que se refere à posse da terra, a maioria dos agricultores são proprietários, o que representa aproximadamente 70% do total daqueles. Os inseridos na condição de ocupantes totalizam 22%, e apenas uma pequena minoria forma a categoria dos arrendatários e parceiros (Ebape, 2002). No Município tem um assentamento do Incra desde 1986.

²² Não existem latifúndios por dimensão no município de Afogados da Ingazeira, nem nas demais localidades que compõem o Alto Pajeú. Havia na região, no ano de 1965, quando foi realizado pelo IBRA, atual Incra, o primeiro cadastramento de imóveis rurais no país, um (1) latifúndio por dimensão, localizado no município de Serra Talhada (Andrade, 1985).

As transformações apresentadas pelo rural, ao longo da sua história, são diversas. Trata-se de transformações de ordem econômica e social que afetaram profundamente a forma de produzir e a vida social local (Wanderley, 2000). Tais modificações se confirmam no Brasil, inclusive nas regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste (Gomes, 1999).

Das reflexões sobre as transformações no mundo rural e as relações deste com o urbano surgem, de forma simplificada, duas correntes de pensamento: na primeira, os estudiosos acreditam que se torna cada vez mais difícil traçar fronteira entre o rural e o urbano, seja do ponto de vista espacial, seja da organização das atividades econômicas e do âmbito social. Nesse contexto, o urbano se identifica com o rural e vice-versa. As transformações do rural resultam num *continuum* do urbano (Graziano da Silva, 2002). De forma diferente, Serraceno (1996) entende o *continuum* praticamente como uma via única, numa tendência do rural ser “vencido” pelo desenvolvimento do urbano.

A segunda corrente (Wanderley, 2000) tem a compreensão de que o rural está vivo, continua existindo, mesmo diante das transformações vivenciadas, as quais, no campo, refletem-se na adoção de técnicas agrícolas modernas, na assimilação de hábitos urbanos pela população local, no acesso aos bens e serviços adotados no meio urbano, e nas relações entre homens e mulheres, a exemplo da participação daquelas em movimentos sociais, inclusive em cargos de comando e na chefia familiar, atribuições historicamente da competência masculina.

Porém, diante dessas transformações, a sociedade vive um novo rural, com outros contornos, nova roupagem, mas mantendo aspectos tradicionais, como: a importância atribuída à agricultura como sua principal atividade econômica, a adoção do modelo de família comandada pelo homem, a responsabilidade da mulher pelo

trabalho doméstico e o não reconhecimento do seu trabalho na produção agrícola familiar, pois a atividade dita produtiva é considerada de responsabilidade masculina.

Compartilhando com a corrente de pensadores que defende a existência do mundo rural com suas especificidades, confirma-se a presença desse espaço, no município de Afogados da Ingazeira, coexistindo com o mundo urbano, onde ambos apresentam mudanças, ao mesmo tempo em que mantêm aspectos diferenciados.

Na área urbana do Município, no centro, como nas demais cidades interioranas destaca-se: a Matriz que foi batizada com o nome de Catedral de Bom Jesus dos Remédios. Construída no ano de 1912, pelo Pe. Carlos Cottart, de alvenaria, no estilo gótico, diferentemente da construção inicial, a Matriz abriga a principal festa popular do Município. Em frente a ela está a maior, e principal, praça da cidade: a Praça Monsenhor Alfredo de Arruda Câmara, com grande movimentação de pessoas nos finais de semana e por ocasião das festas populares. É ponto de encontro da população a lateral da “Praça da Alimentação”. Próximos a Catedral e à praça principal, estão os prédios da Prefeitura (a Câmara dos Vereadores e algumas Secretarias Municipais funcionam em locais nos arredores do centro), do Banco do Brasil, dos Correios e Telégrafos, do Cinema, do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano.

Uma das principais ruas da cidade é a Av. Rio Branco, formada, na sua maioria, formada por imóveis residenciais. Essa avenida, a mais larga da cidade e reta em sua extensão, é cortada, ao longo e no centro, por uma faixa ajardinada que embeleza Afogados da Ingazeira. É bem cuidada pelo serviço de limpeza urbana, mas pouco arborizada, dificultando a caminhada nas horas quentes dos frequentes dias ensolarados. Aquela longa rua é a mais utilizada para a realização das festas populares,

religiosas e cívicas do Município. Outra avenida de destaque é a Manoel Borba, onde se concentram o comércio local e agências bancárias²³.

A população de Afogados da Ingazeira reside no centro e ao redor dele. Há bairros populosos como o Brás e o São Francisco e registram-se favelas, com habitações desordenadas que, como tal compõem o cenário das grandes cidades brasileiras, também fazem parte da realidade do Município. Além delas, outros males sociais que afetam as metrópoles, como a presença de “crianças de rua” e o uso de drogas pelos jovens, também se constitui numa preocupação da sociedade afogadense, conforme revelam lideranças da localidade. Essa fatia carente da sociedade local, em sua maioria, reside na área urbana do Município.

Afastando-se do centro da cidade na direção da saída para o Recife, encontra-se o bairro mais nobre, que concentra residências de construção recente e requintada, num contraste de modernidade com a arquitetura mais tradicional das demais casas da cidade. Os residentes do bairro, em sua maioria, são pessoas naturais do Município ou há tempo instaladas ali.

Do outro lado da cidade, ou ao seu redor, está a zona rural de Afogados da Ingazeira, que é formada por 5 (cinco) povoados: Carapuça, Queimada Grande, Alto Vermelho, Pintada e Varzinha, espalhados pelo Município e distantes da sede num raio norte-sul de 30 km, e de leste-oeste de 20 km. O povoado mais próximo é o de Queimada Grande, a 5 km da sede e o mais distante é o de Carapuça, a 20 km. O acesso imediato a esses povoados se dá através de estradas carroçáveis e ou caminhos²⁴, diferentemente do que ocorre com a pavimentação de ruas nos bairros urbanos. Trafegar por essas vias rurais significa encontrar terrenos planos e ondulados,

²³ O Município dispõe de 4 (quatro) agências bancárias: Caixa Econômica Federal-CEF, Banco do Estado de Pernambuco – Bandepe, Banco do Brasil e o Banco Brasileiro de Desconto-Bradesco.

²⁴ São as vias de acesso mais precárias do que as estradas carroçáveis.

de barro batido, arenosos e rochosos. Alguns desses acessos ficam intransitáveis com as chuvas. Nos povoados, as casas estão construídas juntas, formando uma vila que possui, no geral, capela, posto de saúde, posto telefônico ou “orelhão”, e bodega.

A população rural de Afogados da Ingazeira se distribui nos povoados ou próximos a eles e vive em regime de comunidade. No Município, há 112 comunidades rurais inseridas num total de, aproximadamente, 123 sítios, agrupadas em 17 Pólos, a saber: Baixio, Carapuça, Pau Ferro, São João Velho, Santo Antônio, Jiquiri, Queimada Grande, Monte Alegre, Poço do Moleque, Umburanas, Alça de Peia, Curral Velho dos Ramos, Cachoeira da Onça, Várzea Comprida, Dois Riachos, Caiçara e Queimadas. Cada pólo é formado por comunidades que variam numericamente. Assim, o pólo de Poço do Moleque possui 4 (quatro) comunidades, com um total de 91 casas, enquanto o de Monte Alegre reúne 14 comunidades, com 185 moradias. A população comunitária se acomoda nas 2.587 casas existentes (informações obtidas no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em dez/2002). As famílias que formam as comunidades, quase sempre, mantêm laços de parentesco, e as casas ali, nas comunidades, como nos povoados, são de construção de alvenaria e, ao contrário destes, encontram-se, na maioria das vezes, espalhadas, distantes umas das outras. As necessidades básicas das famílias, como educação e saúde, são atendidas pelos serviços implantados no povoado mais próximo à comunidade e/ ou na sede do Município.

Afogados da Ingazeira, ao contrário de outros municípios sertanejos de Pernambuco, como Serra Talhada, Petrolina e Floresta²⁵, praticamente não possui

²⁵ Em Serra Talhada, as famílias Godoy e Inácio Oliveira são conhecidas como aristocracia da terra da terra, assim como pela carreira política que desenvolvem na localidade. As famílias Pereira e Carvalho também se destacam no Município, porém mais como profissionais da saúde e de negócios empresariais. Em Petrolina a tradição é da família Coelho, enquanto em Floresta está com as famílias Novaes e Ferraz.

famílias tradicionais, nos moldes da região, associados à posse da terra, de gado ou ao engajamento na política local. Embora não sendo tradicionais no contexto acima, as famílias: Campos Góes, Correia, Vêras, Amaral, Chaves, Vera Cruz, Vidal, Freitas, Padilha, entre outras, conjuntamente originaram a população de Afogados da Ingazeira (Plano Municipal, 1997). O Município, mesmo não computando na formação social, famílias nos molde acima descritos, conta com as “conhecidas”, a exemplo da “família dos Marianos”, que se destacou inicialmente pela função educadora e, mais recentemente, está se sobressaindo na política local.

As diferenças sociais e econômicas que envolvem as principais famílias do Município são poucas, e talvez por isso, não se percebe a presença de uma aristocracia, realidade que pode ser explicada, em parte, pela estrutura agrária de Afogados da Ingazeira, formada por pequenas propriedades rurais que, em geral, possuem até 10 ha de terra²⁶. Assim sendo, a inexistência de latifúndios na localidade pode significar também a ausência de “velhas famílias poderosas”. A zona rural do Município está dividida em pequenos lotes, denominado sítios, enquanto seus donos são conhecidos como agricultores ou proprietários, ao invés de sitiantes. De forma diferente, em outras localidades da região em que o espaço fundiário está dividido em áreas maiores, estas são denominadas de fazendas, e seus proprietários, de fazendeiros.

Na localidade, além das “famílias conhecidas”, outras pessoas o são, assim como são reconhecidas, pela dedicação e trabalho desenvolvido no Município. Nesse sentido, destaca-se o Bispo Emérito da Diocese de Afogados da Ingazeira, D. Francisco Austregésilo, oriundo da cidade do Crato, no Ceará e que atuou na Diocese durante 40 anos, desde 1961. Licenciou-se do cargo, mas atualmente continua

²⁶ No século XIX, havia fazendas e engenhos localizados por todos os recantos de Afogados da Ingazeira. O cultivo do algodão cresceu, e com ele, a comercialização. Fábricas de descaroçar algodão foram instaladas em vários locais do Município (Plano Municipal, 1997).

ajudando nos trabalhos da Igreja e residindo no Município, com participação importante na sua organização social e política.

A sociedade afogadense, na sua formação, contou com a participação de várias pessoas vindas de outras localidades, atraídas, por exemplo, pela Barragem de Brotas e por projetos de irrigação implantados no Município, como o “Projeto Asa Branca” (Albuquerque e Rufino, 1988), bem como por Programas e Projetos de desenvolvimento rural²⁷. Assim, a afluência dessas pessoas tanto de se deu rumo à área rural, com a vinda de agricultores de municípios vizinhos, como à urbana com técnicos de diversas especialidades.

O movimento populacional em Afogados da Ingazeira ainda ocorre, e se dá internamente, com o deslocamento da população rural²⁸ tanto para a sede municipal, quanto para outras localidades do estado de Pernambuco e da região Nordeste, bem como para São Paulo e Brasília, “velhos refúgios” dos nordestinos, ainda que para estes redutos, segundo informação de diversos segmentos da sociedade local, a saída esteja reduzida em relação a décadas passadas.

A migração no Município não somente é praticada pela população rural, mas por pessoas residentes na cidade. Tampouco é apenas estadual, regional ou nacional, pois assume também caráter internacional²⁹. No que se refere à saída da população rural para a sede do Município, o motivo principal é a precariedade das condições de permanência no meio rural. Tais condições estão relacionadas, entre outros, ao

²⁷ Na década de 1970 o Município participou do Projeto Sertanejo, de responsabilidade do Governo, Federal e do Projeto Asa Branca, criado em 1979 pelo governo do estado de Pernambuco. Esses projetos objetivam o fortalecimento da agricultura no Nordeste sem, contudo, destacar a agricultura familiar como propulsora do desenvolvimento.

²⁸ É comum a existência de “casas fechadas” nas comunidades rurais em decorrência da saída das famílias para a sede do município ou outros locais, segundo informações de vizinhos. As casas permanecem desocupadas até o regresso dos seus ocupantes, que, ao deixarem a localidade, pensam no retorno. Em caso de desistência, esses imóveis desocupados podem ser cedidos a parentes, ou vendidos.

²⁹ A saída, principalmente de jovens, do Município para outros países, como os Estados Unidos, em busca de meios para sobrevivência, começa a ser praticada, principalmente, pela população urbana de Afogados da Ingazeira.

desemprego e à falta de recursos financeiros para a sobrevivência, os quais são gerados, sobretudo, no setor agropecuário, que, freqüentemente, tem sido atingido pela seca.

O fenômeno climático da estiagem não afeta apenas o Município, mas também as demais localidades da região semi-árida do Nordeste³⁰. A consequência principal disso é a queda da produtividade na agropecuária. A redução ou perda total da produção em época de seca é provocada pela escassez d'água, que causa danos não apenas produtivos, mas compromete as necessidades do abastecimento doméstico. Geralmente, nas áreas rurais, a água para o consumo humano é trazida de grandes distâncias, obrigando as mulheres a realizarem longas caminhadas, com depósito plástico na cabeça, geralmente baldes (em substituição as tradicionais latas), pois, na região, a divisão sexual do trabalho socialmente estabelecida atribui principalmente a elas a atividade de transportar a água. Porém, se a família possui carro de bois ou carroça de jumento, é comum o homem (marido, filho ou parentes) assumir a tarefa. No caso específico do município de Afogados da Ingazeira, a mulher é mais poupada de carregar água, por ser comum, na localidade, o uso de transporte de tração animal pela população e a utilização de cisternas³¹ para captação e armazenamento de água de chuva, nas residências rurais.

³⁰ O fenômeno climático da seca é uma realidade nordestina, cujo marco foi a estiagem de 1877. Depois desta, inúmeras secas afetaram a região. Considerando os períodos, o mais prolongado e mais recente foi o iniciado em 1979 e finalizado em 1983 (Melo, 1999: 2002).

³¹ Há, na área rural do Município, cerca de 456 cisternas, o que representa 18% do total das casas existentes (informação levantada no Sindicato Rural de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais durante realização da pesquisa de campo, em dezembro de 2002). A construção de cisternas de água de chuva tem se constituído numa alternativa largamente adotada no Município para enfrentar uma das maiores dificuldades na seca, que é a carência de água para o consumo humano. As cisternas podem garantir até por um ano, num período de seca, a água de beber da família. É usada na localidade tanto a cisterna de placas como de calçadão. Ambas são construídas na propriedade, próximas a residência contemplada pela obra hidráulica. Nos dois tipos de construção são aproveitadas as águas das chuvas caídas no telhado da residência. O tipo mais usado é o de placas, por ser de baixo custo e de fácil aprendizado dos pedreiros que são os próprios agricultores da localidade (Diaconia, 2002).

A população do semi-árido, principalmente a que vive da terra e da criação de animais, como os agricultores familiares, diante das sucessivas secas que afetam a região, fica na expectativa da chegada das chuvas para “tocar a roça”³².

No meio rural, a ocupação principal continua sendo a de agricultor. Afora esta, praticamente inexistem oportunidades de trabalho para a população. Neste sentido, poucas pessoas conseguem se ocupar na localidade, exceto em escassos cargos municipais, tais como: de professora, merendeira de grupos escolares das comunidades e agente comunitário de saúde. Essas funções, em grande parte, são exercidas por mulheres.

A partir da limitada oferta de trabalho no meio rural, a população local busca alternativas de sobrevivência na cidade. Lá, firmam residência, geralmente na periferia, ou moram com parentes. Dada a proximidade das comunidades rurais com a cidade, outras pessoas permanecem residindo no campo e se deslocam diariamente até o local de trabalho. A saída das pessoas para a sede geralmente é realizada pelos mais jovens. Deste contingente, as moças migram em maior quantidade do que os rapazes³³, e o trabalho em que elas se engajam com maior frequência é o emprego doméstico³⁴,

³² Em 2002, não foi diferente. No final do ano, existia uma esperança da população afogadense de que 2003 seria de seca, a partir da “experiência das trovoadas”. Na visão dos agricultores, as trovoadas no mês de dezembro sinalizam o próximo ano seco, porém, entre suas experiências há também aquela de que chuvas em janeiro são promessas “de ano de bom inverno”. E foi o que ocorreu no corrente ano, no Município, e com ela a expectativa de que 2003 será bom para a agricultura. As chuvas na região do semi-árido são sempre comemoradas. Elas contagiam de alegria a população, em particular, os agricultores. Com as primeiras precipitações, a maioria dos produtores rurais inicia o plantio, mesmo na incerteza de que as chuvas continuarão caindo e na quantidade suficiente para sustentar o cultivo. As primeiras chuvas no Município são anunciadas, pela Rádio local, em Programa matutino. Os agricultores das diversas comunidades e os demais companheiros afinados com as atividades relacionadas à agricultura, como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, organizações governamentais e não governamentais, ao se cumprimentarem, invocam a Deus pedindo chuvas, e procuram se informar sobre elas, se ocorreram nas suas “regiões”, pois, às vezes, são localizadas.

³³ A razão principal é a de que os rapazes participam mais ativamente das atividades da roça e dos cuidados dos animais do que as moças, e nelas permanecem por maior tempo. Além disso, se o projeto de vida deles é “deixar o interior”, a meta não é o Município, mas viajar, principalmente para São Paulo e o Distrito Federal, para trabalhar, quase sempre, na construção civil.

³⁴ O “emprego doméstico” oferecido às jovens rurais, na maioria das vezes, não tem garantias trabalhistas, e sequer recebem $\frac{1}{2}$ do salário mínimo adotado no País. Essas jovens, de baixa

seja de forma permanente, residindo no local de trabalho, ou eventual, realizando faxinas nas residências. Para os rapazes, o emprego mais freqüente se dá no comércio (vendas e serviços) e no abatedouro de galinhas, instalado fora da saída da cidade, em direção ao município de pernambucano de Tabira. As moças, principalmente aquelas com maior nível de escolaridade (ensino médio ou nível superior), ao migrarem para a sede municipal à procura de emprego, conseguem, quando muito, uma colocação no comércio. Este processo migratório, predominantemente jovem e feminino, vivido pelo município de Afogados da Ingazeira e que se estende pela região Nordeste desde a década de 1990, foi estudado por Abramovay (1998) na abrangência das regiões brasileiras.

Além do problema do desemprego, a atração pela sede do Município pode ser explicada pela deficiente infra-estrutura dos serviços sociais básicos disponibilizados à população rural em suas localidades, por exemplo, o serviço de saúde³⁵ oferecido

escolaridade, são originárias de famílias pobres. Muitas vezes são “adotadas” por famílias conhecidas, que não remuneram o trabalho prestado por elas, mas em troca “dão tudo de que precisam”, inclusive escola. Hoje, a saída das moças para o exercício do emprego doméstico na cidade tem diminuído em função do transporte escolar fornecido pela Prefeitura. Antes, muitas delas vinham trabalhar em casa de família para dar continuidade aos estudos, pois, não sendo oferecidos na área rural, e sem a família ter condições de financiar o transporte para estudarem na cidade, submetiam-se a vir trabalhar em casa de família para “financiar-los”.

³⁵ A população rural recorre sempre aos serviços médicos instalados na sede do Município em decorrência da atenção precária que lhe é oferecida nos povoados. A área rural não dispõe de hospitais, e as pessoas são assistidas pelos 4 (quatro) Postos de Saúde implantados nos povoados, nos quais, o médico presta atendimento 1 (uma) vez por semana. Afora este atendimento, a população rural somente conta com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS-, num total de 19. Esses PACS são compostos por 61 profissionais conhecidos como agentes de saúde, que realizam visitas domiciliares. Contratados pela Prefeitura por um prazo de 1 (um) ano, podendo ter o contrato renovado, os agentes de saúde residem na zona rural. A área urbana, em comparação com a rural, está mais bem aparelhada para a assistência à saúde. Ela dispõe de uma rede pública formada por hospital, casas de saúde, centro de saúde do Município, laboratório, consultórios odontológicos e de psicologia. Disponibiliza ainda de rede de saúde particular servida por clínicas, casa de saúde, laboratórios, consultórios odontológicos, médicos e psicológico. Em virtude dessa infra-estrutura, os municípios da região recorrem aos serviços de saúde oferecidos por Afogados. Além destes, a população afogadense pode recorrer ao programa público, o Programa de Saúde da Família- PSF, que está espalhado por bairros através de 5 (cinco) postos, cujas equipes são compostas por médico, enfermeira, auxiliar de enfermagem, agente administrativo e por técnicos do serviço social. O Programa também presta assistência integrada à saúde da mulher, criança e idoso, e realiza reuniões com os pacientes portadores de hepatite, diabetes, gestantes, e pré-natal para baixo e alto risco. O PSF inclui ainda programa de saúde bucal e planejamento familiar e distribui medicamentos. Consulta ambulatorial, sala de vacina e coleta para o exame de Papanicolau e visita

àquela é deficitário, deixando essa população praticamente dependente dos serviços médicos instalados na sede municipal e dos encaminhamentos para atendimento na capital, nos casos de doenças sem condições de solução no Município.

Do mesmo modo que a saúde, é precária³⁶ a educação formal proporcionada à população rural no seu local de residência. Por isso, ela também pode contribuir na migração de famílias para a sede municipal³⁷. Afora a saúde e a educação, o sistema de abastecimento d'água na área rural é precário em relação à zona urbana. A água encanada na esfera rural é inexpressiva, e quando existe, é realizada com água de poços puxada a motor bomba e armazenada em caixas d'água. A distribuição desse bem abastece a cozinha e o banheiro das residências. A água também é usada para beber e cozinhar, caso a moradia não possua cisterna ou não consuma água mineral engarrafada, adquirida na cidade, alternativa adotada por várias famílias rurais no Município. O uso de água mineral engarrafada pela população rural é exemplo da assimilação de modo de vida urbano, em substituição ao costume local de beber a água diretamente de rio, armazenada em potes de barro. Como a água mineral, outros hábitos tipicamente urbanos se fazem presentes em Afogados da Ingazeira, como o uso do adoçante em substituição ao açúcar e à rapadura, do mesmo modo que a introdução

domiciliar do médico ao paciente impossibilitado de se deslocar para o Posto, também fazem parte da programação do PSF. Programas de cunho preventivo vêm colaborando na redução da mortalidade da mulher provocada pelo câncer uterino.

³⁶ A área rural dispõe apenas de escolas municipais que oferecem o ensino fundamental da 1ª. a 4ª. série. A maioria das administradas pela Prefeitura se encontra nas localidades rurais. Para suprir tal deficiência, a Prefeitura Municipal de Afogados, como outras prefeituras do interior, por força de Lei fornecem gratuitamente aos estudantes da área rural transporte para estudarem na cidade. Isto porque a zona urbana do Município, além das escolas municipais de 1ª. a 4ª. série oferece também a população o ensino fundamental da 5ª. a 8ª. série. Afora a rede municipal, a cidade conta com a estadual e a particular. Os estabelecimentos do estado oferecem do ensino fundamental ao médio com Estudos Gerais e o Magistério, enquanto a rede particular atua do ensino fundamental ao 3º. grau com a Fafopai - Faculdade de Aperfeiçoamento de Professores.

³⁷ A vinda diária dos filhos para estudar na cidade constitui-se numa preocupação constante para os pais. Dada a distância que separa o rural do urbano, eles não conseguem acompanhar as amizades que os filhos fazem na cidade, com quem andam e se freqüentam a escola diariamente. O único "controle" é o horário de partida e de chegada dos filhos em casa, pois o transporte oferecido pela Prefeitura, "o carro dos estudantes", que "pega" os alunos em casa e "deixa" na escola.

de alimentos industrializados, como o iogurte no lugar do leite e da coalhada, e massas, como macarrão, bolacha e biscoitos, substituindo o cuscuz de milho. Na cidade, onde o sistema de encanação foi implantado desde a década de 50 do século XX, o abastecimento atinge praticamente toda a sua extensão e é de responsabilidade da Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa. A água que abastece o Município é captada na Barragem de Brotas do rio Pajeú, inaugurada em 1975. Esse rio e seus afluentes - os riachos Boa Vista, São João Pajeú Mirim, Gangorra e Quixaba - servem conjuntamente ao Município. Além desses recursos hídricos, abastecem Afogados outras barragens e açudes menores, poços, cisternas, barreiros e fontes, como: Queimada Grande e Congonhas.

As demais necessidades inerentes ao bem-estar da população, como, por exemplo, os sistemas de eletrificação, comunicação e lazer, constituem elementos estimuladores da migração para a sede do Município, embora em proporções menores do que os demais assinalados acima. Isso decorre das poucas diferenças existentes na oferta desses serviços no meio rural, em relação ao urbano, ou pelo lugar mais secundário que alguns deles ocupam na escala das necessidades dessa população rural.

No que concerne ao fornecimento de energia, a área rural de Afogados da Ingazeira está em grande parte eletrificada. Esta eletrificação ganhou impulso nos anos 80 da passada centúria e está a cargo da Companhia de Eletrificação Rural do Alto Pajeú – Ceralpa-, que é assistida técnica e financeiramente pela Companhia Energética de Pernambuco - Celpe. A eletrificação, ao chegar à área rural do Município, possibilitou à população local não somente a energia nas casas, em substituição aos candeeiros, como o uso de eletrodomésticos. Assim, é comum nos domicílios rurais a existência de aparelhos tais como: geladeira, televisor e equipamento de som.

Diferentemente da eletrificação rural, a urbana foi instalada no Município desde a década de 1950. Sua distribuição e comercialização são de responsabilidade da Celpe.

Quanto ao sistema de comunicação, há um grande diferencial na área rural que é a ausência dos serviços de correio, os quais estão concentrados na cidade³⁸. Por outro lado, o sistema de telecomunicação na zona rural, ao contrário da urbana, não assiste à população com a telefonia residencial, mas somente com a pública, através de “orelhões” ou postos telefônicos localizados nos povoados, e com o telefone celular ou móvel que começa a ser utilizado pela população do campo.

Ainda referente à comunicação, o Município, como um todo, está inserido no sistema de repetição e retransmissão de televisão do Departamento de Telecomunicações de Pernambuco – Detelpe-, que capta imagens de diversos canais de televisão. Igualmente, o Município é assistido por duas emissoras de rádio: a AM Pajeú, de propriedade da Diocese de Afogados da Ingazeira, e a FM A Transertaneja, de propriedade do deputado federal pernambucano Inocêncio Oliveira. O jornal também é veículo de comunicação acessível à população afogadense. Os diários de maior circulação no estado são vendidos diariamente em pontos centrais da cidade.

Os moradores da cidade têm à disposição várias opções de lazer³⁹. Para a área rural, a oferta se reduz praticamente aos banhos de rio e açude, jogos de futebol entre times formados pelas comunidades rurais⁴⁰ e jogos de sinuca em pequenos bares,

³⁸ O serviço é realizado no Município pela Empresa de Correios e Telégrafos-ECT.

³⁹ Cinema São José (atualmente em reforma e que será também utilizado como teatro); parque de diversões permanentes/aquáticos; clubes sociais; estádio e ginásio de esporte; parques de vaquejada e cavalhada; boate e casa de *show*; sorveterias; bares; restaurantes; praça da alimentação (conjuntos de barracas de alvenaria localizados no centro da cidade, diariamente, foram construídos pela Prefeitura Municipal no ano de 2002); festas religiosas e populares, como o carnaval e a Afogareta-, carnaval fora de época- com a participação de blocos locais; ciclo junino; festa de emancipação política do Município; festa de Bom Jesus dos Remédios; festivais regionais da sanfona e jogos escolares. As festas religiosas e populares no Município sempre são animadas por manifestações folclóricas: bacamarteiros, banda de pífanos, coco de roda, capoeira, frevo e forró. Também participam os trios elétricos urbanos.

⁴⁰ Partidas de futebol talvez se constituam na maior expressão de lazer, atualmente, na área rural. É comum nos dias de domingo as pessoas se divertirem jogando futebol. Times com plantéis são

diversões que movimentam os finais de semana. As missas nas capelas dos povoados acontecem mensalmente e também são uma forma de lazer encontrada pelas pessoas que residem na zona rural.

O transporte coletivo usado no Município para o traslado interestadual e intermunicipal é realizado por ônibus que partem do terminal rodoviário local, construído perto do centro da cidade. O deslocamento intermunicipal das cidades próximas a Afogados da Ingazeira, como Tabira, São José do Egito, Arcoverde, Sertânia, Serra Talhada, Triunfo e outras, além dos ônibus os passageiros também conta como a opção do transporte alternativo - os conhecidos “carros de aluguel”-, com terminais localizados no centro. No caso do traslado do Município para a capital do estado e vice-versa, além dos confortáveis ônibus de linha (expressos e semi-expressos, com saídas diurnas e noturnas), é oferecido à população o transporte opcional das “lotações”⁴¹.

Quanto à locomoção das pessoas dentro do Município, tanto na área urbana como na zona rural, usam-se motocicletas, as chamadas “moto-táxi”, e os “carros de aluguel”, geralmente caminhonetes, ambos com “praças” na cidade. No entanto, no traslado da área rural para a sede municipal, as opções oferecidas à população são reduzidas aos “carros de aluguel”, que normalmente fazem duas viagens por dia, dependendo da localidade, e as “caronas” nos “carros dos estudantes” (transporte financiado pela Prefeitura para conduzir os alunos às escolas localizadas na cidade, durante o período letivo). Diante da escassez de transportes para a locomoção da

formados. A mulher garante a presença, tanto como participante das partidas como na condição de torcedora.

⁴¹Essas lotações, pertencentes a proprietários residentes no Recife ou em Afogados da Ingazeira, realizam os trechos Recife/ Afogados/ Recife com viagens diárias, inclusive, aos domingos. Elas são muito requisitadas pelas comodidades oferecidas, como: apanhar e deixar o passageiro no local desejado, não realizar paradas durante a viagem, exceto para atender aos passageiros, e oferecer maior segurança, porque operam em horário diurno.

população rural para a cidade, os moradores dos sítios também recorrem aos transportes de propriedade particular, como: as bicicletas e as tradicionais carroças puxadas a cavalo ou jumento, e os carros de bois. Quando utilizam os transportes de tração animal, os moradores, principalmente aos sábados, para fazer a feira, enfrentam dificuldades para estacionar seus veículos nas ruas centrais da cidade⁴². Os locais de estacionamento são insuficientes, inclusive para atender à demanda de veículos automotores que trafegam diariamente no Município.

Afogados da Ingazeira, como outras localidades brasileiras, enfrenta um dos maiores problemas ambientais: os lixões. O descarrego do lixo diretamente no solo, comprometendo o meio ambiente, acontece geralmente na periferia das cidades. No Município o lixão fica próximo à comunidade de Poço da Pedra, pertencente ao Pólo Curral Velho dos Ramos, onde residem 62 famílias. A população local é diretamente prejudicada, principalmente pela poluição que o lixão provoca nas águas da Barragem de Brotas, que abastece o Município, limitando o consumo doméstico de água às cisternas e aos poços existentes na comunidade. A população prejudicada fez denúncias pela Rádio local acerca dos problemas causados pelo lixão, bem como manifestações, com apoio de políticos e de organizações sociais, exigindo da Prefeitura a retirada do lixão. Segundo informações de residentes na comunidade, a proposta da Prefeitura, rejeitada pelos seus moradores é a de manter no local o depósito de lixo, utilizando a técnica de tratamento do aterro sanitário, pelo qual o lixo é colocado em escavação feita no solo.

⁴² Na Manoel Borba, a principal rua da cidade, onde se concentram o comércio local e as agências bancárias, os condutores dos veículos automotores enfrentam dificuldades para estacionar seus veículos durante o horário comercial. É grande o fluxo deles pela cidade. Dada a quantidade de veículos circulando, há necessidade da implantação de semáforos, como os instalados em outras cidades de porte semelhante.

Com base nos diversos aspectos apresentados pelo município de Afogados da Ingazeira fica evidenciada a presença de dois mundos distintos: o rural e o urbano, em que primeiro, embora incorpore modos de vida do segundo, mantém sua identidade de espaço rural.

Organização Política no Município

O município de Afogados da Ingazeira, diferentemente da maioria dos que formam a Região Nordeste, apresenta um certo nível de politização e uma cultura participativa da população. A distribuição demográfica rural em comunidades supõe, de antemão, um modelo de desenvolvimento local coletivo e participativo, o qual, no Brasil, tem seus primeiros registros na década de 50 do século passado. Antes de as organizações rurais se estabelecerem e criarem as comunidades, a população rural de Afogados era representada pelos sítios onde as pessoas residiam.

A origem dessa politização no Município remonta aos anos 60 do século XX, sob a regência da Igreja Católica⁴³, que sofre, nesse momento, uma mudança de filosofia nos trabalhos sociais. Até antes dessa mudança, a Igreja adotava uma política assistencialista no atendimento à população pobre, numa tentativa de ajudar, individual e superficialmente, as pessoas sem atingir as raízes dos seus problemas. A nova via encontrada pela Igreja para assistir os carentes, deixava de ser paternalista para adotar a conscientização sobre os direitos humanos através da educação. Nessa forma de agir, a Igreja tinha como meta tornar os pobres, os marginalizados, sujeitos sociais e

⁴³ No Município, o movimento de formação política foi iniciado com o bispo D. Francisco Austragésilo. Hoje, com a ausência do bispo, a Igreja limita-se a desenvolver as atividades religiosas.

históricos do processo de desenvolvimento rural. Isso aconteceu após o Concílio do Vaticano Segundo, realizado no período de 1962 a 1965.

A idéia pensada pela Igreja se materializava através de programas comunitários de educação popular. Era uma educação no sentido amplo, não somente com o intuito de alfabetizar as pessoas, mas de politizá-las, fazê-las ver seus direitos e deveres. Esse trabalho da Igreja, chamado de Movimento de Educação de Base – MEB -, era veiculado pela Rádio Pajéu, a primeira do interior de Pernambuco, que desempenhou importante papel na politização local. A Rádio Pajeú foi montada pela Igreja e funcionou sob a responsabilidade de D. Mota, bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira, no período de 1957 a 1960. O principal objetivo do religioso era a de manter no Município o Movimento de Educação de Base – MEB.

A Rádio Pajeú tinha penetração no Recife, em municípios pernambucanos e se estendia pelos estados de Alagoas, Paraíba e Bahia. A transmissão do Programa pela Rádio tinha como objetivo espalhar os ditames do MEB, fazendo chegar às localidades onde inexistiam escolas ou estas eram inacessíveis, a presença do professor, era uma espécie de educação à distância, prática de ensino em expansão no Brasil.

Os que primeiro iniciaram o Movimento foram os chamados delegados de base, animadores e líderes rurais. Depois o movimento é seguido pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, as ONGs, as Associações Rurais e os Conselhos. Hoje, a Igreja realiza, através de D. Francisco, programas semanais de caráter religioso e social na Rádio Pajeú. O trabalho iniciado pela instituição católica em Afogados da Ingazeira foi acompanhado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, criado no Município no ano de 1963.

Os sindicatos rurais de trabalhadores surgiram no Nordeste por influência das Ligas Camponesas, que iniciaram sua luta pela Zona da Mata de Pernambuco, e depois

entraram pelo Agreste e o Sertão. No município de Afogados da Ingazeira, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais continua como uma força dinâmica, atuando junto aos agricultores e suas associações. A organização, segundo o último recadastramento, realizado em 2002, conta com 2.121 sócios, dos quais 884 são mulheres.

Na atual estrutura, o Sindicato de Trabalhadores Rurais do município, dirigido pelo presidente e um vice – presidente, e está dividido em 4 (quatro) Secretarias⁴⁴, com suplentes, e uma Comissão de Mulheres. Da direção dessas Secretarias participam trabalhadores e trabalhadoras rurais, eleitos (as) a cada 2 (dois) anos. As Secretarias têm seus programas específicos de trabalho. Assim, a questão da aposentadoria dos trabalhadores rurais é da alçada da Secretaria de Políticas Públicas; já a Secretaria de Organização e Formação cuida dos cursos de capacitação desses (as) agricultores (as), como os cursos de conscientização e de formação para que eles/elas possam ocupar os cargos de presidente, vice e secretários (as) do Sindicato. Enquanto a Secretaria de Desenvolvimento Rural trabalha com os Programas de Desenvolvimento Rural nas questões relacionadas, por exemplo, ao crédito rural, a Secretaria de Gestão e Finanças cuida dos recursos financeiros da organização.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais, considerando a importância da transmissão de informações à categoria dos (as) trabalhadores (as) rurais, realiza, nas segundas-feiras, às 11h30, programa na Rádio Pajeú que é dividido em três partes: educação sindical; avisos e informes; e entrevista com integrantes do Sindicato.

44

No ano de 2002, o Sindicato estava estruturado como segue. Presidente: Ademar José de Oliveira; Vice-Presidente e Secretária de Políticas Públicas: Maria das Dores Santos de Siqueira; Secretário de Organização e Formação: Decival Alves de Souza; Secretário de Desenvolvimento Rural: Sebastião José da Silva; Secretária de Gestão e Finanças: Irenilda Bezerra de Oliveira. Cada titular tem um (a) suplente, sendo assim: 2 (duas) mulheres e 2 (dois) homens. Em março de 2003, houve eleição no Sindicato.

Os agricultores e as agricultoras do Município também estão organizados (as) através das associações rurais, criadas no local desde a década de 80 do século passado. Essas entidades, formadas por produtores rurais de diferentes atividades, são intituladas como associações de: produtores de farinha, desenvolvimento comunitário, pequenos produtores, criadores de caprino e ovino, assentados, apicultores e pescadores. Elas totalizam em torno de 46, incluídas aquelas em processo de regularização. As associações rurais são geralmente presididas por homens, pois apenas 2 (duas) são dirigidas por mulheres. Mesmo não encabeçando a equipe formada pelo presidente, as mulheres sempre participam dessa composição na condição de tesoureiro, secretário e pelo conselho fiscal.

Legalizadas, essas organizações facilitam a participação dos agricultores e agricultoras nos projetos e programas dirigidos ao Município. As associações são criadas com vistas a melhorar as condições materiais da população, porém, muitas vezes, têm como objetivo atender interesses de políticos. Segundo Jara (1997), o desenvolvimento comunitário, da forma como é gerenciada no Nordeste, tem sido usado por programas como um instrumento partidário para atender a objetivos clientelistas, a exemplo do ocorrido com o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP -, substituído pelo Programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR. No Município, as associações, garantem lideranças rurais, não pertencem a políticos, e são criadas e organizadas pelas comunidades.

Além do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e das Associações Rurais, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano de Afogados da Ingazeira – Comdrur -, também faz parte da organização política do Município. Este Conselho, criado em 1997, é considerado, pelas lideranças dos movimentos sociais locais, como o grande avanço político e social de Afogados da Ingazeira,

principalmente em sua primeira instância deliberativa: o Fórum Popular, que reúne todos os segmentos da sociedade local (Plano Municipal, 1997). São, em média, 80 instituições governamentais e não governamentais que compõem o Fórum, além das pessoas que tiverem interesse em participar. Todo integrante tem direito a voz, mas somente as entidades podem votar. Além do Fórum paritário do Comdrur, a sociedade afogadense também conta com o Fórum da sociedade civil, que se reúne mensalmente para discutir as políticas públicas e o orçamento participativo.

A origem do Comdrur remonta ao ano de 1995, sob a denominação de Conselho Comunitário do Fumac - Fundo Municipal de Apoio Comunitário que faz parte do Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR -, criado com recursos de empréstimos do Banco Mundial (BIRD) para eliminar a pobreza no campo da região Nordeste⁴⁵. Ao contrário do PAPP, o PCPR tem como filosofia de trabalho a descentralização e a participação da sociedade (Jara, 1997).

O Conselho do Fumac⁴⁶, quando criado, era majoritariamente composto por entidades rurais, uma vez que os recursos eram destinados ao combate à pobreza rural. Ainda em 1995, o Conselho foi reestruturado, passando a se chamar Conselho Municipal de Desenvolvimento Comunitário - CMDC. Porém, com a inserção do Município no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf -, que

⁴⁵ Além do Fumac, fazem parte do PCPR o Programa de Apoio Comunitário - PAC e o Fundo Municipal de Apoio Comunitário Piloto - Fumac-P. No PAC, elas trazem propostas de investimentos à unidade estadual. No Fumac as comunidades apresentam as propostas que são aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento. O que diferencia o Fumac-P é que, neste, o Conselho local tem a prerrogativa de decidir sobre a aplicação dos recursos. Ele é gerenciado exclusivamente pelo Conselho Municipal.

⁴⁶ Atualmente o Comdrur participa do Fumac-P, o que fez crescer sua credibilidade e a participação popular. Isso leva o Comdrur a se institucionalizar, ganhando personalidade jurídica e uma nova estrutura organizacional, de forma que todas as entidades civis e públicas sociais no Município passaram a discutir ações, projetos e problemas ou encaminha-las às instâncias do Comdrur decidindo sobre os projetos e gerindo os recursos financeiros dos convênios. Recentemente (dez/2002) o Projeto Renascer, que administra o PCPR, promoveu uma avaliação do Fumac-P no município de Afogados. Os resultados da pesquisa realizada junto às comunidades rurais e ao Comdrur foram apresentados no Fórum Popular, que se dedicou exclusivamente a essa questão. A pesquisa apontou vários problemas existentes no desempenho do Comdrur/ Fumac-P e nas comunidades participantes do Fundo. Maiores informações sobre o assunto poderão ser encontradas no Projeto Renascer.

condiciona sua execução à existência de Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, foi formado o Comdrur ou “Conselhão”, como também é conhecido que reúne vários conselhos, como forma de evitar a pulverização daqueles. Trata-se de um mecanismo de participação popular que abrange o campo e a cidade nas suas diferentes dimensões e demandas por serviços básicos, políticos e econômicos.

O Comdrur, na condição de instância ampla, apresenta a seguinte estrutura organizacional: Coordenação Geral, Fórum Popular, Comissão Executiva e Grupos de Apoio Técnico.

A Coordenação Geral tem a missão de representar institucionalmente e articular todas as instâncias que compõem o Conselho. O Fórum Popular é a primeira instância de decisão do Conselho, tem caráter deliberativo e se reúne trimestralmente.

Não há limites de participação de instituições no Comdrur. Ele é aberto às organizações governamentais e não governamentais e aos cidadãos individualmente, desde que motivados por interesses de cunho coletivo.

A Comissão Executiva do Comdrur é formada por integrantes sociais, representantes e entidades da sociedade e do governo, eleitos democraticamente pelo Fórum Popular, para dinamizar as decisões e os encaminhamentos do Conselho. A Comissão Executiva que é paritária e composta por organizações governamentais ONGs tem 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) governamentais e 6 (seis) não governamentais⁴⁷.

⁴⁷ Das entidades governamentais participativas 2 (duas) representam a Câmara dos Vereadores (uma oposição e uma situação); 1 (uma) representa a Empresa de Abastecimento e Extensão Rural do Estado de Pernambuco-Ebape; 1 (uma), a Prefeitura; 1 (uma), a Companhia Pernambucana de Saneamento – Conpesa; e uma a Diretoria Regional da Educação - DERE. As não governamentais representam os conselhos urbanos, conselhos rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, grupo Benvirá, Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, o Centro dos Trabalhadores Rurais - Centru -, a Diaconia e a Casa da Mulher do Nordeste. Os Grupos de Apoio Técnico são criados de acordo com as necessidades do Conselho e dão assessoramento à Comissão Executiva.

O Comdrur é um canal de participação institucional, um espaço aberto ao governo e à sociedade, com a finalidade de discutir mecanismos democráticos de gestão e participação popular e cooperação entre o poder público e a comunidade, na perspectiva da construção do desenvolvimento local sustentável.

Entre os avanços políticos apresentados pelo Município, inclui-se a organização da sociedade sobre a problemática que envolve a situação da mulher frente à desigualdade social de gênero.

O movimento social em torno da questão foi iniciado em Afogados da Ingazeira, pela Igreja Católica, o que é paradoxal em razão das marcas de antifeminismo registradas pela história da Instituição. A Igreja, ao longo do tempo, reproduzia a visão discriminatória sobre as mulheres e a feminilidade, de forma direta ou indireta. Ela condenava todas as faltas da mulher no que diz respeito à decência, sobretudo em matéria de trajes e maneira de se comportar, de maneira, muitas vezes, indireta e simbólica, via textos sagrados e atos litúrgicos (Bourdieu, 1999). Todavia, é a própria Igreja que inicia a discussão sobre a discriminação da mulher dentro da própria Instituição, partindo das atribuições desempenhadas pelos homens, as mais importantes, e as secundárias, realizadas pelas mulheres, como expressa a fala de uma liderança local: “Os homens eram os ministros e as mulheres não podiam nem dar a comunhão”.

Depois da Igreja, a discussão foi ampliada para a sociedade, e o primeiro grupo de mulheres formado no Município foi o *Benvirá*, organização não governamental criada na década de 1980, responsável, durante certo tempo, pela formação de grupos de mulheres em comunidades rurais do Município, e que, na época, desenvolveu vários trabalhos com as agricultoras sobre a base da politização. Atualmente, essa organização está, praticamente, desativada.

Outros grupos de mulheres, também na década de 80 do passado século, foram formados junto ao sindicato rural do município como o Movimento de Mulheres Agricultoras Rurais – MMTR, nascido em Pernambuco, e também na região do Sertão.

Na atualidade, existem em Afogados da Ingazeira, grupos de mulheres agricultoras. Eles estão nas comunidades de Pintada, de Quixaba dos Liberais, Poço da Pedra, Queimada Grande e Queimadas, e são incentivados pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, através da sua Comissão de Mulheres. Além dos grupos informais locais, as mulheres agricultoras do Município também participam de organizações não governamentais que trabalham exclusivamente a temática feminista, a exemplo da Casa da Mulher do Nordeste⁴⁸. Esta organização tem como principais linhas de ação a geração de renda e o desenvolvimento humano sustentável, na perspectiva de gênero. Quanto à ação referente à geração de renda, a Casa atua com sistema de crédito, assistência técnica, capacitação, produção, comercialização e intervenção nas políticas públicas. Para alcançar o desenvolvimento humano sustentável, ela presta assessoria ao setor público e privado, sensíveis às transformações das relações desiguais de gênero (Casa da Mulher do Nordeste, 2003).

No município de Afogados da Ingazeira, a Casa da Mulher do Nordeste atua desde 2001, mas instalou escritório no local em março de 2002. Em pouco tempo de atuação, essa entidade tem prestado importante apoio às agricultoras do Município, atuando junto à instância governamental, sociedade civil, ao movimento sindical e, diretamente, com as bases beneficiárias. No que se refere às instituições governamentais e não governamentais, seu trabalho tem sido o de conduzir a

⁴⁸ A Casa da Mulher do Nordeste, fundada no Recife no ano de 1980, assiste, mediante projetos, aproximadamente 1.930 mulheres. Atua no estado de Pernambuco: na cidade do Recife, em municípios da Região Metropolitana, nas Zonas da Mata Norte e Sul, nos municípios de Salgueiro, Serra Talhada, Tacaratu e no sertão do Pajeú. Também atua nos estados do Ceará, Piauí, Paraíba e Bahia, articulando-se com grupos de mulheres que desenvolvem o trabalho de artesanato e beneficiamento.

transversalidade de gênero nos programas das organizações. Com relação ao movimento sindical, a Casa dá apoio técnico ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR- do Município.

Apesar do pouco tempo de atuação em Afogados da Ingazeira, a Casa da Mulher realizou importantes ações em favor das transformações das relações sociais desiguais entre mulheres e homens do campo. Nesse sentido, no ano de 2002, a entidade executou, no Município, as seguintes atividades: programa sobre a questão da mulher do semi-árido, veiculado pela Rádio Pajeú; II Oficina de capacitação em gênero para lideranças femininas de assentamentos e comunidades de agricultura familiar; oficina de capacitação em gênero para dirigentes sindicais do Pólo Pajeú; seminário de crédito e comercialização, enfocando a questão de gênero com lideranças femininas do Movimento Sindical; mobilização, no Município, de, aproximadamente, 1.000 (mil) mulheres para discutir as relações de gênero na agricultura familiar; seminário com agricultoras abordando a temática Convivência com o Semi-Árido; e seminário sobre a socialização do Diagnóstico das Relações de Gênero na Agricultura Familiar do Sertão do Pajeú (Boletim Informativo, 2002).

O Diagnóstico foi realizado junto a 790 mulheres agricultoras de 9 (nove) municípios da região. O estudo recebeu apoio financeiro do Projeto D. Hélder Câmara⁴⁹. Outra importante e inovadora ação realizada pela Casa da Mulher do

⁴⁹ É um Projeto criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA -, com financiamento do FIDA -Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura -. A unidade gerencial encontra-se no Recife. O Projeto funciona na região semi-árida dos estados de PE, PB; CE; RN; SE, e o público meta é a população de assentados. A transversalidade de gênero se constitui num compromisso do Projeto. Outra desigualdade social abraçada pelo D. Hélder é a questão da etnia nas comunidades dos quilombolas. Esse Projeto mantém parcerias no município de Afogados com: Casa da Mulher do Nordeste; Cooperativa de Profissionais em Atividades Gerais – COPAGEL-, filiada à Assocene; a Ecosol, Cooperativa de Crédito Solidário; a Diaconia; o Sabiá, organização não governamental que defende o modelo de agricultura familiar sustentável; e o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. No Pajeú, o Projeto iniciou seus trabalhos em março de 2002 e tem escritório no município de Afogados. Com relação à questão de gênero, o Projeto trabalha com a Comissão de Mulheres do

Nordeste se refere ao curso de pedreira, oferecido à mulher agricultora afogadense com o objetivo de habilitá-la para a construção de cisternas⁵⁰. O curso prático de pedreiro, que teve o apoio da Diaconia⁵¹, através da pareceria firmada com o Projeto D. Hélder, ministrado em 5 (cinco) dias e aconteceu na comunidade de Sítio Santo Antônio II, localizado no município de Afogados da Ingazeira. Participaram 6 (seis) mulheres, das quais 3 (três) dominaram a técnica e foram consideradas aptas para o exercício da nova profissão, recebendo certificado de conclusão do curso. As aulas foram ministradas por pedreiro da localidade, com o apoio de servente da profissão e, durante o curso, a equipe ficou hospedada na propriedade beneficiada com a cisterna.

A iniciativa adotada pela Casa da Mulher do Nordeste de capacitar a mulher rural na profissão de pedreira aponta para mudanças nas relações sociais entre agricultores e agricultoras familiares, pois o exercício dessa atividade é reconhecido como masculino pelas “leis” sociais. O acesso da mulher à técnica da profissão de pedreiro, que tem como objetivo a geração de renda, tanto através da construção de cisternas e obras similares, como na função de formadora de profissionais pedreiros, também reflete mudanças, pois historicamente o homem agricultor é o responsável pela geração de renda na família, obtida principalmente da terra. Do mesmo modo, sair

Sindicato de Trabalhadores Rurais, através da Campanha de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural.

⁵⁰ O curso teve como objetivo ensinar às mulheres a construção de cisternas de placas, que cisternas são construídas com placas de cimento.

⁵¹ A Diaconia é uma organização não governamental que atua no Município desde a década de 1980. Pertencente a Igrejas Evangélicas do Brasil, foi fundada em 1967, em São Paulo, e teve a primeira sede na cidade do Rio de Janeiro, de onde sua ação propagou-se por todo o país. Porém, desde 1984, a sede da entidade está instalada no Recife. A Diaconia se coloca a serviço dos excluídos da sociedade e luta pela construção da cidadania com dignidade. Sua área preferencial de atuação é a Região Nordeste do Brasil, e ao longo da sua existência, vem desenvolvendo diversos Programas e Projetos tanto no meio rural como no urbano (Diaconia, 1998;2002). Na área rural, a entidade tem, nos últimos anos, se dedicado a Programas de Desenvolvimento Comunitário. Entre as atividades realizadas no meio rural (Diaconia;2002), inclui-se a construção de cisternas. Esta realização faz parte do Programa de Um Milhão de Cisternas - PINC-, elaborado pela Articulação no Semi- Árido Brasileiro – ASA fórum de organizações da sociedade civil (cerca de 750) que atuam em prol do desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semi- árido. O Programa tem convênio firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e a ASA, sendo a Diaconia a instituição responsável pela administração dos recursos, tanto no meio rural como no urbano (Diaconia, 1998;2002).

de casa, do controle do homem, é indicativo de mudança porque a mulher, além de participar do espaço público, fica liberada, pelo menos temporariamente, das atividades domésticas, que, por determinação da divisão sexual do trabalho, é da sua responsabilidade, assim como é da competência do homem a esfera da produção. Modificações nas relações de gênero foram expressas por mulher participante do curso de pedreira:

Eu tinha muita curiosidade de saber fazer uma cisterna. Eu não ia fazer esse curso porque o problema era sair de casa. Eu não queria ir porque eram 5 dias fora de casa. Minha preocupação era as crianças (4 filhos menores de 10 anos de idade). Eu pensava: quem ia cuidar das roupas deles? Meu marido ajuda a fazer as coisas em casa mas ele não lava roupa. Eu fiquei pensando e quase desisti, mas Marli (dirigente da Casa da Mulher do Nordeste em Afogados) me incentivou muito. Quando eu decidi ir, disse a meu marido: "Não deixe ninguém cuidar das crianças. Cuide você mesmo". Ele tomou conta de tudo. Ele e os meninos combinaram de não sujar muito (roupas), que era para eu não trabalhar quando chegasse. Quando chegou a hora de eu ir, pensei novamente em desistir. Cheguei em Afogados para tomar o transporte para ir para o sítio Santo Antônio. Todos que iam participar do curso estavam animados. Eu não estava, minha vontade era voltar para casa, mas enfrentei. O primeiro serviço foi bater placas. O servente preparou a massa. Quando as mulheres começaram a fazer as placas, ficou tudo feia, e aí, o instrutor mandou fazer outra vez. Depois, aprendemos torar (cortar) o ferro, e depois, envergar. Foi difícil. Ia e voltava, até que o ferro ficou certo. Depois, com a prática, o ferro ficou leve. O serviço de pedreiro não é pesado. É um serviço que qualquer mulher pode fazer. Serviço mais pesado é o de servente de pedreiro. No curso, só achei complicado foi a nivelação. Agora, que aprendi, eu mesma vou fazer a minha cisterna. Fazer esse curso foi muito importante porque as mulheres podem ganhar dinheiro. Para fazer uma cisterna, o pedreiro recebe R\$100,00 (projeto da Diaconia). Quando a mulher estiver bem prática, ela pode fazer até 4 (quatro) no mês. É importante demais a mulher ter a renda dela, porque sempre a renda é do homem. E ele nunca tem dinheiro para a gente gastar. Eu não gosto muito de esperar pelo marido. É tanto que, até um curso de pedreira eu fiz para eu me rebolar (conseguir renda). Quando a mulher trabalha que traz renda para dentro de casa, ela também é a chefe de família, ela também manda. Acabou o tempo da mulher ser só mandada. Na avaliação do curso, eu disse: eu achava que tinha muita dificuldade para fazer uma cisterna, mas vi que não existe. No acabamento da cisterna, tirei nota 10. Eu já tinha prática com a colher de pedreiro, porque aqui na minha casa, sou eu que mexo com isso. Fiquei muito estressada, achando que não ia conseguir. Durante os dias que fiquei fazendo o curso, não dormia direito. Quando terminou o curso, eu chorei muito quando o instrutor disse que no outro dia eu já podia fazer uma cisterna (Entrevistada 5).

A participação da mulher num espaço socialmente reservado ao homem representa para ela uma conquista e um desafio. Nessa conquista, a mulher luta intimamente com as mudanças desencadeadas pelo processo, numa relação de aceitação / rejeição, ao mesmo tempo em que enfrenta a sociedade, cujo modelo, permeado por desigualdades de gênero, tende a repelir mudanças. A rejeição ao deslocamento social da mulher foi comentada ainda por agricultoras pesquisadas:

Quando eu fui chamada para fazer o curso de pedreira, fiquei pensando: a comunidade vai me criticar, e foi que aconteceu. Uns diziam (homens e mulheres): só quem não tem o que fazer vai se meter a fazer um negócio desses. Outros comentavam: mulher não pode nem com uma placa (placas construídas em cimento para montar a cisterna). Como vai fazer uma cisterna? Eles acham que a mulher é muito sensível, é um bicho fraco, que só eles podem e as mulheres não. Meu pai até agora não acredita que eu faça a cisterna. Ele acha que eu só fiz a cisterna do curso porque o professor estava perto. Mas eu não me preocupo com isto. Acho que o mais difícil é levantar; depois é mais fácil. Se eu tivesse tempo para fazer cisternas, tenho certeza que nem todos aceitariam que eu fizesse. Por isso, quero fazer primeiro a minha para mostrar para eles que faço, e ela fica bem feita. Quero construir minha cisterna, não pelo dinheiro que vou receber como pedreira, mas é um desafio, e eu estou me desafiando. Vou fazer sem precisar de instrutor. Vou fazer sozinha (Entrevista 5).

Na comunidade de Monte Alegre, foi o maior movimento quando saiu esse curso de pedreiro para mulher. Um pedreiro que mora lá não acreditava que a mulher tivesse a capacidade de fazer uma cisterna; e ele disse que se um dia a mulher fizesse cisterna, ele usaria saia. Ele gosta muito de xingar as mulheres. Ele ainda não usou saia, mas as mulheres estão cobrando dele porque no nosso Município já tem 3 (três) mulheres com o curso (Entrevistada 3).

A descrença na capacidade da mulher de participar do processo produtivo, tanto individualmente como nas instituições, a exemplo da família, reflete a ordem social masculina, que é reproduzida como resultado de conhecimento adquirido, e também um “haver” (Bourdieu, 1998). A reprodução, no entanto, não se processa através dos tempos de forma passiva, mas via questionamentos e ações das mulheres que conduzem a transformações sociais de gênero.

3. RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

3.1 O exercício do poder político feminino

As mulheres enfrentam dificuldades de penetrar principalmente na política, porque existe uma apreensão da representação política dos homens, inclusive nos países desenvolvidos, como França e Estados Unidos, criando a idéia de que o mundo político é o mais machista, é a maior fortaleza dos homens, e o mais fechado a elas (Lipovetsky, 2000). Por isso as mulheres só conquistaram o acesso ao exercício do poder político - bem depois dos homens – através do voto e do direito de serem votadas. O direito da mulher ao exercício do poder político não chegou junto com outros direitos por ela conquistados na Revolução Francesa, inspirada no tripé do liberalismo: igualdade, fraternidade e liberdade. Nessa ocasião, e “em pouco tempo as mulheres conseguiram mudanças significativas e inimagináveis nos direitos civis e nos costumes; era a liberação da mulher em quase todos os sentidos. Mas essa liberação tem limites: não chega à estrutura do poder. À mulher é concebida a autonomia civil, mas não a de índole política, a cidadania. A igualdade só é possível na sociedade e no matrimônio, mas o poder político continua pertencendo exclusivamente aos homens...” (Costa, 1998: 65). Foi exatamente o reconhecimento da mulher como agente da sociedade civil e sua exclusão da política que acabaram gerando o feminismo.

A luta das mulheres por aquele direito, não garantido pelo princípio da universalidade contido na Revolução, ganhou corpo quando, em 1791, Olympe de Gouges, numa atitude ousada para a época, publica os princípios da “revolução

francesa à feminina” na Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã⁵². No documento, ela faz um paralelo com o conteúdo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, substituindo freqüentemente a palavra “Homem” por “Homem” e por “Mulher”, indicando que o homem sozinho não representa a humanidade. Era imprescindível, portanto, explicitar o nome “Mulher” para impedir sua exclusão, a qual, por outro lado, torna imperativo que, em relação ao Homem, se reconheça à diferença, a fim de que esta se torne irrelevante do ponto de vista dos direitos políticos (Scott, 2002: 83).

Porém, apesar do esforço de Olympe de Gouges, as mulheres demoraram a conquistar o direito do exercício do poder político, inclusive na França, berço dos Direitos Humanos. Naquele país, o direito de voto à mulher somente veio em 1944, portanto, 150 anos depois da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão⁵³.

No Brasil, a luta pelo sufrágio feminino também teve um percurso longo. A Constituição de 1891 excluía as mulheres, sem que isso estivesse explícito, pois declarava eleitores todos os cidadãos maiores de 21 anos que se alistassem na forma da lei. Assim, os legisladores estavam se referindo apenas ao homem, mesmo que implicitamente. Esses eleitores precisavam também saber ler e escrever.

Depois de tantas lutas das mulheres até 1934, a Constituição facultava-lhes o direito ao voto, caso desejassem, enquanto que para o homem aquele era obrigatório. Com a Constituição de 1934 o direito da mulher ao voto tornou-se dever de cidadania,

⁵² Olympe de Gouges insistia em que as mulheres, por natureza, tinham os mesmos direitos que os homens na vida política e na vida civil, e que as suas necessidades específicas de mulher tornavam o exercício desses direitos mais urgentes. Ela procurou oferecer os argumentos que garantiriam à mulher os direitos de cidadania ativa. Foi guilhotinada pelos Jacobinos em 1793 sob a acusação de cometer excessos de imaginação. Essa militante feminista defendia a idéia de que a razão e a capacidade de pensar desconheciam limites relacionados com o sexo, e era através da imaginação que a mulher atingiria a cidadania (Scott, 2002).

⁵³ A França foi, de fato, o penúltimo país do continente europeu, pois só restava a Grécia, a conceder o direito de voto às mulheres. Por sua vez, a Nova Zelândia foi a primeira nação do mundo a estender, no ano de 1893, esse direito às mulheres. O retardamento da França tem explicações diversas, que não cabe aqui explicar. Para o aprofundamento desse assunto, ver Perrot (1998).

porém de forma restrita, pois apenas foi concedido àquelas que exercessem uma função pública remunerada. Assim, a mulher somente conquistou o direito político pleno de votar e ser votada em 1946, com o advento do novo Código Eleitoral. Porém, somente a Constituição de 1988 melhor explicitou a igualdade política entre homens e mulheres, como consta no inciso I do art. 5º (Álvares, 1999).

Após tantos anos, de luta é reduzido o número de mulheres candidatas aos cargos eletivos no Poder Legislativo e no Executivo, nas esferas federal, estadual e municipal⁵⁴. No Brasil, o número de mulheres candidatas tem aumentado graças à política de cotas⁵⁵. São tímidos também os resultados alcançados pelas mulheres na ocupação desses cargos⁵⁶. Essa menor representação feminina nos cargos políticos, em comparação à masculina, ainda está atrelada à domesticidade da mulher.

O município de Afogados da Ingazeira é administrado por uma mulher⁵⁷, que está à frente da Prefeitura Municipal desde 1996, portanto, no segundo mandato consecutivo. Se o maior cargo na escala hierárquica da estrutura legislativa de Afogados é exercido por uma mulher, o mesmo panorama não se apresenta na segunda instância do poder local, a Câmara Municipal, que é presidida por um homem. E dificilmente seria diferente, pois, além das dificuldades “naturais” enfrentadas pelas

⁵⁴ Os dados eleitorais de diversos países confirmam a baixa participação política da mulher nas estruturas formais do poder, o que independe do nível de desenvolvimento econômico e industrial do país. Porém, na América Latina, onde os preconceitos são maiores sobre essa participação da mulher, os percentuais são mais baixos (Costa, 1998).

⁵⁵ Cinco dos 23 partidos políticos que hoje estão representados nas assembleias legislativas e no Congresso Nacional adotaram ações afirmativas em sua linha programática ou estatuto. Quatro deles incorporaram, em alguma medida, uma política interna de cotas: o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Verde (PV) e o Partido Popular Socialista (PPS). A política de cotas foi adotada antes de 1995 por esses partidos, com exceção do PPS, que a incorporou em 1996 (ABM, 2000: 51).

⁵⁶ Para aprofundamento do assunto com dados estatísticos, ver Costa (1998) e ABM (2000).

⁵⁷ A prefeita de Afogados da Ingazeira, Maria Giselda Simões Inácio, popularmente chamada de D. Gisa, é natural do município pernambucano de Pesqueira, tem 54 anos de idade, é professora aposentada. Tem formação acadêmica, Licenciatura em Letras, e pós-graduação, em nível de especialização, no curso de Comunicação e Gerenciamento. Lecionou na Escola Normal do Município por mais de 20 anos, e é professora da Faculdade de Formação de Professores do município. É casada com o Deputado Estadual Orisvaldo Inácio, que também foi prefeito de Afogados da Ingazeira de 1989 a 1992. A atual prefeita foi eleita pelo Partido Popular Socialista – PPS -, nos dois mandatos.

mulheres para ocupar cargos políticos eletivos na estrutura formal, do total de 11 (onze) vagas existentes no Município para o cargo de vereador, apenas 1 (uma) é ocupada por mulher. Ademais, era esperado que o comando da Câmara fosse exercido por um homem, uma vez que, pelo processo de auto-representação, são os vereadores que elegem seu presidente.

Nas disputas eleitorais brasileiras para a ocupação de cargos nos níveis legislativos e executivos, o município se constitui em estrutura mais permeável à participação feminina⁵⁸ por ser o local de menor poder de decisão na escala hierárquica da estrutura formal do poder político, comparativamente aos cargos eletivos estaduais e federais. E como, historicamente, foi reservado à mulher o que é pequeno, de menor prestígio social, ao participar do poder político, território masculino, suas maiores chances de presença na política estão no município. Essa realidade foi confirmada em Afogados da Ingazeira através da participação da mulher na política. Sendo a política formal considerado um campo masculino, ressalta-se que homens e mulheres, de modo geral, preferem votar nos candidatos do sexo masculino.

Pela sua condição de mulher, eleger-se em nível municipal se constitui num espaço mais favorável (Costa, 1998) porque, nesse espaço, ela encontra mais facilidade para conciliar a atividade política com as responsabilidades e afazeres domésticos, já que, embora ao atuando na esfera pública, ela não consegue livrar-se de seus labores no âmbito privado. Nos cargos eletivos dos níveis federais e estaduais, ao contrário do municipal, as exigências do exercício da função e as restrições quanto aos

⁵⁸ Segundo dados do Supremo Tribunal Eleitoral – TSE -, no ano de 2000, as Câmaras de Vereadores brasileiras elegeram 7.001 mulheres, o que representa 11,61% do total de vereadores eleitos no País. As mulheres representaram 19,14% de todas as candidatas, não preenchendo a cota mínima dos 30% estipulados em lei. Para as Prefeituras Municipais foram eleitas 317 mulheres, representando 5,70% do total, enquanto os homens somaram 5.241. O número de mulheres candidatas ao cargo representa 7,59%, e, do mesmo modo que a Câmara Municipal, não atingiu a cota mínima de 30% para mulheres. Das prefeitas eleitas 6 (seis) comandam as capitais brasileiras de Florianópolis, Maceió, Boa Vista, São Paulo, Palmas e Natal (Cfemea, 2000).

deslocamentos acabam dificultando para a mulher a combinação trabalho público e obrigações domésticas. Considerando a representatividade municipal na estrutura político-administrativa de um país, Costa (1998) afirma que este tem, para a mulher, o mesmo sentido que o bairro, isto é, o prolongamento do lar, pois as atividades ali realizadas e as lutas travadas se refletem nas condições de funcionamento do seu lar e no bem-estar de sua família. Sentido semelhante tem a comunidade rural para a agricultora que pleiteia o cargo de presidente da associação de moradores da localidade.

O espaço municipal como lugar do exercício do poder feminino, no sentido da ocupação de cargo eletivo, é uma realidade que já remonta a algumas décadas⁵⁹ e se faz muito importante no processo geral de emancipação feminina. Mesmo que essa participação das mulheres ainda esteja substancialmente no nível micro da estrutura hierárquica do poder político, principalmente se comparada aos homens, significa um avanço da trajetória feminina no que diz respeito à sua inserção no espaço público. No entanto, falando politicamente, a mulher postula cargos menos do que o homem, além de nem sempre obter a aprovação do próprio eleitorado feminino, mesmo quando elas representam a maioria do eleitorado⁶⁰.

Se, por um lado, dentro das possibilidades do exercício do poder político formal, o município é o local da mulher, ele também se constitui historicamente numa trincheira do poder político do homem. Este modelo de estrutura de poder vigente em Afogados, comum nos municípios nordestinos, vem influenciando no lançamento da

⁵⁹ Foi para o cargo de prefeita que a primeira mulher foi eleita no Brasil e na América Latina. O fato ocorreu no ano de 1929, no município de Lages, no Rio Grande do Norte, e a eleita foi Alzira Soriano. Este foi também o primeiro estado brasileiro a conceder, em 1927, o direito à mulher de votar e ser votada no Estado, só posteriormente foi estendido a toda Federação brasileira (Alves, 1980: 119)

⁶⁰ No município de Afogados da Ingazeira, esta é a primeira vez na sua história que uma mulher ocupa o cargo de Prefeita desde sua emancipação política, há 93 anos. Nas duas disputas ao cargo, a atual prefeita concorreu com candidatos do sexo masculino. Por ocasião do primeiro mandato, ela foi eleita com os votos dos homens, mas no segundo, foram as mulheres que mais votaram na prefeita.

mulher ao cargo eletivo daquela instância, o que não deixa de ser uma forma de um homem se manter no poder através da companheira eleita. Desse modo, a candidatura da mulher na política municipal dificilmente se processa de forma independente, mas, ao contrário, está sempre atrelada às determinações masculinas. Na maioria das vezes, pelas mãos de um parente político de carreira, a mulher ascende a um cargo eletivo na estrutura política nos municípios⁶¹. Ocupantes de cargos políticos eletivos expressam opiniões que confirmam essa afirmação:

A inserção da mulher na política... por incrível que pareça, a mulher entra junto com o marido. Todas as mulheres que eu conheço foram prefeitas através desse gancho. No meu caso, meu esposo foi primeiro, depois, eu fui prefeita; não foi o inverso. Meu marido foi eleito em 1989, e já em 1992, as pessoas já falavam na minha candidatura como prefeita, que não aconteceu naquele momento por impedimento legal. Eu, na condição de esposa do prefeito, não poderia concorrer a essa vaga, e só me candidatei em 1996. Entrar sozinha na política não dá, é mais difícil. Todas as mulheres prefeitas que eu conheço vão por essa via indireta. Em Arcoverde (PE), aconteceu a mesma coisa: a prefeita Rosa só foi prefeita depois do esposo dela, o Dr. Rui. Em Vicência(PE), a prefeita Eva só entrou para o cargo de prefeita depois de Dr. Mário, seu marido. Ainda existe essa vinculação muito grande. É difícil acontecer o inverso: a mulher puxar o homem. Tem o caso de Solidão (PE): ela é prefeita pelo segundo mandato; não foi pela indicação do esposo, mas foi do pai. Mas ela foi conduzida por alguém do sexo masculino.

Aqui, no município, tem 6 (seis) vereadores da situação e 5 (cinco) da oposição. Na Câmara, só tem (1) uma mulher que é da situação. Ela só foi eleita por influência do pai dela, que é da família dos Marianos. Ela nem mora aqui, mas no Recife.

A influência de familiares do sexo masculino no início da carreira política das mulheres (Tabak, 1987), que acontece nas instâncias municipal, estadual e federal do poder formal, é exercida, particularmente no pleito municipal, quando o parente político homem também desempenha no local a profissão de médico. Isso decorre da respeitabilidade, credibilidade de que esse profissional goza junto à população, principalmente, interiorana. Indicar a mulher para ocupar cargo político torna-se mais

⁶¹ Não somente em nível do legislativo municipal, mas estadual e federal, essa vinculação funciona se não vejamos a trajetória política de algumas brasileiras como, Marta Suplicy, Rosinha Mateus e Roseana Sarney.

fácil quando ela é esposa do chefe do Poder Executivo, pois, durante o mandato do marido, ela é, geralmente, a responsável pela direção da Secretaria de Assistência Social do governo local⁶². Nesta função, ela mantém contato direto com a população, através dos programas sociais assistenciais desenvolvidos pelo governo do marido, e com isso, consegue credenciamento para ocupar cargos políticos eletivos na localidade.

A presença masculina de familiares quando a mulher participa da política formal é antiga. Remonta à luta das mulheres pelo sufrágio. No período daquela luta, Bertha Lutz fundou, em 1919, juntamente com um pequeno grupo de mulheres pertencentes a famílias burguesas, a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, posteriormente denominada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Esta era composta de mulheres esposas, filhas, amigas de homens da classe dominante, que usaram a influência masculina e conseguiram, através de deputados e senadores, que emendas existentes no Congresso avançassem (Alves, 1980; Alves e Pitanguy, 1981). Ainda durante esse processo histórico do sufrágio feminino, homens intercederam pelas mulheres, a exemplo de Stuart Mill, na Inglaterra, e José Bonifácio, no Brasil, “que advogou por essa causa junto a Primeira Câmara dos Deputados Gerais do Império, ao falar sobre o voto de qualidade, no qual incluía as mulheres tituladas pela escola superior” (Tabak, 1989:37).

⁶² Aliás, não somente as esposas dos prefeitos recebem este cargo público, mas também as esposas dos governadores dos estados e do Presidente da República. No entanto, isso não ocorre com a mesma frequência quando a esposa é a chefe do Poder Executivo. O cargo dado às esposas desses chefes reflete-se na prática da divisão sexual do trabalho, em que a assistência social tem conotação feminina, está associado ao privado. Do mesmo modo que o marido dessa mulher não ocupa essa Secretaria, ele dificilmente participa das outras. Recentemente (abril/2003), a governadora do Rio de Janeiro nomeou o marido para ocupar a Secretaria de Justiça do Estado. Do mesmo modo que raramente o marido participa da gestão administrativa da esposa, ele também não recebe o tratamento de “Primeiro Cavalheiro” enquanto ela, na condição de esposa desse político, é chamada de Primeira Dama.

A influência de familiares do sexo masculino no que se refere à ocupação feminina de cargos políticos eletivos, reflete mais o atendimento a interesses pessoais, como o fortalecimento do influenciador no poder político local, do que o de abraçar mesmo a causa primordial das mulheres, que seja, a simetria nas relações sociais com os homens.

Por outro lado, mulheres apadrinhadas por familiares políticos de carreira, do mesmo modo que candidatas independentes, nem sempre tomam a vereda política na defesa dos interesses das mulheres, visando minimizar distorções construídas nas relações sociais de gênero. De qualquer forma, o saldo dessas situações é positivo, pois a presença da mulher nesses cargos e a auto-representação tornam visível a atuação da mulher na estrutura do poder.

3.2 Estrutura Política do Poder Formal Local e o Enfoque de Gênero

A inclusão da perspectiva que contempla relações sociais simétricas entre homens e mulheres, como um desmonte de um modelo social prejudicial a elas, `e muitas vezes, compreendida de maneira restrita, ficando apenas na intenção da mudança. Isso ocorre quando essa inclusão se limita à inserção da mulher no processo. Não que a presença feminina, a auto-representação, não seja importante. Ao contrário, ela é fundamental, e certamente o primeiro passo no sentido da mudança, mas por si só, não é suficiente. Esse modelo de inclusão de gênero é aplicado tanto por gestores homens como por gestoras mulheres, no seio da administração pública, que se consideram sensíveis à questão.

A presença, por excelência, de mulheres no processo de decisão, como solução para o problema das relações sociais desiguais entre homens e mulheres, pode ser confirmada na fala de uma mulher na administração pública:

No primeiro mandato montei uma equipe de trabalho formada por 6(seis) secretárias e só 1(um) secretário. Coloquei mais mulheres porque foi a forma que encontrei para me respaldar, para combater a questão da discriminação contra a mulher. Nesse momento, também o primeiro escalão no município era feminino. Eu, prefeita, a Presidente da Câmara, a Juíza, a Promotora, a direção da DERE e da Celpe. Isso deu até manchete no Jornal do Commercio (PE). Foi coincidência as mulheres ocupando tantos cargos no Município, mas na Prefeitura, foi proposital. Eu queria demonstrar que a mulher podia fazer a história acontecer de forma bem diferente. No atual e segundo mandato, eu mesclei a equipe, mas ainda assim predomina a mulher. As secretarias estão assim distribuídas: 4 (quatro) mulheres e 3(três) homens. As mulheres ficaram com as secretarias de: Educação, Saúde, Administração e Assistência Social e os homens com: Finanças, Agricultura e Infra-estrutura. Eu mesclei porque eu vi que ter mais mulheres na assessoria era importante no primeiro momento, mas que se eu continuasse assim, ia reforçar a discriminação, e entendi que precisava trabalhar numa igualdade de gênero, sem aquela visão feminista e também sem aquela visão de passar a agir de subordinação para dominação. Isso porque as mulheres passaram o tempo todo no processo de subordinação, e quando conseguem sua emancipação, colocam-se num nível de superioridade ao homem e isso gera uma confusão. Eu compreendi que precisava trabalhar com gênero, com igualdade em que o homem não deve ser superior a mulher nem a mulher ser superior ao homem (Prefeita do município de Afogados da Ingazeira).

A inclusão de mulheres num processo onde se pretenda incluir gênero não altera as relações sociais existentes entre homens e mulheres se essas pessoas não estão “desarmadas” das velhas construções de valores que desprestigiam e inferiorizam o feminino, e se tampouco estão também “preparadas” para as novas construções que se ajustarão ao modelo de justiça no que diz respeito a gênero.

A concepção de gênero, que é, geralmente, aplicada pelos programas sociais - aquela atrelada basicamente ao sexo -, tem reflexos no resultado das suas ações. Nesse sentido é que o tema “gênero” é tratado quase sempre, apenas e somente, via inclusão feminina. Todavia, trabalhar a questão da mulher, ainda que seja só no sentido de

incluí-la nos programas governamentais, tem-se constituído numa preocupação da administração pública brasileira nas três instâncias do Poder Executivo, como pontua a prefeita de Afogados da Ingazeira:

A Prefeitura daqui tem toda uma preocupação com a mulher. Tem trabalhado na valorização dela, na sua inserção em todos os níveis para se ter condições de respeitar esse espaço que foi tolhido, tirado da mulher ao longo de muito tempo.

Embora haja esse interesse de inclusão ampla das mulheres na gestão pública local, não se visualiza, como já mencionado aqui, a transversalidade de gênero nos programas sociais criados pela administração pública municipal⁶³. A mulher ainda é vista, seja de forma isolada ou na família, pelo seu papel tradicional de responsável pelos filhos e a casa, ou seja, os programas não costumam trabalhar mudanças nas relações entre homens e mulheres através de um tratamento diferenciado a elas, a partir de diretrizes daqueles, imprescindíveis à prática da justiça social para com as mulheres, como sugere Fraser (2001). Na realidade, a perspectiva dessa questão de gênero nos programas sociais, especificamente na gestão local de Afogados da Ingazeira, está mais na intenção da governante do que na realização de fato. Em parte,

⁶³Entre os programas sociais existentes no município de Afogados, a mulher participa do *Programa Núcleo da Cidadania da Mulher*, de índole assistencial, que atende mães a carentes, em número de 90, às quais são oferecidos cursos profissionalizantes. As mulheres que participam do programa são identificadas com carteiras, do e quando necessitam de atendimento médico nos hospitais locais, não enfrentam fila, como as demais que procuram esse atendimento. A Prefeitura também consegue determinado número de consultas em clínica particular, para atender as mulheres do Núcleo. O *projeto D. Aurora* (em homenagem à primeira professora do Município) trabalha com mulheres mães de crianças de rua e também crianças pobres residentes na periferia da cidade, e dá apoio familiar. Ele assiste a 70 crianças com idades entre 7 e 14 anos. O Programa se desenvolve com as mães e as crianças. São 4 (quatro) horas diárias de trabalho com as crianças para o desenvolvimento de atividades como: reforço escolar, práticas esportivas, aula de dança e atividade lúdica. Com vistas a geração de renda, são ensinadas as meninas atividades produtivas como, crochê, pintura e bordado, enquanto para os meninos, estão reservadas diversas outras, recreativas/esportivas, como assistir televisão e comentar os programas chamando a atenção para as desigualdades sociais entre o masculino e o feminino. Também faz parte dos programas sociais do Município o *projeto para pessoas da terceira idade*, formado quase exclusivamente (99%) por mulheres, pois os homens ainda não aceitam participar desses grupos.

ela, Prefeita, reconhece a atuação limitada da Prefeitura na questão que envolve gênero, mas ressalta que esta falha está presente na administração pública em geral.

Aqui, em Afogados, a questão de gênero é mais trabalhada pela sociedade civil organizada, principalmente pelo Sindicato e ONGs do que pelos órgãos públicos. Isto acontece porque as pessoas que compõem as equipes de trabalho são pessoas academicamente formadas numa linha conservadora e, assim, se envolvem menos com essa questão. No nosso município, temos o Sindicato, que se envolve muito com isso.

A respeito do comportamento dos responsáveis pelo planejamento acerca da desconsideração à questão de gênero, Moser (1991:59) afirma que os poderes de decisão, além de serem dominados por homens, estes também são cegos ao gênero em sua orientação.

O Município, além dos programas sociais já mencionados, participa também do “Programa de Garantia de Renda Mínima” implantado pelo Governo Federal⁶⁴. Esse Programa tem por objetivo a complementação de renda para a população carente⁶⁵. Nesse modelo de Programa, a renda mínima é vinculada à família e à educação. O

⁶⁴ A discussão acerca do Programa foi intensificada em 1991 com a aprovação da lei de autoria do deputado Eduardo Suplicy. A partir daí, foi adotado por outros municípios e somente no ano de 1995, foi implantado pelo Governo Federal que passou a adotá-lo como a principal (e quase única) política de combate à pobreza e fome no Brasil (Belink, Graziano da Silva e Tabagi; 2002; 135).

⁶⁵ Do Programa de Garantia de Renda Mínima participam os seguintes: Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Vale Gás, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI -, Bolsa Renda e Agente Jovem (Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores - PT, 2002 p. 27). O *Bolsa Alimentação*, destinado às famílias com crianças entre 6 meses e 6 anos de idade, gestantes e nutrízes e foi implementado pelo Ministério da Saúde. O Programa *Bolsa Escola* atende às famílias com filhos entre 6 e 15 anos, sob a responsabilidade do Ministério da Educação. O *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI* - dirigido às famílias com crianças entre 7 e 14 anos, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério de Previdência e Assistência Social – SEAS/MPAS. No município de Afogados, foi implantado em janeiro de 2000. O valor da ajuda por criança é de R\$ 25,00 ou 1/8 do salário mínimo vigente. Os assistidos têm reforço escolar e participam de oficinas de esporte e cultura. O programa funciona nas escolas municipais, e as crianças da área rural atendidas participavam, antes, do trabalho na agricultura e nas pedreiras, enquanto as da cidade trabalhavam no lixão, ou como engraxate, ou em borracharia. O Programa *Agente Jovem*, destinado aos adolescentes entre 15 e 17 anos, está sob a responsabilidade da SEAS/MPAS. O *Bolsa Renda* visa às famílias residentes em áreas atingidas pela seca e com renda familiar *per capita* de até 1/3 do salário mínimo. Está vinculado ao Ministério da Integração Nacional. O Programa *Vale Gás*, sob a égide do Ministério das Minas e Energia, favorece com R\$15,00 por bimestre as famílias de baixa renda. Há uma superposição nos critérios de seleção do beneficiados.

complemento de renda para os núcleos familiares às famílias pobres está condicionado à matrícula e à frequência escolar dos filhos (crianças e adolescentes), visto que nas famílias de baixa renda, é precoce a entrada destes ao mercado de trabalho para ajudar “em casa”, ficando privados de irem à escola por falta de tempo. Os recursos desses Programas são entregues às mães cujos filhos foram contemplados. O repasse dessa ajuda financeira para as mulheres reforça não só a sua responsabilidade com os filhos e a família, mas ajuda, sobretudo, a perpetuar esse papel.

4. A QUESTÃO DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O Pronaf

Programas e projetos governamentais integram as chamadas políticas públicas (Rua, 1997), ou políticas sociais, como preferem outros (Santos, 1998; Demo 2003 e Faleiros, 1991). Essas ações de governo que, no Brasil, começam a ser difundidas na década de 70 do século, têm como princípio básico combater as desigualdades sociais que se traduzem, sobretudo, em pobreza, promovendo mudanças sociais necessárias. O Programa para o Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – Polonordeste - representou uma dessas ações (Fonte, 1996). São várias as tipologias que marcam as políticas sociais. Elas podem ser sistematizadas, por exemplo, a partir de 3 (três) horizontes teóricos e práticos, concebidos como políticas assistenciais, socioeconômicas e participativas (Demo, 2003), também classificadas de política preventivas, compensatórias e redistributivas (Santos; 1998). As políticas preventivas são aquelas formuladas com o objetivo de impedir ou minimizar um problema social grave. As redistributivas estão associadas à transferência de renda de um segmento da sociedade para outro de menor poder econômico, enquanto que as políticas compensatórias são implantadas para reparar a ineficácia de políticas preventivas anteriormente aplicadas. Um exemplo de política compensatória pode ser o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf -, cujo objetivo é compensar os agricultores familiares, que representam 75% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros (FAO, 2000) e são os mais pobres, com renda média anual de R\$ 1.783,00, enquanto que os patronais faturam R\$ 19.085,00.

O Pronaf é um programa que quando planejado, não incorporou a questão de gênero. A ausência ou a baixa presença da mulher pode ser confirmada tanto na estrutura que o sustenta como no número de beneficiados diretos através da linha de

crédito. Segundo pesquisa de avaliação do Pronaf realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase -, a quase totalidade dos contemplados do Programa (93%) é do sexo masculino (AMB, 2000). Para analisar a participação da mulher agricultora familiar no Pronaf, torna-se necessário uma apresentação de sua estrutura e funcionamento.

4.1 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf

O Desenho do Programa

O Pronaf, como Programa governamental em nível federal que se insere nas políticas públicas brasileiras, foi criado para atender reivindicações da sociedade civil organizada, que, desde o início da década de 1990, intensifica suas mobilizações. Nessa época, os movimentos sociais, como as organizações de trabalhadores rurais, lutavam para conseguir do Governo Federal um programa direcionado para os agricultores familiares que, entre outras causas, reivindicavam uma política de crédito agrícola diferenciada. O motivo dessa reivindicação se explica pela forma como o crédito agrícola era oferecido a esses agricultores, sem diferenciá-los, por exemplo, dos chamados grandes proprietários. Assim, as normas do financiamento bancário eram praticamente as mesmas para todos os agricultores solicitantes do crédito rural.

As entidades organizadas dos trabalhadores rurais, através da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – Contag -, instância máxima de representação daqueles, com base nas reivindicações da categoria, dialoga com o Governo Federal, que decide criar o Pronaf. Da elaboração do Programa participaram, conjuntamente, dirigentes do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, técnicos de várias instituições agrícolas governamentais e representantes das organizações

rurais dos trabalhadores. O Pronaf aparece no cenário da política de desenvolvimento rural brasileiro como o primeiro Programa que inclui a agricultura familiar no segmento das estratégias de desenvolvimento (Flores, 1998).

Voltado especificamente para a agricultura familiar o Pronaf nasce da consolidação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – Provap -. Este, como o Pronaf, também foi criado para atender à demanda das organizações de trabalhadores rurais. O Provap, lançado pelo Governo Federal no ano de 1994, foi considerado por este como um marco na política agrícola. O Provap teve curta duração, pois, em 1995, após negociações com os movimentos sociais, o Governo de Fernando Henrique Cardoso, seguindo orientação do Banco Mundial, estabiliza esse Programa com o nome de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf -, o qual, segundo Corbucci (1995), antes de receber esse nome, foi denominado de Plano Nacional da Agricultura Familiar - Planaf.

O Pronaf entra em execução em 1995, mediante Resolução do Banco Central no âmbito do Crédito Rural, e é oficializado em 1996 pelo Decreto N° 1.946, de 28 de junho daquele ano, pelo Ministério de Agricultura e Abastecimento (Pronaf, 1996), onde permaneceu até o ano de 1999, quando passou para a esfera do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA. O Programa atua nos diversos estados brasileiros.

No estado de Pernambuco, onde o estudo em questão se centrou, o Pronaf foi implantado em 1997 e contempla todas as suas regiões fisiográficas: **Sertão** do São Francisco, Araripe e Pajeú/Moxotó, **Agreste** Central, Meridional e Setentrional, **Mata** Norte e Sul (Mapa 4). Atualmente, o Programa assiste a 88 (oitenta e oito) do total de 186 (cento e oitenta e seis) municípios, no tocante a linha de crédito.

O enfoque central do Programa é, como indica seu próprio nome, o fortalecimento da agricultura familiar, com o objetivo de criar um padrão de

desenvolvimento sustentável para os agricultores e suas famílias, o que significa aumentar e diversificar a produção, e com isso, ampliar a oferta de emprego e renda para proporcionar bem-estar e qualidade de vida com dignidade. Como objetivos específicos, o Programa visa: ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar, viabilizar a infra-estrutura rural necessária à melhoria do desenvolvimento produtivo e da qualidade de vida da população rural, fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, elevar o nível de profissionalização de agricultores familiares, proporcionado-lhes novos padrões tecnológicos e gerenciais, e favorecer o acesso de agricultores familiares e suas organizações aos mercados de produtos e insumos (Pronaf, 1996; 2002).

Eleger a agricultura familiar como protagonista da política orientada para o desenvolvimento rural, apesar de todos os impasses da ação política, não deixa de ser um indicativo de mudança, instalada, ao menos no discurso, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em relação à agricultura e aos próprios agricultores (Carneiro, 1997).

A criação de um Programa dirigido especificamente à agricultura familiar, como o Pronaf, significa, no mínimo, uma tentativa de justiça para com esse modo agrícola de produzir que apesar de sua importância histórica no Brasil, nunca teve o devido reconhecimento e valorização⁶⁶. Este Programa se propõe a fortalecer a agricultura

⁶⁶ Apesar da sua importância econômica e social como geradora de emprego e renda na área rural, esta modalidade de agricultura é desprestigiada. Ela “[] sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparada ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor ‘bloqueado’, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades como forma social específica de produção” (Wanderley, 1997).

MAPA 4 - REGIÃO DE PERNAMBUCO



familiar pela sua capacidade de geração de emprego, produção agrícola e também pela sua representação no valor bruto da produção brasileira.

Ao se constituir, elegeu o Pronaf como beneficiários os agricultores familiares e suas organizações, considerando como agricultores familiares aqueles que exploram a terra na condição de proprietários, assentados, posseiros, arrendatários ou parceiros. Paralelamente, esses agricultores devem atender aos seguintes requisitos: a) utilizar o

trabalho direto seu e de sua família, e, em caráter eventual, a ajuda de terceiros, e o contrato de até 2 (dois) empregados permanentes; b) ter renda familiar originada da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativa, de, no mínimo, 80%; c) residir na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo; d) a propriedade não deve ter mais do que 4 módulos fiscais (Pronaf, 1996). Quanto às organizações o Programa considera as associações e cooperativas, desde que estas tenham pelo menos 60% do seu quadro social ativo constituído por agricultores familiares. No caso das associações, é necessário que sejam legalmente constituídas e estejam em funcionamento pelo tempo mínimo de 6 (seis) meses. Posteriormente, foram incluídas como beneficiárias do Programa outras atividades familiares rurais, como: pesca de captura, aquicultura, extrativismo.

Quanto à forma de intervir, o Pronaf adota uma estratégia inovadora, qual seja, a participação conjunta da sociedade. O princípio de parceria é celebrado entre os governos municipais, estaduais e o Governo Federal, além da iniciativa privada, dos representantes dos agricultores familiares e suas organizações. Um outro princípio considerado pelo Programa é o de atuar a partir das demandas apresentadas pelos agricultores familiares, evitando, assim, “a atuação de cima para baixo”. Nesse processo os agricultores elencam as prioridades e necessidades que orientarão a implementação do Pronaf.

A adoção, pelo Programa, de uma participação conjunta com a sociedade resulta numa estrutura organizacional ampla e, ao mesmo tempo, complexa, envolvendo várias organizações e abrangendo as três instâncias governamentais. Sendo assim, o Pronaf apresenta a seguinte estrutura: em nível da União, quem o coordena é o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA -. Contando com a participação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, e da Secretaria da

Agricultura Familiar e outros órgãos e entidades públicas e privadas. A União via em suas instituições, entre outras, as atribuições de: definir diretrizes; implementar as decisões do Conselho; assessorar estados, prefeituras, organizações de agricultores na elaboração dos processos para celebração de convênios com o Ministério; fiscalizar a aplicação dos recursos dos convênios; e emitir pareceres técnicos.

Em nível estadual, quem administra o Pronaf é o Governo dos estados selecionados, através do Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS -, da Secretaria Executiva Estadual do Pronaf, Superintendências Regionais do Incra, instituições oficiais de assistência técnica, a exemplo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/Ebape - e outros órgãos e entidades públicas e privadas. Esses órgãos têm como atribuições, por exemplo: analisar o apoio do Pronaf aos projetos do Programa Municipal de Desenvolvimento Rural- PMDR -, promover a integração entre o governo estadual, o município e as organizações parceiras; analisar, monitorar e avaliar a execução dos PMDRs'; e emitir pareceres técnicos.

Em nível municipal, o Programa é administrado conjuntamente pela Prefeitura, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, organizações de agricultores familiares (cooperativas, associações e sindicatos), escritórios de assistência técnica e extensão rural, além de outros órgãos e entidades públicas e privadas. A Prefeitura Municipal tem as atribuições de instituir o Conselho, elaborar o PMDR, celebrar acordos, contratos e convênios, e encaminhar as contrapartidas. O Conselho tem a incumbência de analisar o PMDR, negociar as contrapartidas, fiscalizar a aplicação de recursos, articular-se com os agentes financeiros, e elaborar pareceres técnicos e relatórios para a Secretaria Executiva Estadual do Pronaf. Os agricultores familiares apresentam e priorizam suas demanda, encaminham as contrapartidas e participam da execução (Pronaf, 1996; 2002). Assim, cada um dos

organismos que compõem a estrutura organizacional do Programa tem suas atribuições, porém devem atuar de forma interligada nas três esferas de governo. O Programa prevê que as demandas se estruturam a partir do município, sejam agregadas no plano estadual e consolidadas no plano federal (Neep - Unicamp, 1999).

Na articulação com a União, estados e municípios, o Pronaf busca integrar-se a outros programas e projetos que venham a contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar. E para atingir seus objetivos, o Pronaf fundamenta-se nas seguintes linhas de ação: negociação de políticas públicas com órgãos setoriais; financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios; financiamento da produção agrícola - crédito rural para custeio e investimento -; e capacitação e profissionalização de agricultores familiares.

A linha de ação “negociação das políticas públicas” tem como objetivo articular os órgãos das três instâncias governamentais para que medidas sejam adotadas a fim de atender às necessidades da agricultura familiar. Dessa negociação participam os Conselhos Rurais das três instâncias.

A linha de ação “referente ao financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios” tem por objetivos a implantação, ampliação, modernização e racionalização da infra-estrutura para assegurar o desenvolvimento da agricultura familiar. O município, local onde se define a execução dessa linha, tem na Prefeitura, no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e nos agricultores familiares os principais responsáveis por esse veio de trabalho. Assim, cabe à Prefeitura instituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDR⁶⁷ -, celebrar acordos, contratos e

⁶⁷ Esse Plano se constitui num instrumento elaborado a partir das necessidades do agricultor familiar. Ele norteia as ações a serem executadas no município visando ao desenvolvimento rural.

convênios, assumindo a contrapartida de 10%, conforme a Instrução Normativa 01/99, Art. 2º, sobre o total dos projetos aprovados pelo Pronaf. A contrapartida pode ser na forma de dinheiro, bens - como máquinas para a execução das metas - ou serviços ao disponibilizar recursos humanos. O Conselho, por sua vez, tem como atribuição analisar e apreciar o Plano elaborado pela Prefeitura, negociar as contrapartidas, fiscalizar a aplicação dos recursos, articular-se com os agentes financeiros, e elaborar pareceres técnicos e relatórios para a Secretaria Executiva Estadual. Os agricultores familiares e suas organizações têm os encargos de apresentar e priorizar suas demandas, assim como, participar de contrapartidas e da execução de linha de ação. Os recursos destinados à infra-estrutura⁶⁸ são liberados pela Caixa Econômica Federal – CEF - para as contas das Prefeituras, após sua avaliação pelo Banco e a partir de critérios por este estabelecido e da aprovação do plano de trabalho pelo CMDRS. Cabe também à CEF fiscalizar a aplicação dos recursos, e receber e aprovar ou reprovar as prestações de contas dos empréstimos realizados pelas Prefeituras.

A linha de ação referente ao “financiamento da produção agrícola ou o crédito rural” oferecido aos agricultores familiares tem como objetivo dar apoio financeiro para que os agricultores e suas organizações desenvolvam as respectivas atividades produtivas. A solicitação do crédito pelo agricultor familiar pode se realizar de forma individual, coletiva ou institucional. Existem duas modalidades de crédito no Pronaf: de custeio e de investimento, que são operacionalizadas pelos agentes financeiros. O crédito de custeio se destina ao financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, enquanto o de investimento visa a benfeitorias da propriedade. Nessa modalidade, o crédito pode ser também grupal e coletivo. O primeiro é formalizado

⁶⁸ Para maiores detalhes sobre os contextos político-organizacionais que envolvem essa linha de ação do Pronaf (seleção dos municípios, o que permeia a elaboração e aprovação do PMDR e o contexto onde se formam os contratos e se executam as ações), ver NEPP/Unicamp(1999).

com grupos de produtores para finalidades individuais e o segundo com finalidades coletivas em que todos são responsáveis pelos recursos liberados. Esse crédito é utilizado, entre outras atividades, na piscicultura e apicultura.

Cada linha de crédito do Programa funciona considerando o limite de empréstimo, as condições e prazos de pagamento, e de acordo com as categorias beneficiados das várias regiões do país. O crédito é oferecido aos agricultores familiares sob a forma de 4 (quatro) grupos, classificados como de A, B, C e D (Pronaf, 2002). Com exceção do grupo A, a participação nos demais grupos de crédito está condicionada à renda familiar⁶⁹ anual do solicitante.

A exigência para participar do Pronaf “A” é que o agricultor seja assentado do Programa de Reforma Agrária. O crédito concedido ao assentado é na modalidade de investimento e o limite de empréstimo varia de R\$ 4.000,00 a R\$12.000,00. O prazo de pagamento é de 10 (dez) anos com até 5 (cinco) anos para iniciar o pagamento. A taxa de juros bancários é de 1,15% ao ano, com rebate de até 40% sobre o principal.

Para ter acesso ao Pronaf “B”, o agricultor deverá apresentar uma renda familiar bruta anual máxima de R\$1.500,00. Esse crédito tem por objetivo atender os agricultores familiares pobres da região Nordeste, porém não é exclusivamente. O tipo de crédito concedido é de custeio, e o limite de empréstimo é de até R\$500,00. A taxa de juros cobrada no Pronaf “B” é de 1% a.a. O agricultor tem o prazo de até 2 (dois) anos para saldar a dívida, com o máximo de 1 (um) ano de carência e direito ao rebate de 40%, no ato da liquidação, para o pagamento em dia. Esse crédito pode ser concedido até 3 (três) vezes consecutivas e não cumulativas. Além disso, o agricultor

⁶⁹ A renda familiar inclui os proventos das atividades fora do setor agropecuário. Não compõe a renda familiar o dinheiro proveniente de aposentadoria, pensão e dos programas de transferência de renda do Governo, como o Programa da Bolsa Escola.

poderá, considerando os requisitos exigidos, se candidatar a outro grupo do crédito oferecido pelo Programa.

O Pronaf “C” destina-se a atender o agricultor com renda familiar anual de R\$ 1.500,00 a R\$ 10.000,00. A finalidade do empréstimo é custeio, e o limite é de R\$ 500,00 até R\$ 3.000,00. O solicitante tem até 2 (dois) anos para pagar a dívida. A taxa de juros para esse empréstimo é de 4% a. a, com desconto de R\$ 200,00 para pagamento em dia. O desconto independe do valor solicitado. No grupo “C” também é oferecido o empréstimo para investimento. Neste caso, o agricultor deverá apresentar renda familiar anual de R\$ 8.000,00. O valor do empréstimo é de R\$ 1.500,00 a R\$ 6.000,00 se for individual, e de até R\$ 40.000,00 se for coletivo. Nas condições de pagamento do empréstimo, é cobrada uma taxa de 4% de juros a.a com uma congênese de adimplência de 25%, e rebate fixo de R\$ 700,00 independentemente do valor solicitado para o crédito grupal. O prazo de pagamento é de 8 (oito), anos com direito a até 5 (cinco) anos de carência.

O acesso ao Pronaf “D”, como o do grupo “C”, se divide em duas modalidades. Na primeira, o crédito é concedido para custeio ao agricultor que apresentar uma renda familiar anual entre R\$ 10.000,00 e R\$ 30.000,00. Para esse empréstimo, o limite é de R\$ 5.000,00, o prazo de pagamento é de até 2 (dois) anos a uma taxa de juros de 5%. Na outra modalidade, o empréstimo se destina ao investimento, e a exigência da renda familiar é a mesma para o custeio. O limite para empréstimo, no entanto, aumenta para R\$ 15.000,00 se for individual, e R\$ 90.000,00 se for coletivo. A taxa de juros cai para 4% a.a, com o bônus de adimplência de 25%. O prazo para pagamento é de até 8 (oito) anos com carência de 5 (cinco).

Na execução da linha de crédito do Pronaf, exercem importante função o Sindicato de Trabalhadores Rurais, as organizações responsáveis pela Assistência

Técnica e Extensão Rural e o CMDRS. A participação do Sindicato e da agência de Assistência Técnica e Extensão Rural é mais evidenciada no início do processo de solicitação do crédito porque são elas as principais organizações credenciadas para fornecer o documento que comprova a condição de agricultor familiar perante o agente financeiro. Esse documento é denominado de Declaração de Aptidão ao Pronaf⁷⁰. São essas organizações que elaboram os planos de financiamento. Quanto à participação do CMDRS, ela se dá no decorrer do processo, no sentido de tentar solucionar eventuais dificuldades surgidas na concessão do financiamento ao agricultor. A proposta de empréstimo é encaminhada ao agente financeiro mediante sua aprovação, e o referido agente fiscaliza a execução do plano de financiamento acompanhado pelo Conselho Municipal. O Conselho participa só do Pronaf “B”.

A linha referente à “Capacitação e Formação dos Agricultores Familiares” tem como objetivo buscar a revisão e o redirecionamento do ensino formal e informal em função das reais necessidades do agricultor familiar. Fazem parte dessa linha de ação: técnicos, organizações dos agricultores, estes e suas famílias, os conselhos estaduais e municipais do Pronaf, prefeituras e demais organizações envolvidas no Programa. A proposta com essa linha de trabalho é proporcionar aos agricultores familiares e suas organizações conhecimentos necessários à elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural. Do mesmo modo, objetiva proporcionar a essa categoria

⁷⁰A Declaração de Aptidão, também denominada também de Certificado de Comprovação da Condição de Agricultor Familiar, foi criada por Portaria no ano de 1997. Trata-se, na realidade, de uma ação burocrática de credenciamento a que é submetido o agricultor familiar, e o documento é fornecido gratuitamente. No caso dos agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, a Declaração ao Pronaf deverá ser concedida pelo Incra. No documento, os representantes das entidades declaram que o agricultor solicitante atende aos quesitos estabelecidos no Manual de Crédito Rural do Pronaf. Da Declaração constam: identificação pessoal do beneficiário, condições de posse e uso da terra, composição da renda bruta familiar anual, força de trabalho utilizada na produção agrícola, além da familiar e a aplicação do requerido tipo de crédito (se custeio ou investimento). Após as assinaturas dos representantes das entidades e do agricultor, a Declaração é emitida em 3 (três) vias e enviadas para o agente financeiro, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS - e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS.

conhecimentos, habilidades e tecnologias indispensáveis aos processos produtivos, de beneficiamento e comercialização. Ampliar as atividades de informação, disseminação e transferência de novas tecnologias também integra o rol de atividades dessa linha de ação do Programa (Pronaf, 1996).

Para a capacitação e profissionalização de agricultores familiares, o Pronaf propõe uma programação de trabalho que contempla, entre outros, as seguintes etapas: realização de cursos para agricultores familiares, capacitação e formação de instrutores, levantamento de demandas municipais de capacitação e profissionalização, assim como elaboração de programas relativos a estas no estado e nos municípios.

As linhas propostas pelo Pronaf confirmam a amplitude do Programa, no sentido de intervenção pública. Na implantação das suas linhas de ação, recursos financeiros de várias fontes são utilizados⁷¹. Os idealizadores do Pronaf vêem esse Programa como o início de um processo que cria uma nova estratégia de estabelecimento de políticas públicas para o meio rural. Nesse sentido, suas diretrizes estão voltadas para um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil. A partir desse contexto o modelo de atuação adotado pelo Programa exercita a participação, ao compatibilizar seus propósitos com os interesses dos beneficiários e com a política agrícola e ou prioridades dos municípios e estados contemplados (Pronaf, 1996). Suas diretrizes têm como referência experiências européias, principalmente a da França, que elegeram a agricultura familiar como a forma de

⁷¹ Os recursos financeiros do Programa são públicos, e as fontes são diversas. Os recursos do Orçamento Geral da União – OGU - financiam a linha do Programa referente à infra-estrutura municipal; os Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os fundos decorrentes da exigibilidade bancária, Bancos Cooperativas e o Fundo de Apoio ao Trabalhador – FAT - financiam o crédito familiar para investimento e custeio. A linha de capacitação e profissionalização dos agricultores pode ser financiada com recursos do FAT. Os bancos que participam da operacionalização do Programa são: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, bancos estaduais e Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar.

produção sobre a qual se implementou, no pós-guerra, a modernização da produção agrícola e da sociedade rural (Carneiro, 1997). Trata-se, portanto, de um Programa que propõe mudanças para a agricultura familiar no sentido de modernizá-la, rompendo com o modelo de agricultura vigente.

Apesar das intenções do Programa, vários trabalhos de avaliação apontam para a existência de importantes obstáculos à sua implementação. Essas análises dão conta dos problemas que envolvem o Pronaf desde sua elaboração até a operacionalização. Críticas são tecidas às fragilidades gerais contidas na proposta de elaboração do Pronaf, identificadas nas inconsistências quanto ao uso de conceitos e objetivos *versus* estratégias de ação, estrutura de gestão e metas (Corbucci, 1995). Também estão presentes no documento noções diretamente relacionadas à agricultura familiar, como: ‘aumento da capacidade produtiva’, ‘verdadeiro agricultor’ e ‘agricultor familiar em transição’. Essas noções sustentam o modelo proposto pelo Pronaf o qual foi importado da Europa, conforme mencionado acima, em que a agricultura familiar foi concebida num contexto histórico completamente diferente do ocorrido no Brasil. O apoio ao desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar, nesses moldes, alerta para riscos e possíveis efeitos negativos dessa política tal modelo de agricultura familiar (Carneiro, 1997).

O Pronaf, segundo Rosa (1995), apresenta não somente dificuldades conceituais e operacionais, mas histórico-estruturais. Além disso, aquele autor concorda com Corbucci (1995), que afirma que o Pronaf, pelo próprio conteúdo, acaba sinalizando para um Programa governamental de caráter compensatório, como já mencionado, por não atacar de maneira definitiva a desigual distribuição de renda e de recursos no setor rural. Outros trabalhos de avaliação e diagnóstico do Programa foram

realizados, como os apresentados por Abramovay e Veiga (1997); NEEP/ Unicamp (1999).

Relações Desiguais de Gênero no Pronaf

O Pronaf, além das deficiências apontadas, não incorporou, por ocasião da sua criação, a questão de gênero. Essa omissão, de gênero no Programa, que também ocorre com outros programas implantados no meio rural⁷², significa reforçar desigualdades socialmente construídas entre homens e mulheres. No entanto, há sinais de mudança nesse sentido, com programas, a exemplo do Projeto Dom Hélder, que contempla a questão de gênero.

A ausência da perspectiva de gênero nos programas rurais não constitui problema específico do Brasil, mas de outros espaços geográficos, uma vez que o desenho de políticas de desenvolvimento rural dos países da região latino - americana e do Caribe, com poucas exceções, não se tem integrado nem considerado adequadamente as mulheres (Arriagada, 1991). E quando as instituições se comprometem com a sua inclusão, não se tem, na prática, a garantia da sua efetivação. Nesse sentido,

... em nível internacional, governamental e não-governamental, há um aparente acordo com o enfoque as mulheres e o desenvolvimento... Isto não significa, necessariamente, que o gênero tenha sido incorporado satisfatoriamente na ampla variedade de disciplinas de planejamento preocupadas com a vida das comunidades pobres dos países do Terceiro Mundo... minha experiência pessoal... tem me levado à convicção de que as mulheres estarão sempre marginalizadas da teoria e da prática do planejamento, a menos que as preocupações teóricas feministas sejam adequadamente incorporadas dentro de um marco de planejamento de gênero, reconhecido como um enfoque específico de planejamento em si mesmo (Moser, 1991:58-59).

⁷² O Programa Federal de Emergência de Seca, implantado na região semi-árida nordestina em 1998 teve, a exemplo de programas anteriores, postura omissa quanto à equidade social entre homens e mulheres agricultores (as) afetados (as) por esse desastre natural (Melo, 2002).

As desigualdades de gênero, nesse contexto, são praticadas de maneira implícita via mecanismos, quase sempre sutis, de ordem legal, cultural, política ou estrutural. Essas políticas, se não impedem, dificultam a participação da mulher, com resultados favoráveis ao masculino, que aparece no cenário como beneficiário principal ou exclusivo do processo. Ao contrário, se as políticas incorporam homens e mulheres, amplia-se para elas o leque de possibilidades de participação no processo produtivo e nas atividades políticas, inclusive as eleitorais.

No Pronaf, a ausência da abordagem de gênero reflete também a negação da existência da mulher da roça, sua condição de agricultora, sua contribuição na produção familiar⁷³, sua participação como membro efetivo desse modo social de produção, eixo do Programa. Ela, ao contrário, é sempre considerada, no âmbito dos programas de desenvolvimento rural, como pertencente ao espaço doméstico, conjuntamente com os filhos, pois cabe ao homem a representação da família por ser o agricultor, o produtor rural, o chefe da família. Nesse sentido, existe uma tendência dos Programas a privilegiar a organização familiar e seu projeto estratégico, subsumindo integralmente as mulheres como atores sociais (Lobo, 1992). É a partir dessa e de outras situações vivenciadas pela mulher que Moser (1991), uma das principais proponentes do Planejamento com a Perspectiva de Gênero ou Gênero e Desenvolvimento (Machado, 1999), justifica a importância da inclusão da categoria de gênero. Para essa autora homens e mulheres têm diferentes necessidades que precisam ser consideradas pelo planejamento.

⁷³As mulheres têm um desempenho importante na agricultura familiar. Elas são as maiores responsáveis pela produção de alimentos de subsistência gerados por esta modalidade agrícola, em várias partes do mundo. Na África, elas cultivam 80% dos alimentos destinados ao consumo familiar... na América Latina e no Caribe, são responsáveis por 50% dessa produção (Jacobson, 1994).

No Pronaf, a predominância da figura masculina é uma realidade desde a primeira instância do Programa⁷⁴. Não se quer afirmar com isso que se a realidade fosse oposta, com as equipes formadas principalmente por mulheres, ter-se-ia garantida a inclusão da temática de gênero. Mas sua representação nas tomadas de decisão significaria, no mínimo, a visibilização e a possibilidade do seu reconhecimento como sujeito do processo social.

Em consonância com essa predominância masculina, os técnicos responsáveis pelo Programa demonstraram pouca sensibilidade quanto à questão de gênero, pois pensaram, desenharam e executaram suas ações no masculino. Os que respondem pela sua operacionalização acreditam, no entanto, haver incorporado gênero no Programa pelo fato de aquele não proibir sua inserção.

Se não há impedimento legal à incorporação da mulher agricultora familiar no Pronaf, o que se confirma tanto no seu regimento quanto na prática, tampouco existiu a perspectiva de gênero nas suas linhas de ação. A efetivação desse enfoque de gênero reconheceria a mulher como agricultora, destinando, de forma específica, a ela o acesso ao crédito rural, por exemplo, o que significaria dar visibilidade à sua participação na produção agrícola familiar. Nesse sentido, o Pronaf não atuou. Porém, considerando as “necessidades práticas de gênero” definidas por Moser (1991) e Young (1991), o Pronaf atende a mulher. As autoras consideram as necessidades a partir da divisão sexual do trabalho, que supõe que, dentro da casa, a mulher tem a responsabilidade de realizar o trabalho doméstico, o que inclui a educação dos filhos, os cuidados de parentes, a manutenção da casa e também das redes familiares e de serviços para a comunidade, assim como participar do trabalho remunerado. O

⁷⁴ Vale lembrar que o Pronaf, constituindo um Programa, não se apresenta através de uma estrutura física para funcionar. Os cargos técnicos dos órgãos que dele participam, do mesmo modo que os Conselhos, seja nas esferas federal, estadual ou municipal, são exercidos, na maioria, por homens.

Programa atende às necessidades de gênero quando acata demandas dos agricultores familiares relacionadas ao espaço da casa e, portanto, à mulher.

O Pronaf, porém, deixou de atender aos “interesses estratégicos de gênero” (Young, 1991), o que, diferentemente das necessidades básicas, significa conscientização das mulheres acerca das desigualdades sociais entre elas e os homens, como imposições sociais, e, portanto, suscetíveis a mudanças, e não como herança genética. Nesse sentido, não foi incluído no Programa o projeto de instrumentalizar a mulher agricultora para que ela pudesse resolver seus próprios problemas em relação à dominação masculina. Na superação dos obstáculos ligados a gênero, o *empowerment* poderia ser um dos instrumentos adotados pela mulher, de forma coletiva com outras mulheres, para atingir relações sociais mais igualitárias nesse terreno. O enfoque do *empowerment* (Moser, 1991) reconhece as desigualdades entre homens e mulheres e situa as origens na subordinação daquelas no seio da família. O *empowerment* (Machado, 1999) foi trazido à tona pelo *Programme of Action of the Governmental of Índia Policy on Educacion* (1986):

A mulher se empodera através de uma reflexão e tomada de decisão coletiva. Os parâmetros do empoderamento são construções de uma auto-imagem positiva, autoconfiança, desenvolvimento da capacidade de se pensar criticamente, construção de coesão de grupo e incentivo a decisão e ação (apud, Young, 1993: 158).

Partindo de tal realidade, são analisadas as relações de gênero nas linhas de ação do Pronaf no município de Afogados da Ingazeira.

Na linha referente à infra-estrutura, as obra e serviços são realizados a partir das demandas dos (as) agricultores (as) familiares do município participante. No dos

serviços em Afogados da Ingazeira⁷⁵, elas são apresentadas pelos presidentes das associações rurais, representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais, enfim, pelas representações das comunidades rurais⁷⁶. As obras solicitadas, estabelecidas de acordo com a dotação orçamentária do Programa para o Município, são, inicialmente, discutidas nas comunidades, elegendo-se as prioritárias. Em seguida, são apresentadas no fórum do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano – Comdrur- e escolhidas, adequando-se ao Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDR. Na elaboração do Plano Municipal, a Prefeitura reúne as representações das comunidades e, juntas, avaliam as demandas apresentadas. Na reunião do Fórum, também são acertadas a localização das obras e a doação dos locais para a implantação das de caráter público, inclusive daquelas que necessitam da inclusão do Termo de Servidão Pública. Também é discutida a parceria da população beneficiada na execução dessa linha do Pronaf. A contribuição da população se refere, por exemplo, à participação no

⁷⁵ O Município participa dessa linha de ação do Pronaf, segundo informações obtidas na Prefeitura local (jun/2002 e jan/2003), desde 1999. Nesse ano, o Programa investiu R\$ 175.099,00, realizando as seguintes obras: recuperação de barragens, construção de barragens, ampliação de barragens, implantação de cisternas, construção de passagem molhada (espécie de ponte sobre o rio para possibilitar, no período de chuvas, o trânsito de pessoas, veículos e animais), construção de poços amazonas (espécie de cacimba em que a água é “tirada no braço”), poços amazonas (a água é puxada por motor). Em 2000, foram construídos: poços artesianos e poços amazonas, cisternas de placas, armazém comunitário, passagem molhada, recuperação de 140km de estradas vicinais. Para tanto, foram utilizados recursos totais de R\$ 189.524,70. No ano de 2001, foram programadas as obras, até então não concluídas: construção de cisternas de placas, construção e ampliação de barragens e açudes, construção de boeiros, perfuração e instalação de poços artesianos, reforma do Matadouro Municipal e do Mercado Público. Recursos totais investidos: R\$172.304,59. No ano de 2001, o município foi contemplado com recursos extra. Construção de cisternas de placas, de açudes, passagem molhada, casinha sanitária (sanitário construído na propriedade rural, em local fora da casa), armazém comunitário, recuperação de estradas vicinais, construção de barramento de pedras, construção de poços tubulares. Recursos totais: R\$198.000,00. Para o ano de 2002 estavam programadas as seguintes obras: construção do Centro de Capacitação e Formação dos Agricultores Familiares, com recursos totais de R\$131.828,21.

⁷⁶ A maioria das demandas é encaminhada pelas Associações Rurais. Do total de 46 (quarenta e seis) dessas entidades registradas no Município, apenas 2 (duas) são presididas por mulheres. Está em via de formalização uma terceira associação também presidida por mulher, conforme mencionado neste estudo.

trabalho de execução das obras⁷⁷. Após aprovação do Comdrur, a proposta é encaminhada pela Prefeitura à Caixa Econômica Federal⁷⁸.

As demandas solicitadas ao Programa são inicialmente levantadas nas comunidades rurais através das organizações sociais, que, reitere-se, na sua maioria, são formadas e presididas por homens. As mulheres, quando participam das reuniões, não apresentam demandas específicas relacionadas ao seu trabalho na agricultura, mas dirigidas às necessidades imediatas da família e ligadas à esfera doméstica como: construção de cisternas, poços, banheiros e casinhas sanitárias. Para os agricultores, embora necessitem dessas obras, a prioridade é para aquelas relacionadas à produção agrícola, como: armazém para guardar a produção e estradas para o seu escoamento. A escolha apresentada pelos agricultores reflete a divisão sexual do trabalho com espaços socialmente construídos para homens e mulheres. Estas por sua vez, cientes de sua responsabilidade sobre o espaço doméstico, além de escolherem obras relacionadas ao âmbito privado, também assumem sua execução quando o marido não se interessa como expressaram agricultoras de comunidades contempladas pelo Programa:

...As mulheres pedem cisternas para as casas, banheiro; pedem para tirar o lixo da comunidade... e os homens pedem mais as obras ligadas às plantas e, mais ainda, aos animais. Pedem o que dá dinheiro... . Uma das cisternas do Pronaf veio para minha casa. O material para fazer a construção era

⁷⁷ Como contrapartida, as comunidades contribuem com material de construção e com trabalho para realização das obras. Do trabalho os homens participam mais do que as mulheres. No caso da cisterna, o “proprietário” da obra se responsabiliza pela escavação do buraco para sua construção, bem como pelo trabalho de ajudante de pedreiro. Geralmente, ele mesmo desenvolve as duas atividades. Cabe também a ele conseguir o pedreiro para realizar a obra. A remuneração desse profissional é assumida pelo Programa. Se o pedreiro não residir na comunidade, o “proprietário” da cisterna se responsabilizará pela sua alimentação durante a construção da cisterna. Nesse caso, a contribuição da mulher está na preparação da alimentação do pedreiro. O material fornecido para a construção da cisterna fornecida pelo seu “dono” consta, por exemplo, areia e água.

⁷⁸ Quando o valor da obra excede R\$15.000,00, há licitação de empreiteiras, e a Caixa Econômica faz o pagamento direto às vencedoras. Segundo informações de secretários da Prefeitura Municipal de Afogados, a prefeitura se empenha no sentido de que a empreiteira utilize a mão - de - obra das comunidades rurais. Para as obras de valor inferior ao teto estabelecido pela Caixa Econômica, os recursos são encaminhados às associações rurais, que compram os materiais para realizar as obras. Elas prestam conta à Prefeitura.

quase todo doado e a parceria da gente é fazer o buraco, dar água e areia para a construção. Meu marido não quis cavar o buraco, e eu não queria perder a oportunidade de ter uma cisterna. Cavei o buraco com a ajuda do meu pai. No caso da minha irmã, foi a mesma coisa. O marido dela não quis cavar o buraco; aí, ela arranhou o dinheiro com lavagem de roupa para pagar os trabalhadores para cavar o buraco. O esforço para conseguir as coisas é mais das mulheres. No caso da cisterna, as mulheres fazem qualquer sacrifício para construir porque elas se sentem ruim quando os homens xingam pra botar água pra casa (abastecer o domicílio) porque são eles quem trazem água de longe para dentro de casa, e dizem que as mulheres gastam muito. Os homens ainda estão naquela de ter tudo pronto, dado pela Prefeitura, sem ter a parceria das pessoas. Eles precisam entender que a gente precisa dar a parceria da gente (Entrevistada 1).

Pra nossa comunidade veio casinha sanitária. Minha casa foi uma das escolhidas pela comunidade para ganhar a casinha. E esse era o meu sonho; só que eu queria um banheiro dentro de casa, e a casinha é fora. A casinha é bem coisinha, bem estreitinha, só tem a bacia, não tem chuveiro. É melhor fazer as necessidades no mato; só que tem lugar aqui que as casas são tudo junto uma das outras, não dá nem para ir para o mato... Eu falei: “Aqui em casa, se não fizer o banheiro do jeito que eu quero, essa casinha, eles (o Pronaf) dêem para outra pessoa mais necessitada...” Aí, eu disse para o meu marido: “Ah! Nego, já que veio esta ajuda do Pronaf, vamos fazer um banheiro dentro de casa. Faz 8 anos que a gente tá casado, e não tem banheiro”. Mas ele não quis. Meu marido tem mania de dizer: “deixa isso para depois; depois a gente faz”. Mas eu disse: vamos fazer agora, aproveitar essa oportunidade”. Não ouvi o que ele disse e fiz o banheiro. A ajuda do Pronaf foi só a bacia com a tampa, e eu comprei o chuveiro, a pia de mão, descarga, mais cimento, mais cal, mais tijolo. Gastei mais de R\$ 400,00. Vendi uma junta de bezerros. Realizei o meu sonho. Agora tá é bom. Antes, quando eu e minha filha queríamos tomar banho, ia para a casa de minha sogra. Banheiro dentro de casa é outra vida. Aqui, na comunidade, somente eu e outra mulher fizemos o banheiro dentro de casa. Era o sonho da gente... (Entrevistada 14)

O empenho das mulheres na realização de obras relacionadas à esfera doméstica demonstra que elas, mais do que os homens, se responsabilizam pelo bem-estar da família.

A linha de ação do Pronaf referente à capacitação, do mesmo modo que a da infra-estrutura, não contemplou a perspectiva de gênero. Esta ação, ao mesmo tempo, se apresenta limitada quanto ao público atendido, uma vez que tem se voltado praticamente para a capacitação dos Conselhos Municipais, através de cursos de gestão social para conselheiros. Dos cursos promovidos pelo Pronaf do curso Planta Brasil participaram, no ano de 2000, conselheiros dos 1.018 municípios do Brasil

beneficiados pelo Pronaf⁷⁹. Os cursos tinham por objetivo habilitar os conselheiros para que eles tivessem mais influência nas decisões comunitárias e na fiscalização de obras e serviços realizados pelo Pronaf. Nesses cursos, foram debatidos temas como: importância da agricultura familiar, o desenvolvimento local, a construção de planos de trabalho, conceito do Pronaf e os efeitos da gestão social nos Conselhos Municipais. Porém, a questão de gênero não fez parte das preocupações, demonstrando a desconsideração do Programa para com as desigualdades sociais entre homens e mulheres na agricultura familiar.

A linha de crédito, a exemplo das demais linhas do Programa, não incorporou gênero, pelo menos no início de sua criação. O Pronaf, como outros programas sociais, apresentou, no decorrer do processo, modificações para alcançar melhor desempenho ou para se adaptar mais adequadamente à realidade local. Entre as alterações ocorridas, ao longo da sua existência, contemplou outras atividades familiares rurais além das relacionadas à agricultura; incorporou diferenças étnicas ao incluir as populações descendentes de negros que fundaram quilombos e ainda vivem em regime comunitário, ou seja, os remanescentes dos escravos - os quilombolas - e incluiu a população indígena que vive em terras sob jurisdição da Fundação Nacional do Índio - Funai. Com relação à operacionalização da linha de crédito, algumas modificações também foram realizadas pelo Programa⁸⁰.

⁷⁹ Informação prestada por membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano de Afogados da Ingazeira, por ocasião da pesquisa de campo.

⁸⁰ No ano de 1997, surge o Pronaf Especial que se destinava aos agricultores de menor renda. Em 1998, foi criado o “Pronafinho” ou Pronaf Especial de Custeio. Este crédito tinha como objetivo atender agricultores menos capitalizados. Neste ano surgem também as linhas de crédito Pronaf Agroindústria e o Agregar, para o financiamento de pequenos empreendimentos agroindustriais, além de regulamentado o “Rural Rápido”, um tipo de crédito rotativo. Em 1999, a linha de ação de crédito do Programa é novamente alterada com a inclusão das famílias assentadas pela Reforma Agrária. Os assentados foram remanejados pelo Pronaf com a extinção do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária-Procera. A partir do ano de 2000, o crédito foi distribuído em 4 (quatro) grupos: A, B, C, D. (Pronaf, 2002).

Outra alteração no Pronaf se refere à questão de gênero e ocorreu por pressão dos movimentos de mulheres (Pronaf, 2002), que levou o Ministério do Desenvolvimento Agrário a determinar a inclusão dessa categoria. Tal decisão faz parte do Programa de Ações Afirmativas do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA/Incrá. O documento firmado pelo ministro (Portaria n. 121, de 22 de maio de 2001, publicada no Diário Oficial) tinha como objetivo facilitar o acesso das mulheres agricultoras aos recursos de crédito do Pronaf. A Portaria, em seu Art. 1º, determinava que, no exercício de 2001, no mínimo 30% dos recursos relativos à linha de crédito do Pronaf, nos termos do Plano de Safra da Agricultura, seriam destinadas as mulheres (Pronaf, 2002).

A incorporação da mulher ao Pronaf, através do sistema de cotas na linha de crédito, significaria um salto qualitativo, dado pelo Estado, no tratamento da questão de gênero, se tivesse sido, de fato, implantado. A decisão do ministro parece ter ficado somente no papel, pois o desconhecimento quase generalizado da sua existência no município de Afogados da Ingazeira foi realidade confirmada por este estudo. Mulheres agricultoras pesquisadas, representantes dos órgãos governamentais que atuam na operacionalização do Pronaf, assim como representantes do movimento sindical, da sociedade civil organizada, da agência bancária responsável pela linha de crédito do Pronaf⁸¹ e de organizações não governamentais afirmaram, com apenas uma exceção, não ter, até então, conhecimento da medida adotada pelo Ministério. Do mesmo modo, desconheciam o manual de divulgação contendo esclarecimentos destinados às mulheres trabalhadoras rurais, às lideranças locais e aos técnicos e técnicas comprometidos (as) com a consolidação da agricultura familiar no Brasil e a

⁸¹ O Município é atendido pela agência do Banco do Nordeste localizada no vizinho Sertânia, distante 60 km de Afogados da Ingazeira.

questão das cotas para as mulheres. Essa realidade traduz a pouca importância que ainda é dada à problemática que envolve a questão de gênero.

Mesmo sem a efetivação da política de cotas, mulheres agricultoras do município de Afogados da Ingazeira se inscreveram no Pronaf desde a sua implantação⁸², mas sua participação é baixa, como acontece no Programa de modo geral (Abramovay, 2000). No Município em estudo, das 112 (cento e doze) operações financeiras efetivadas no período de 1997 a 2002, somente 18 (dezoito) dessas foram realizadas por mulheres. Do total de mulheres participantes, 14 (quatorze) solicitaram o Pronaf “B”, cujo limite do crédito é de R\$ 500,00, enquanto 4 (quatro) mulheres participaram do crédito do grupo “D”.

A participação da mulher no crédito do Pronaf, ainda que desigual em relação à dos homens, foi a primeira experiência de empréstimos bancários para a maioria das agricultoras pesquisadas, como revelam algumas delas:

O empréstimo foi no meu nome. Entrei no empréstimo do Pronaf em 1997. Foi a primeira vez que mexi com o banco. Antes, existia muita dificuldade para mulher tirar dinheiro no banco. Hoje, as mulheres fazem empréstimo igual aos homens. O banco aceitou normalmente as mulheres. Ele já viu que as coisas estão mudando muito e até emprestou R\$8 mil para minha prima (Entrevistada 7).

Nunca eu tinha tirado dinheiro no banco. A gente, que é dona de casa, fica até bem surpresa em saber que a gente pode tirar dinheiro para comprar uns bichinhos. Fiquei muito feliz quando soube que podia fazer o empréstimo. O Governo já deu sinal que a mulher tem valor na vida. Achei que foi muito bom; isso valoriza muito a mulher. É uma alegria a gente saber que não tem discriminação contra a mulher. É só a mulher ter coragem para enfrentar. Tanto faz ser homem como mulher: podia pegar o empréstimo. Foi a primeira vez que eu tirei o empréstimo. Queria que viessem outros. Tanto fazia sair no meu nome ou no nome dele, porque quando é para comprar,

⁸² Em Afogados da Ingazeira, o crédito do Pronaf começou a vigorar no ano de 1997. Nessa época, os agentes financeiros Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil eram os responsáveis pelo crédito do Programa. Atualmente, o Município é atendido pelo BNB. No Município o Pronaf “A” não realizou nenhuma operação. O crédito do tipo “B” atendeu 68 agricultores, e o total de recursos disponibilizados foi de R\$ 34.000,00. O grupo “C” realizou 3 (três) operações e nenhuma mulher participou delas. O total de recursos aplicados foi da ordem de R\$ 11.600,00. Do grupo “D”, foram realizadas 41 operações, e os recursos destinados foram de R\$ 315.000,00 (Dados obtidos na agência do Banco do Nordeste de Sertânia).

combina o dois, e quando é para pagar também. Antes, a mulher só tirava dinheiro se ela não tivesse marido. Hoje, a mulher tira, mesmo estando com o marido, como é o meu caso. Fiquei muito feliz em poder tirar esse empréstimo. (Entrevistada 14).

Diante da ausência da mulher no crédito rural ao longo da sua história de trabalhadora da agricultura, é de se esperar que seu acesso ao financiamento bancário cause admiração e também alegria à agricultora beneficiada pelo crédito. Além da própria inserção no programa de crédito, o tratamento dispensado a essa mulher, sem discriminação de sexo, pelo agente financeiro, também é visto pela agricultora como algo novo⁸³.

A satisfação em tomar parte no crédito poderia se traduzir no reconhecimento da própria mulher de que ela existe como tal e como agricultora, não fossem as condições que levaram a maioria das mulheres entrevistadas a participar do crédito do Pronaf:

Já estou tirando esse Pronaf “B” pela segunda vez. O primeiro foi em 2001. Meu marido me botou porque ele não quis. Porque foi numa época que ele estava apertado no serviço (da roça). Ele não podia estar saindo para resolver os papéis... Eu fiquei contente quando ele mandou ir no lugar dele. Eu só fui porque ele não podia. Peguei o cheque do empréstimo no Sindicato e deposei na conta do meu filho para meu marido pagar os bichos que comprou (Entrevistada 16).

Eu entrei pra tirar o dinheiro no Banco porque meu marido não podia. Ele estava comprometido com outro empréstimo. Se não tivesse esse compromisso, seria ele quem estaria inscrito no Pronaf... fiquei contente porque dinheiro dá mais liberdade para a mulher. (Entrevistada 7).

Quem fez o crédito fui eu porque meu marido estava trabalhando numa firma, na granja, perto da cidade, e como ele não pode faltar serviço e como eu tenho mais tempo para resolver os problemas, aí, eu fui. Eu tenho mais tempo porque ele só tem o sábado e o domingo. O pai dele foi assinar a autorização porque é o dono da terra. Eu fiz o empréstimo, mas para ele pagar... a responsabilidade de pagar é do dono da casa. Ele foi quem agiu para pagar. Minha obrigação foi pegar o dinheiro porque estava no meu nome, e eu entreguei a ele. Ele me deu um pedaço do dinheiro, R\$100,00. Eu tive a parceria, ele ficou com o resto. Ele comprou 5 cabeças de bode e ainda ficou com um troquinho. Ele também fez um cercado para os bichos,

⁸³ Atualmente, não mais vigora a outorga marital, ou seja, foi extinta a exigência de que as mulheres casadas tenham permissão do marido para contrair empréstimos (Pronaf, 2002).

e foi bom porque antes, enquanto ele estava trabalhando na firma, eu estava “tucalhando” [tocaçando] os bodes; era o maior sacrifício. Agora, o trabalho ficou dobrado. Eu cuido de 15 bodes, 6 galinhas, 10 guinês, 1 porco, 1 junta de boi, 1 cavalo, 1 jumento. Meu marido já disse que se o empréstimo sair novamente, é para eu tirar (Entrevistada 14).

A participação da mulher no crédito rural, por determinação do homem, reforça a idéia de que o poder de decisão é masculino, cuja influência é evidente no modo de organização social em que a autoridade está centrada, ou seja, a figura do patriarca na unidade doméstica, ainda fortemente presente na área rural. Com isso, não se quer negar indícios de mudanças na sociedade, presentes nas relações sociais de gênero, nem explicar as desigualdades de forma única e congelada, mas pensar o patriarcado de perspectiva desnaturalizada, mostrando seu engendramento social e cultural como um tipo de dominação (Saffioti, 1992).

A “concessão” feita pelo homem à mulher, dando-lhe a oportunidade de participar do Pronaf, está ainda relacionada à superioridade daquele, por exemplo, quando a transferência acontece por causa do baixo valor do empréstimo, como ocorre no caso do tipo do Pronaf “B”. A prioridade da realização dos negócios e da produção é do homem, mas se isso implica pequenas operações financeiras, como a criação de animais de pequeno porte a que se destina o crédito do grupo “B”, a ação negócio passa a ser secundária e, portanto, da competência da mulher.

Além disso, a transferência do empréstimo visa deixar o homem descomprometido com o Banco, livre para efetivar outros, empréstimos financeiramente mais vantajosos, além de deixá-lo com o tempo livre para realizar as atividades agrícolas e outras tarefas produtivas, já que a burocracia bancária demanda tempo para a preparação da documentação exigida para liberação do crédito. Para lidar

com essa “perda de tempo”, o homem reforça o estereótipo de gênero de que a mulher é mais paciente, permitindo que ela o substitua na tramitação do crédito.

Quando o valor solicitado é maior, como acontece com os empréstimos do grupo “D”, a participação da mulher no Pronaf ocorre, não por indicação do marido, mas por ela deter o título da terra, geralmente herdada dos pais⁸⁴. Entretanto, é com pouca frequência que isso acontece porque a herança da terra é geralmente masculina (Teixeira, 1994); Woortmann,(1995), herança, essa, que, para os agricultores familiares, está articulada com a escolha do sucessor, aquele que assegura a continuidade da exploração daquele bem, isto é, o homem (Carneiro, 2001). Apesar de ser este, o eleito para herdar a terra, a mulher, embora em quantidade menor que seus irmãos, recebe a herança. O repasse da terra para a mulher acontece, sobretudo, se o marido também trabalha na roça. Ciente desse direito de herança, quando indagada sobre a posse da propriedade, ela se anuncia como proprietária, mesmo quando o bem ainda está registrado no nome do pai, do sogro, do marido.

As mulheres, como os homens agricultores familiares do município de Afogados, participam principalmente do crédito do grupo “B”, em virtude de suas condições financeiras precárias. Esse tipo de crédito representou, até o ano de 2002, 60% das operações financeiras realizadas no Município, por se tratar de um crédito com menores exigências do que os demais, em virtude de ser baixo o limite de empréstimo (R\$ 500,00), e, portanto, mais acessível a agricultores e agricultoras. As

⁸⁴ O fato de a terra estar no nome da mulher não impede que o cônjuge faça o empréstimo no dele. Porém, segundo informação prestada por técnico do Banco responsável pela operação de crédito do Pronaf para o município de Afogados, o motivo principal é: não sendo casado oficialmente, o homem precisaria de uma declaração, por escrito, de pessoas conhecidas testemunhando sua convivência com a mulher. Diante da burocracia, a opção do homem é que o empréstimo seja realizado em nome da companheira, proprietária do imóvel. No entanto, segundo mulher entrevistada beneficiada pelo Pronaf “D” é exigência dos órgãos responsáveis pela concessão do crédito, que o empréstimo seja feito, no nome do (a) proprietário (a).

opções oferecidas ao agricultor à (o) para aplicação do crédito Pronaf “B”: caprinos, ovinos, junta de garrotes ou matriz de ovino.

Na solicitação do crédito “B” apesar da menor exigência para obter empréstimo, a mulher, do mesmo modo que o homem necessita de cópia dos documentos pessoais (certidão de nascimento, carteira de identidade, Cadastro de Pessoa Física - CPF - e título eleitoral; aos casados é solicitada a certidão de casamento, e os documentos pessoais são exigidos aos dois que se tornarão os responsáveis pelo empréstimo) e do título da terra ou qualquer documento (certidão do Incra, recibo de compra e venda) que ateste e identifique a propriedade daquele⁸⁵. Uma declaração do confrontante, caso não se tenha o comprovante legal, é a carta fornecida ao arrendatário, como também em caso de filho do proprietário que deseja o empréstimo. O crédito do Pronaf, com o objetivo de atender de forma abrangente à população do Município, impõe como exigência a concessão do benefício a apenas uma pessoa por família⁸⁶.

O (a) agricultor (a) solicitante do empréstimo, além das cópias dos documentos, preenche um conjunto contendo a declaração de aptidão, a proposta de crédito e a nota de crédito rural, que é o contrato com o Banco. Juntamente com esse conjunto e a documentação pessoal, o requerente, anexa o recibo de compra dos animais e atestado de vacina deles⁸⁷, e encaminha à Ebape ou ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que se encarregam de entregar a proposta ao Agente de Desenvolvimento Rural do Banco,

⁸⁵

Nos empréstimos dos grupos “C” e “D”, o solicitante do crédito apresenta ao Banco o avalista para garantir o empréstimo ou a propriedade da terra. Em caso de hipoteca da terra as despesas com cartório de registro custam ao proprietário em torno de R\$200,00.

⁸⁶ Ou 1 (uma) pessoa por domicílio. Se o filho mora em outra residência ele pode também ter acesso ao crédito ao mesmo em tempo em que o proprietário da terra (pai ou mãe). Nesse caso, participam do crédito: a mulher ou o homem proprietário do imóvel e o filho (a), ou o genro ou a nora, desde que residentes em diferentes domicílios. No caso de filho solteiro morando com os pais, ou com o pai ou com a mãe proprietária (o) da terra, é permitida pelo Banco sua participação se comprovado que tem roça própria na mesma propriedade.

⁸⁷ Vacina para raiva. Em caso de matriz bovina o atestado negativo da brucelose.

que quinzenalmente visita o Município (a agência do BNB que atende ao município de Afogados fica a 60 km dali). Nessa ocasião, o Agente aproveita para entregar cheques de empréstimos liberados (tipo “B”). Com a visita do Agente ao Município, evita-se o deslocamento do (a) agricultor (a) até o Banco, e, conseqüentemente, o gasto de dinheiro e a perda de tempo. Desse modo, a ida do (a) agricultor (a) solicitante do crédito Pronaf ao Banco só acontece excepcionalmente.

A documentação exigida pelo Programa, referente à identificação pessoal completa de quem solicite o crédito exclui as mulheres. Embora isso seja uma realidade, é importante lembrar que, com a campanha lançada pelo Governo Federal “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documento⁸⁸”, tem diminuído substancialmente, a existência de mulheres rurais sem documentos pessoais, principalmente as mais jovens.

O crédito do grupo “B” no município de Afogados da Ingazeira é operacionalizado de forma “grupal” por iniciativa do Banco, embora isso não seja obrigatório ou a única opção. Porém é a aceita pelos (as) agricultores (as). Os interessados (as) das comunidades formam grupos, e a escolha do (a) fiador (a) é espontânea. O tamanho do grupo varia (6, 10, 14 participantes), pois depende do número de candidatos (as) ao crédito, cada integrante do grupo, ao mesmo tempo em que é solicitante do empréstimo, também desempenha a função de avalista de um (a) agricultor (a) requerente. Desse modo, todos (as) candidatos (as) ao crédito são, também, avalistas. Seguindo essa forma de solicitação do empréstimo, o (a) avalista substitui o documento da terra. O Banco, ao utilizar a prática do crédito em grupo, transfere para os (as) agricultores (as) o trabalho de realização da cobrança. Assim,

⁸⁸ Essa Campanha foi criada pelo Ministério do Trabalho em parceria com o Conselho Nacional de Direitos da Mulher - CNDM.

eles/elas mesmos (as), automaticamente, realizam essa tarefa para salvaguardar os próprios interesses. E ao fazê-lo, estão garantido ao Banco o retorno dos recursos financeiros emprestados.

Ao constituírem o grupo de crédito do Pronaf, os agricultores formam uma corrente de solidariedade, onde a honradez e a confiança são categorias fundamentais. A solidariedade grupal é forte, pois relações sociais de parentesco e de compadrio estão presentes nas comunidades, de modo que o grau de confiança é grande. A quebra dessa corrente, isto é, em caso do não cumprimento do pagamento da dívida, provoca exclusões no grupo, pois tanto o (a) devedor (a) como o (a) fiador (a), fica impedido (a) de renovar os empréstimos, mesmo se o (a) avalista tiver quitado a própria dívida. O (a) devedor (a), não honrando o compromisso assumido, perde a confiança do grupo, e os (as) demais participantes continuam em condições de realizar novos empréstimos. O não pagamento da dívida, além de causar prejuízo financeiro à (o) agricultor (a) fiador (a), poderá provocar conflito entre os (as) beneficiados (as) e se estender pela comunidade. Não foi constatada quebra da corrente de solidariedade nos grupos em que as mulheres agricultoras entrevistadas eram participantes do crédito do Pronaf. Segundo uma delas, no seu grupo, houve menção de calote por parte de um agricultor que tinha uma mulher como sua avalista, mas o Presidente da Associação da localidade interferiu e o devedor saldou a dívida.

A dívida bancária dos (as) agricultores (as) familiares se constitui num problema comum para essa categoria de produtores (as) rurais. Porém, as mulheres conseguem, mais do que os homens agricultores, saldar compromissos com os agentes financeiros, conforme relato de uma delas:

Já tirei um empréstimo pelo Provape, em 1995. Meu marido também tirou o mesmo crédito nessa época. Eu paguei meu empréstimo, já faz dois anos, e

meu marido ainda não pagou o dele. O dinheiro era para aplicar na roça, e no final, o tanto que lucrei não deu para pagar o dinheiro de uma só vez, como eu queria, mas paguei. Para pagar o Banco, tirei o dinheiro dando dia de serviço nas roças do outros. Meu marido, até hoje, não pagou esse dinheiro, e ele tem o ganho dele porque trabalha na cidade “passando bicho” (banca de jogo). Hoje, o Banco vê que a mulher paga melhor do que o homem. Antes, ele botava muita barreira para a mulher fazer empréstimo, mas hoje não. A mulher se preocupa mais de pagar o empréstimo do que o homem (Entrevistada 1).

A responsabilidade assumida pela mulher agricultora entrevistada de saldar a dívida com o Banco começa no momento em que o empréstimo é liberado. Nessa ocasião, a preocupação em pagar já toma conta das mulheres. Muitas delas começam a se preparar para o pagamento do empréstimo, reservando, no Banco, parte do que foi solicitado, no caso de que possuam com algum familiar, conta bancária. Na inexistência de conta, a reserva do dinheiro é guardada em casa. A adimplência da mulher, em comparação com o homem também é confirmada por representante da agência bancária, que assim se expressa: “A mulher sempre é melhor pagadora do crédito do que o homem. No crédito do Pronaf, até agora, nenhuma mulher está devendo ao Banco...”.

A mulher agricultora familiar, mesmo sabendo honrar, mais do que o homem, o compromisso com o Banco, é ele quem tem prioridade dos programas de crédito rural. Desse modo, na linha de crédito do Pronaf, as mulheres agricultoras do município de Afogados da Ingazeira representam 16% do total de beneficiados do Programa. Dessas mulheres, 78% participam do crédito do tipo “B”, o de menor financiamento, enquanto 9% recorrem a empréstimos acima dos R\$ 500,00. A participação inferior das mulheres agricultoras no crédito rural decorre das condições desiguais de gênero impostas ao feminino.

O fato de a mulher agricultora, mais do que o homem, respeitar o compromisso com o Banco pode indicar certa cautela de serem expostas como desonestas e sofrer as

consequências legais de uma dívida contraída. E além das jurídicas, também as sociais, pois, como aponta o senso comum, o homem que deve é chamado simplesmente de “caloteiro” enquanto que a mulher é nominada como “mulher caloteira”. As mulheres também procuram honrar o espaço público dos negócios, tradicionalmente masculino.

As mulheres agricultoras entrevistadas também demonstraram autoconfiança em pagar as dívidas contraídas, e, por isso, não temem fazer empréstimo bancário:

Eu tenho a força dos braços. Por isso, não tenho medo de pagar qualquer empréstimo. Só não pagava se morresse. Se a gente investir certo, tem como pagar. Quando a gente sabe que deve, a gente começa a se arrumar antes. A mulher que tira dinheiro no Banco dá mais força as outras mulheres, e mostra que as mulheres têm condições de pagar o empréstimo. Têm mulheres que acham que não vão pagar o empréstimo; elas acham que é difícil. A gente sempre tem um pouquinho de medo de pagar o empréstimo por ser da “classe mulher”, que não tem acesso a qualquer trabalho; tem que ser mais o trabalho da roça, não tem outro lugar. Mas a gente, naquele pensamento, tem sempre uma força, e aí, a gente faz o empréstimo... (Entrevistada 1).

Não tive medo de pagar o dinheiro. Eu sabia que pagava. Do jeito que tem homem que não sabe planejar o crédito, tem a mulher também. Se tiver coragem e souber planejar, paga o empréstimo tranquilamente. Quando eu fiz o empréstimo, já era para comprar os bichos. Quando a gente gasta o dinheiro com coisa que não tem valor, como na casa (não gera renda), aí, fica difícil pagar o empréstimo. Para pagar, não foi preciso vender muita coisa. Eu tinha coragem de tirar R\$ 4mil, mas eu não tinha terra para garantir (Entrevistada 6).

Quando eu falei que ia entrar no Pronaf, meu marido disse:” Não vai te meter com Banco”. Meu pai também não queria que eu fizesse o empréstimo. Mas eu não tive medo, e tirei o dinheiro do Pronaf, e não me arrependi. Meu pai e meu marido não gostam de ficar devendo. Eu aceitei fazer porque fiquei sabendo que, se o marido não quer, a mulher pode fazer (Entrevistada 11).

Participar do crédito rural, considerado tradicionalmente como “negócio de homem”, representa, para o agricultor familiar, um temor porque a transação bancária ou “negócio com o Banco” envolve o maior bem que ele possui: a terra. No entanto, a mulher agricultora familiar, que historicamente não participa do crédito rural por ser “negócio de homem”, do mesmo modo que o é a comercialização da produção agrícola na feira, como constatou Garcia Jr. (1989), ao participar do crédito do Pronaf, de modo

geral, não temia saldar a dívida bancária contraída, mesmo quando esta constituía a primeira experiência de empréstimo no Banco. A autoconfiança da agricultora acontece porque ela, embora não se envolvendo diretamente com a compra dos animais, que motivou o crédito (aplicação do crédito “B”, modalidade em que a mulher tem maior acesso no Pronaf), pois, no geral o marido se encarrega de realizar o negócio, participa do planejamento e acompanha a aplicação dos recursos. Para garantir o compromisso assumido, a mulher, de forma preventiva, no ato do recebimento do empréstimo, não retira o total dos recursos disponíveis, iniciando o processo de reposição do valor solicitado, como já mencionado aqui. Além disso, sendo um empréstimo de baixo valor, a mulher garante o pagamento da dívida com os proventos da aposentadoria, caso possua, da criação de galinhas e de parte dos animais adquiridos para saldar a dívida bancária. Porém, a maioria dos animais comprados permaneceu com a família da agricultora.

Agricultoras pesquisadas, reconhecendo que a participação do feminino no crédito do Pronaf não foi intencional, consideram o descaso geral do Governo com as mulheres rurais:

Quando o Governo fez o Pronaf, ele só pensou diretamente no homem. Ele fez isso, mesmo sabendo que a mulher trabalha na roça e é quem dá força ao homem. Tem homem que pega o dinheiro do Banco e vai estragar, e a mulher é quem dá o conselho para ele aplicar certo. O governo nunca pensa na mulher da roça. Pode ser que o de hoje (o do Presidente Lula) pense porque a mãe dele foi da roça e ele sabe das dificuldades da mulher do campo. Para o outro governo (Fernando Henrique), só quem trabalhava era a mulher dele; as outras eram todas vagabundas (Entrevistada 1).

Ele (o Governo) não pensa na mulher. Ele não dá muita crença na mulher. Tanto é que, para conseguir a aposentadoria é meio mundo de documentos. Só se for esse que entrou agora (Lula). Tenho fé nele porque ele é uma pessoa humilde. Ele sabe o que é sofrer (Entrevistada 13).

O Governo nunca pensa na vida da mulher da roça. Ele não valoriza. Se ele desse valor ele dava emprego para as mulheres. Ele nem sabe que a mulher existe porque até agora não fez nada por ela (Entrevistada 3).

Tudo que vem é só para o agricultor. Nunca diz agricultora. Ele (o governo) só pensa na mulher como doméstica. Acho que é por causa da discriminação. O trabalho da roça da mulher não é visto como trabalho (Entrevistada 5).

... Ele (o Governo) deveria dar mais atenção à mulher da roça, mais valor, mais serviço. Se ele fizesse isso, a mulher da roça não tinha tanta dificuldade. Até para ela se aposentar, é a maior demora para a aposentadoria sair... Tem tanta mulher sem ter nada! Não tem nem o prazer de fazer o empréstimo que nem esse que eu fiz: O Pronaf “B”. Tem mulher que nem sabe que existe. A mulher deveria ter mais direito, mas chance para ela trabalhar, para ela desenvolver. Mais facilidade para ela fazer negócio no Banco. Tem muito negócio que o homem tem direito e a mulher não tem. Acho que é porque o homem já é considerado agricultor e, a mulher, não (Entrevistada 14).

O Governo não pensa nem nos homens, que dirá nas mulheres! Ele pensa que a mulher não trabalha na roça, mas tem mulher trabalhadeira que trabalha mais do que o homem (Entrevistada 17).

Fica evidenciado, a partir das condições de participação da mulher no crédito do Pronaf, que elementos tradicionais estão presentes na organização social rural do Município pesquisado. No modelo social que mantém elementos tradicionais, o passado e os símbolos produzidos são valorizados pela sociedade porque são criados a partir das experiências das gerações que se encarregam de reproduzi-los. Porém, essa realidade tradicional não se mantém intacta, mas sofre alterações (ou se esgarça), promovidas pelas novas gerações que se formam, embora sempre ofereça resistência (Giddens, 1991). Para esse autor, quando ocorre a transição entre o velho (tradicional) e o novo (moderno), acontece o ‘deslocamento’ das relações sociais, o que ele denomina de desencaixe.

As relações sociais de gênero na agricultura familiar em Afogados da Ingazeira apontam para permanências e modificações. Permanência pode ser percebida quando o homem é o responsável pelos “negócios” da agricultura, como, por exemplo, a venda da produção e o empréstimo bancário, mesmo quando a mulher é de fato, a

responsável pela geração da produção e adquire o financiamento. Neste caso, a mulher reproduz a situação de desigualdade ao reconhecer no homem a capacidade de lidar com a esfera pública, sob a alegação de sua inexperiência no ramo e até de incompetência para realizar a atividade de comercialização. Apesar disso, o fato de a mulher participar do crédito rural, marcando presença em espaços públicos para efetivar o empréstimo, ainda que, na maioria das vezes, por decisão do homem (desinteressado ou impossibilitado de fazê-lo indicou a mulher para garantir o direito ao empréstimo concedido pelo Pronaf à família) significa sinal de mudança nas relações de gênero.

4.2 Organizações Parceiras na operacionalização do Pronaf

No Município de Afogados da Ingazeira, as instituições responsáveis pela operacionalização do Pronaf fazem parte do Conselho de Desenvolvimento Rural e Urbano – Comdru. As instituições que participam do Programa de forma mais direta são o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e a Ebape, através da linha de crédito e a Prefeitura Municipal na linha de infra-estrutura.

As referidas organizações atuam na operacionalização do Pronaf, ou seja, colocam em prática as determinações ditadas pelo Programa. Nesse sentido, elas apenas reproduzem a proposta não incluindo à perspectiva de gênero.

Ao excluir a questão, o Pronaf reflete uma realidade, não somente na concepção de integrantes do Programa, conforme tratado anteriormente, como também na avaliação de representantes de organizações responsáveis pela sua efetivação, que, partindo do mesmo pressuposto, acreditam haver contemplado essa questão a partir da

presença da mulher agricultora na linha de crédito do Pronaf e da ausência de uma proibição formal quanto à sua participação.

Enquanto algumas instâncias afirmam que há incorporação de gênero pelo citado programa, outras se manifestam de formas diferentes como, por exemplo, reconhecendo a ausência de gênero e até ressaltando a importância de incluí-la, não questionando sua ausência e não cobrando sua inclusão naquele.

Independentemente do tipo de comportamento apresentado por essas organizações com relação ao Pronaf, a realidade é que a questão de gênero também não está presente nos próprios programas de trabalho dessas entidades, que tampouco possuem linhas específicas ou grupos de trabalho empenhados em combater as desigualdades sociais entre homens e mulheres. É exceção à regra o Sindicato de Trabalhadores Rurais, que acolhe essa questão através da Comissão de Mulheres.

A Comissão de Mulheres do Sindicato de Afogados da Ingazeira existe desde 1994. Ao longo de sua criação, tem realizado vários trabalhos com o objetivo de combater as desigualdades de gênero. Para tanto, promove palestras abordando temas diversos, como: a saúde, documentação pessoal e cursos de formação e conscientização, dirigidos a homens e mulheres, sobre os direitos femininos. A Comissão, na realização de seus trabalhos, faz parcerias com organizações governamentais e não governamentais.

A criação da Comissão de Mulheres no Sindicato de Trabalhadores Rurais não significou transversalidade de gênero na organização, realidade que facilitaria trabalhar as assimetrias nas diversas instâncias do poder de decisão sindical e na participação nas demandas e reivindicações específicas da mulher trabalhadora.

A Comissão de Mulheres do Sindicato Rural, que representa um avanço das agricultoras, não é exclusiva dessa organização, mas está presente em outras

congêneres, como sejam: a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - vnContag⁸⁹ e na Federação dos Trabalhadores. A Comissão, oficializada durante o V Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, já havia sido debatida e reivindicada pelas mulheres por ocasião do IV Congresso. Essa Comissão no nível nacional, está vinculada à estrutura da Contag na sua Secretaria de Formação e Organização Sindical (Abramovay, 2000), do mesmo modo como acontece no Sindicato Rural.

Essa conquista das mulheres agricultoras no meio sindical foi precedida de uma luta de base relacionada à sua participação no Sindicato. A filiação da mulher a esta entidade lhe foi vetada até meados dos anos 80 do século XX. Nesse sentido, tanto os homens que representavam a instituição quanto os associados, ofereciam resistência à presença das mulheres.

A luta feminina pela sindicalização tinha como objetivo primeiro o reconhecimento da condição da mulher trabalhadora rural, o que possibilitaria sua participação no Sindicato da categoria.

Reconhecer socialmente a mulher como trabalhadora rural significava romper uma barreira cultural, pois, pela ordem natural das coisas, a mulher tinha como encargo o desempenho das atividades domésticas, e o homem, a responsabilidade pela produção agrícola. Porém a mulher enfrentou essa luta para ser atendida em suas necessidades práticas, como o direito de usufruir os benefícios da Previdência Social, como a aposentadoria. Isso significaria uma questão de justiça para com a mulher, que, como o homem, também trabalha no desenvolvimento da produção agrícola.

Depois de adquirir o direito de se associar ao Sindicato, a mulher trabalhadora rural partiu para conquistar o direito de se aposentar. Nesse momento, o Sindicato

⁸⁹ A Contag congrega as federações de trabalhadores da agricultura e os sindicatos rurais brasileiros.

também lutava pelo valor de 1 (um) salário mínimo para a aposentadoria da categoria, que era de $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo. Atingindo o teto do salário mínimo para a aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, a mulher conseguiu o direito à pensão, e o homem, só posteriormente, através de uma luta conjunta do Sindicato. Além dessas conquistas, a mulher trabalhadora rural foi contemplada com o auxílio maternidade e com o auxílio doença, tal como as demais categorias de trabalho de que a mulher participa, com a diferença de que a trabalhadora rural não contribui para Previdência Social, embora já exista proposta do Estado que visa à contribuição da trabalhadora do campo para a Previdência, calculada para o ano de 2006.

A mobilização das mulheres agricultoras acontecia em várias partes do Brasil. O Rio Grande do Sul (Brumer, 1988) e Pernambuco (Thayer, 2001) são exemplos desse crescente movimento, em que as mulheres iam somando as reivindicações das trabalhadoras rurais às próprias lutas.

As mulheres rurais, após conseguirem o direito de participar no Sindicato, procuram se associar à organização, fazendo crescer cada vez mais o número de mulheres no Sindicato de Trabalhadores Rurais nas décadas recentes (Castro e Lavinas, 1992; Cappellin, 1989). Segundo dados da Contag, do total de 9 (nove) milhões de sindicalizados rurais, 22% são mulheres (República Federativa do Brasil, 1995). Além desse crescimento constante, é diferente sua forma de inserção, pois, antes, essa mulher era vista pelo Sindicato Rural somente como dependente do marido, numa clara demonstração de desconhecimento de sua condição de trabalhadora.

A mulher trabalhadora rural, pela própria formação cultural, mais vinculada ao modelo social do mando masculino, embora também assimile mudanças advindas do processo das relações sociais de gênero, responde à conquista do direito de ser reconhecida como uma categoria de trabalho, mais pela vantagem econômica e menos

pela mudança que o reconhecimento de ser trabalhadora pode proporcionar nos diversos tipos de relacionamento mantidos com os homens, nas variadas instâncias. O relato de uma líder sindical expressa essa situação:

Antes, a própria mulher trabalhadora rural dizia que era doméstica; ela tinha vergonha de dizer que era da roça, e isso prejudicou na aposentadoria. Hoje, ela diz que é agricultora porque quer ter o direito ao benefício que todos os trabalhadores têm... Podemos dizer que a mulher despertou, mas ainda não se conscientizou, porque ela não participa das associações, dos sindicatos. Por causa dessas vantagens é que muitas mulheres da cidade querem dizer que são agricultoras para poder gozar dos direitos da mulher agricultora.

Além desses direitos, as agricultoras rurais conseguiram, no ano de 1997, por ocasião da I Plenária Nacional de Mulheres Agricultoras, rurais realizada em Brasília, garantir a participação nos cargos eletivos dos sindicatos rurais, do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, das federações e da Contag, através da política de cota mínima de 30% para mulheres. A política de cota veio assegurar o direito da mulher de participar do poder de decisão nos cargos de direção do Sindicato Rural e das demais organizações de trabalhadores do campo, que, historicamente, foram exercidos pelo homem, mesmo com a participação crescente das associadas.

Essas conquistas das mulheres rurais, assim como outras mudanças nos sindicatos de trabalhadores rurais brasileiros, estão inseridas no processo de reforma vivenciado por essa organização nas últimas décadas (Fischer, 2000).

Apesar dos avanços alcançados pelas agricultoras, como a criação da Comissão de Mulheres do Sindicato e a política de cota, persiste, no âmbito da organização, a valorização da cultura masculina, o que entrava a inclusão de gênero.

A inclusão de gênero significaria trabalhar de forma integral as diferenças sociais entre homens e mulheres, tanto na estrutura do Sindicato, através das Secretarias, nas pessoas dos seus dirigentes, como nas linhas de ação que compõem o

trabalho dessa entidade. Desse modo, o fortalecimento de uma política de gênero se constitui num desafio para o movimento sindical (Lima, 2002). As direções dos sindicatos rurais, sem proposta para considerar a mulher como integrante real da categoria de trabalhadores do campo, foi assim expressa por uma líder sindical:

Essa Comissão de Mulheres pertence à Secretaria de Organização e Formação⁹⁰, que tem um homem no comando. Aí, a gente precisa ficar sempre em cima para a mulher participar, para ela ser incluída. Há três anos, quando a estrutura sindical não era composta por Secretarias, a Comissão tinha uma função maior... Essa questão da mulher não é muito trabalhada nas Secretarias do Sindicato... No caso dos programas para a agricultura, como do Pronaf, eles vão para a Secretaria de Desenvolvimento Rural, e aí quem trabalha é o presidente do Sindicato, que é homem, e o Secretário de Desenvolvimento, que também é homem...

A ausência da transversalidade de gênero no Sindicato Rural limita as questões do feminino à Comissão de Mulheres, deixando as demais instâncias da organização isentas do compromisso social com elas.

Praticamente solitária na luta pelas transformações nas relações sociais de gênero, embora receba o apoio do Sindicato Rural⁹¹ quando da realização dos trabalhos, a Comissão de Mulheres desenvolve de forma eficiente sua missão, mas, certamente, num processo mais lento do que seria se a organização, como um todo incorporasse a questão. A fala de liderança feminina do Sindicato retrata a participação, preocupação e o interesse de mulheres agricultoras rurais pela questão de gênero:

Quando se trata de direitos para os dois, o homem (do sindicato?) não se interessa pelos direitos das mulheres; é preciso que a mulher vá atrás. A mulher conseguiu a pensão, e o homem, não, e aí, nós lutamos para que o homem tivesse a pensão. A luta é para os dois. A gente não tem uma luta feminista da mulher pisar o homem, mas da igualdade. É trabalhar a conscientização da mulher e também do homem em todos os níveis.

⁹⁰ Na última eleição do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Afogados da Ingazeira, ocorrida em março de 2003, uma mulher foi escolhida para dirigir essa Secretaria.

⁹¹ No município de Afogados da Ingazeira, o Sindicato Rural é formalizado com o nome de Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Mesmo considerando a importância e o avanço que representa a Comissão de Mulheres para as trabalhadoras rurais, ela não significa necessariamente a incorporação de gênero pelo Sindicato Rural, embora ela aponte como um caminho promissor para que seja atingida a transversalidade de gênero no Sindicato rural.

5. A FAMÍLIA DAS MULHERES AGRICULTORAS: UM *LOCUS* DA (RE) PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES E (RE)CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

A família rural cujos integrantes participam conjuntamente do desenvolvimento da agricultura- daí, a denominação de agricultura familiar- é uma instituição social onde as relações assimétricas entre homens e mulheres são reproduzidas através das gerações porque elementos tradicionais patriarcais são mantidos. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho vigente na família desses agricultores, reflete a desigualdade de gênero quando a mulher é a responsável central pelo trabalho doméstico e a reprodução, e o homem, pelas atividades agrícolas, o trabalho produtivo.

Ao mesmo tempo em que a família é um campo onde as desigualdades são construídas, nela também se edifica a igualdade de gênero, através de elementos sociais de mudança, consubstanciadas ao longo do histórico trabalho crítico desenvolvido pelo movimento feminista.

A combinação do tradicional e do novo está presente na família rural das agricultoras familiares. Porém, a predominância de valores tradicionais que estabelecem, por exemplo, o trabalho na agricultura familiar como atribuição principalmente, dos homens, tem resultado na inexpressiva participação das mulheres nas políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, como ocorre no Pronaf.

No contexto de preservação da ordem social masculina, a família torna-se uma das principais responsáveis pela manutenção do domínio do homem (Bourdieu, 1999a). Ao apoiar essa dominação, a Igreja e a Escola constituem espaços de

permanência dessa ordem. Cada uma dessas instâncias, de formas diferentes, contribuem para a perpetuação da diferenciação social entre homens e mulheres.

No espaço da família, as desigualdades sociais de gênero são incorporadas através do que Bourdieu chamou de *habitus*. O processo pelo qual se afirma essa dominação, que se dá de maneira sutil, por ser simbólica, é, de fato, muito intenso, o que, por outro lado, não significa dizer que essas, chamadas de “disposições internalizadas”, e introjetadas/projetadas pelos sujeitos, não sofram modificações, mesmo que gradativamente. As mudanças, nesse sentido, ocorrem através de diferentes mecanismos, seja pela via dos meios de comunicação de massa, como a televisão, seja pela dos movimentos sociais, por exemplo.

A família, uma das instituições consideradas mais “sólidas” desde os princípios da era cristã (Prado, 1981), e uma das esferas de transmissão dos valores culturais (Alves, 1980), constitui a primeira instância que o ser humano enfrenta e que o torna social, coletivo. No processo de socialização, que induz o homem a adotar padrões de comportamento e valores sociais, a família estabelece funções sociais para o masculino e o feminino, não só diferentes, mas desiguais, numa espécie de controle social. No entanto, para Parsons, a socialização é vista como algo positivo, como um processo pelo qual o homem aprende a cumprir seus papéis sociais (Outhwaite, 1996).

A relação entre homem e sociedade, através da socialização, é discutida também por Berger e Luckmann (1985), que a concebem, como uma relação dialética que engloba basicamente três momentos: interiorização, objetivação e exteriorização.

O processo de socialização através da família é conduzido principalmente pelas mulheres, que utilizam valores do modelo de organização (patriarcal), que tradicionalmente atribui ao feminino a responsabilidade pelo espaço privado, o cuidado dos filhos, além da obrigação com as atividades domésticas (Saffioti, 1987).

De certa forma, elas colaboraram, e ainda hoje colaboram, com essa divisão sexual do trabalho e dos espaços que dividem e desigualam homens e mulheres. Esse modelo de organização dá aos homens todas as oportunidades: de iniciativa, de ação social, de contatos diversos (Freyre, 1996), enfim, o acesso e legitimidade ao espaço público. O modelo patriarcal, afora a divisão sexual do trabalho, tem como linha mestra a autoridade paterna e a do homem sobre a mulher. Do mesmo modo, defende, entre outros valores a monogamia, a indissolubilidade das uniões e a legitimidade da prole.

A família patriarcal, no entanto, passa por um processo de transformação, que Castells (2001:173) denomina de crise, via enfraquecimento desse modelo, e que, na década de 90 do século passado, apresenta-se mundializada. Seu enfraquecimento afeta a estrutura e a dinâmica da família e se reflete entre outros resultados na dissolução de casamentos, o que leva à presença de lares formados por pessoas solteiras ou com apenas um dos cônjuges; o adiamento na formação de casais; a diminuição da família nuclear clássica, com casal e filhos de um mesmo casamento; e a autonomia da mulher com relação ao processo reprodutivo. Além disso, o aumento do número de famílias homossexuais (Giddens, 1993) também representa mudanças nas composições familiares tradicionais.

Corroborando a visão de Castells (2001), Giddens (2001) afirma ser pouco plausível retomar o modelo de família tradicional devido ao percurso seguido pela própria realidade social. No pensamento do segundo teórico, a tentativa de retornar ao modelo de família patriarcal esbarra nos processos de profundas mudanças na vida cotidiana, algumas irreversíveis, em outras em que não se pode admitir retorno, como a igualdade entre os sexos. Ele aponta diversas razões para isso comparando as posturas da família no passado e no presente, a partir do tipo de casamento,

representação dos filhos, modelo de esposa, liberdade sexual dos maridos e laços de casamento. Diante desse quadro, que impede o retorno da igualdade entre homens e mulheres, “a família está se tornando democratizada”, e os princípios que a norteiam são a igualdade emocional e sexual, direitos de responsabilidade mútua, copaternidade, contratos vitalícios de paternidade, autoridade negociada sobre os filhos, obrigações dos filhos para com os pais e a emergência da família socialmente integrada (Giddens, 2001:103-105).

Transformações nos núcleos familiares tradicionais acontecem na maioria das sociedades, embora as tendências apontadas sejam mais pronunciadas nos países industrializados, como os Estados Unidos (Castells, 2001). Sendo de ordem mundial, elas também se confirmam na realidade brasileira (Goldani, 1993; Scott, 2001), inclusive no meio rural.

As mudanças ocasionadas na família tradicional refletem modificações na sociedade e afetam as relações de gênero, que são fundamentalmente relações de poder (Scott, 1989), onde homens e mulheres procuram exercer influência sobre a ação do outro (Scott, 1990). Nesse sentido, tendências apontam para a igualdade crescente entre os sexos, ingresso generalizado de mulheres na força de trabalho, mudanças no comportamento e nas expectativas sexuais, modificações na relação entre casa e trabalho. São realidades da família contemporânea ocidental (Giddens, 2001).

No quadro de mudanças, a autoridade patriarcal e o poder na família são reavaliados, dando lugar ao aparecimento de uma “nova mulher”, denominada por Lipovetsky (2000)⁹² de “terceira mulher”, procedente de uma socialização e de uma

⁹² A história da mulher é apresentada em três modelos. No primeiro modelo a mulher era depreciada, diabolizada e desprezada, mas exercia poder real e simbólico. “Quase todas as profissões foram acessíveis às mulheres entre os séculos X e XIV” (Sullerot, 1970). No entanto, elas não conseguem o mesmo desempenho nas funções de maior prestígio social da época, como: política, militar e sacerdotal. Esse modelo perdurou até o final do século XIX. O segundo modelo de mulher aparece ainda na Idade

individualização feminina modificada. Diferentemente dos dois primeiros modelos de mulher elencados pelo autor, a terceira mulher é aquela que é sujeita de si mesma, é uma espécie de autocriação feminina, onde a lógica da dependência do homem já não é o que mais profundamente rege sua posição nas democracias ocidentais (Lipovetsky, 2000:237). É um modelo que apresenta rupturas na história das mulheres, ao mesmo tempo em que dialoga com permanências que caracterizam desigualdades de gênero.

Desse contexto de modificações e continuidades fazem parte as mulheres agricultoras familiares do Município de Afogados da Ingazeira, em análise nesse estudo. Essas mulheres, mesmo de forma tímida, já participam da esfera pública, desenvolvendo atividades remuneradas, inclusive fora do setor agrícola. Integram também organizações, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais e associações rurais, na condição de associadas e exercendo cargos de direção. No entanto, continuam sendo as responsáveis pelo trabalho doméstico e mantendo-se presente na agricultura familiar, onde é considerado como ajudante, pois o homem se mantém titular deste modo social de produção. Tal situação acaba influenciando a desigual participação da mulher agricultora na política pública, como a do Pronaf, por exemplo.

Modificações vivenciadas pelas mulheres agricultoras pesquisadas refletem transformações na família patriarcal, conforme abordado em linhas anteriores, que estão espalhadas nas sociedades em geral (Giddens, 1993, 1998; Castells, 2001) e afetam as atribuições tradicionais do núcleo familiar, bem como as redefinições dos papéis de seus membros (Goldani, 1991).

Média onde ela é enaltecida, idolatrada, chamada do “belo sexo”, “rainha do lar”, uma autocriação do homem. Em ambos os modelos, as mulheres estavam subordinados aos homens, enquanto, no terceiro, ela tem mais liberdade de se governar.

5.1 Perfil da Família das Agricultoras

Na família das agricultoras pesquisadas, ainda sobressaem valores tradicionais. Neste sentido, o Pronaf, ao ser elaborado, seguiu a lógica desse modelo familiar. Porém, a família dessas mulheres, como em geral acontece com a família rural brasileira, está passando por modificações, e elementos novos são introduzidos e passam a conviver com os tradicionais. Essa realidade foi observada a partir das mulheres agricultoras que, seguindo a tradição, reconhecem o homem como responsável pelo trabalho da roça, e a mulher, pelo trabalho doméstico. Mas dão sinais de mudanças quando participam do espaço público como já vistos aqui. A redução no número de filhos, assim como a participação, junto com o homem, na chefia familiar domiciliar despontam também como algumas das modificações nas famílias dessas mulheres. Enfim, variáveis de continuidades e permanências estão presentes no perfil e na família das mulheres agricultoras participantes deste estudo. Veremos agora o perfil dessas famílias.

As mulheres agricultoras pesquisadas vivem com seus familiares em comunidades rurais espalhadas pelo Município. São locais são tranquilos, onde a violência comum das cidades não existe⁹³. Nas comunidades, as casas são construídas, geralmente, perto umas das outras, sendo que o vizinho mais próximo é sempre um parente. As casas são de tijolo, cobertas com teto de barro, e o piso é de cimento. Elas

⁹³ Na sede do Município, pessoas comentavam sobre o aumento da violência (assassinato, tráfico e uso de droga) na cidade, comparando a outros anos. Neste sentido, mulheres agricultoras entrevistadas, principalmente aquelas com filhos adolescentes estudando na cidade, externavam sempre a preocupação de que eles fossem vítimas dessa violência.

estão divididas, na maioria, em 5 (cinco) cômodos, e grande parte possui banheiro interno⁹⁴.

As famílias das mulheres agricultoras são aparentadas entre si, com maior ou menor grau de parentesco. Assim, é comum residirem nas localidades os filhos, irmãos, pais, sogros, primos e tios da mesma família. Cada parente forma a sua, do tipo nuclear e reside com os seus membros em casas individuais. Afora essas, outras famílias sem laços consangüíneos com as famílias locais, também vivem nas comunidades.

Além do parentesco, a relação de compadrio também marca fortemente as famílias dessas mulheres. No segundo caso, as famílias escolhem parentes ou conhecidos para batizar os filhos (Cândido, 1964). É fato comum os diversos núcleos familiares, possuírem vários afilhados.

As relações sociais nas comunidades de agricultores familiares formam uma rede de apoio, do mesmo modo que as famílias pobres de áreas urbanas (Sarti 2003; Mendes, 2000; Mello, 1995). Essa rede social reflete a prática da solidariedade exercida entre as pessoas. Nas comunidades onde residem as mulheres agricultoras a solidariedade se manifesta sob diferentes formas. O mutirão é uma delas. Como observou Cândido (1964), analisando a realidade de uma comunidade rural paulista, o mutirão representa a mais importante e tradicional forma de ajuda mútua.

Essa modalidade de trabalho se processa quando agricultores se reúnem para realizar conjuntamente uma tarefa por solicitação de agricultor que pediu ajuda. A participação é gratuita, e geralmente o solicitante fornece as refeições dos participantes

⁹⁴ Alguns banheiros são do tipo completo (possuem bacia sanitária, descarga d'água, pia, e têm piso em cerâmica). Possuir banheiro dentro de casa, e "completo", constitui representa um dos sonhos das mulheres agricultoras, que foi realizado pelo Pronaf, através da ação de infra-estrutura, como abordado no capítulo reservado ao Programa.

do mutirão. O compromisso de saldar a dívida é moral, e não verbalizado. Os ajudantes sabem que contarão com o apoio efetivo trabalho do solicitante para realizar atividades semelhantes. Essa forma social de agir dos agricultores fortalece laços afetivos na comunidade.

Nas comunidades agrícolas em estudo, o mutirão acontece na roça quando agricultores sem condições financeiras de contratar pessoas e dispendo de insuficiente força de trabalho familiar para realizar as atividades agrícolas, recorrem à ajuda de membros da comunidade. Pelos mesmos motivos, também fazem mutirão para construir cisterna, e o “pagamento” pelos serviços prestados se dá tal como na roça. Da realização direta desses trabalhos participam principalmente os homens, mas as mulheres têm importante presença nesse mutirão, pois são elas as responsáveis pelo preparo do alimento servido aos participantes. Essa contribuição das mulheres, sem dúvida, representa trabalho agregado.

A solidariedade nas comunidades agrícolas familiares vai além dos tipos acima referidos. Ela se apresenta sob a forma de doações, empréstimos de bens e na realização de outros serviços. O sistema de troca de bens ocorre também em relação à economia doméstica, sendo, portanto de caráter “naturalmente” feminino. Agricultoras expressam como a economia solidária constitui prática nas comunidades rurais:

Na comunidade, há troca de animais, como, por exemplo, galinha, guiné, e de ovos. Se uma mulher vai matar um galo, a vizinha pede para ficar com ele e dá em troca uma galinha, pois ela precisa do galo para ampliar sua criação. Há troca quando o ambulante de panela, roupa, tapete vem na porta e fica adulando as mulheres para comprarem essas coisas. Elas não têm o dinheiro para comprar. Então trocam as mercadorias. Existe muita troca pelas mulheres ou, também, elas emprestam um alimento à vizinha até a próxima feira. Os homens trocam feijão por milho porque são eles que manuseiam com isso (Entrevistada 2).

A troca de mercadorias existe. É a troca de legumes por cereais. Meu marido trocou meia saca de milho por feijão. Também fazem as trocas de animais Mas sempre as mulheres realizam as trocas (Entrevistada 3).

As diferentes formas de ajuda ocorrem permanentemente, pois a precariedade econômica dos agricultores impinge a ajuda mútua. No entanto, a respeito da solidariedade, Mello (1995:54) tem dúvidas se o sentimento que predomina entre as pessoas que se encontram nessa situação é de solidariedade ou está mais próximo do “conhecimento da verdadeira dimensão da carência”. Porém, entende-se que, embora a troca de ajuda entre as pessoas exista pela situação de pobreza que as atinge, suas formas são diferenciadas, pois podem simplesmente representar a vontade de ajudar das pessoas.

O processo de ajuda, além de diversificado, é generalizado, envolvendo não somente aqueles (as) com laços de parentesco, mas todos (as) os que residem na comunidade. A ajuda acontece de forma individual ou articulada pela associação rural, representação principal da liderança local. Esse sentimento de cooperação existente nas comunidades pode ser percebido na fala destas agricultoras:

Aqui, são muitas famílias. Todos se ajudam numa precisão, numa doença. Se uma pessoa está doente, a gente ajeita e leva para Afogados (sede) ou para o município de Arcoverde. É como se fosse uma só família. São todos amigos. Se um precisa, o outro ajuda. Agora estamos na parceria das cisternas. É uma forma de ter o serviço concluído mais rápido (Entrevistada 5).

Há mutirão na construção das casas. Há também mutirão para limpar a roça. Sempre aqui o sistema é de ajuda. Se um precisa de remédio, troca remédio, dá remédio (Entrevistada 2).

Na nossa comunidade, há sempre união; não há uma briga. Quando um precisa de ajuda o outro ajuda. Se um faz uma construção na casa, faz uma morada, o outro vai ajudar. Se um está doente, o outro vai arranjar um carro para levar no hospital, um dinheiro para comprar um remédio, e depois vê como vai pagar. Aqui, o que não ajuda é porque não pode. Ajuda não é só com dinheiro, mas é com uma palavra. Também na agricultura, a gente trabalha no regime de ajuda (Entrevistada 9).

Aqui sempre é assim: todo mundo procura ajudar ao outro. Hoje, se a gente não se juntar, fica muito difícil de viver. Eu só não ajudo se não me comunicar. É uma ajuda assim, sem interesse, tanto dos homens como das mulheres (Entrevistada 7).

Tem muita gente necessitada nessa comunidade, mas sempre quando alguém precisa, a gente faz um movimento para ajudar. Faz uma campanha de doação de 1kg de alimento. A gente divide o que tem com quem não tem. Nesse Natal, a campanha que a gente fez deu para dividir com 4 famílias... Quando um precisa de coisas, como gênero (alimento), a gente dá. Agora, as outras coisas, como óleo, carvão, a gente empresta, a gente não tem condição de dar. Se eu estou doente, a vizinha pode fazer meu almoço ou ela traz o almoço da casa dela. A ajuda também é um dinheiro que a gente precisa. Se a gente tira legume, e o outro não tiver, a gente tira um punhado e dá. A gente sempre ajuda. Só não ajuda se não souber (Entrevistada 13).

Se precisa, todos estão prontos a ajudar. Todos se ajudam. Graças a Deus, são poucas casas, mas a gente é uma vizinhança que não cria briga. É uma vizinhança onde todos foram criados juntos; aí, fica como uma família. O que a gente tem dá para o vizinho; se tem uma roupa, e o outro não tem, a gente divide. Sempre, em todo canto, tem um mais pequeno (pobre). Ajuda não é só com dinheiro, mas é com uma palavra. A gente sabe que tem muito homem que bebe: é o marido, é um filho; aí, a gente ajuda com uma palavra de conforto (Entrevista 16).

Às alternativas de ajuda, encontradas pelas comunidades agrícolas familiares para suprir suas necessidades, comparecem homens e mulheres, sendo estas mais participativas do que aqueles no processo de ajuda.

As mulheres são mais de ajudar do que os homens. As mulheres têm mais dó de quem sofre. Elas se compadecem mais das coisas. Se a vizinha está doente, ela se compromete a lavar a roupa, fazer a comida. Se a família está passando por problema, ela conversa. O homem não faz isso; ele não sabe fazer, não sabe dar um conselho. A ajuda que ele dá é numa roça ou num outro serviço (Entrevista 1).

As mulheres se ajudam muito. A mulher é mais consciente para ajudar. Se uma vê que aquela não dá conta do serviço, do seu trabalho, aí, ajuda. Se vai uma comissão de mulheres lavar roupa no rio, uma, quando termina o seu, vai ajudar a outra. Se uma tá doente, as outras vão tomar conta da casa dela e dos filhos. Umas mulheres ensinam remédio caseiro para as outras; faz um chá (Entrevista 5).

Com certeza, as mulheres são mais solidárias do que os homens. Os homens custam mais a ajudar. Quando uma pessoa está doente, faz visita, conversa, faz um serviço, pega um pano para lavar. Já lavei muita roupa de mulheres com resguardo. As mulheres se ajudam muito. Ontem fui na casa da vizinha pegar roupa para lavar; ela está de resguardo. Às vezes, vem aquela romaria de mulher e faz o serviço na casa da mulher que está de resguardo. Uma vem lavar a roupa, outra faz a comida, outra fica tomando conta das crianças pequenas (Entrevistada 12).

Basta uma mulher saber que a outra está precisando, e ela corre para acudir... Passei três meses fora de casa, em Brasília, para casa de um irmão, e minha cunhada vinha varrer minha casa; a filha dela também ajudava (Entrevistada 18).

A disposição das mulheres, mais do que os homens, em prestar ajuda ao próximo ou à família, constitui uma questão de gênero, pois, pelo processo de socialização, homens e mulheres internalizam, através da construção social dos corpos, seus espaços na sociedade (Bourdieu, 1999a), sendo que à mulher foram reservados desde cedo, os trabalhos domésticos, que incluem os cuidados com a casa e a família. As mulheres, no ambiente familiar, estão freqüentemente exercitando a solidariedade com os membros da família. a solidariedade. Elas foram - e são - socializadas doando e protegendo os outros, principalmente quando esse outro é a família. O processo reprodutivo é, talvez, o ponto inicial dessa cadeia de doação e proteção aos demais. A mulher, tradicionalmente ocupa na família a função de guardiã da afetividade devendo cuidar da prole e ser a provedora do alimento e do espírito (Manzine-Covre, 1997). Há que se ressaltar que as formas e modalidades de solidariedade feminina ficam restritas ao que é comum e atribuído às atividades do espaço feminino, como atesta algumas mulheres: “é só com as obrigações” ou “ajuda é em termos da luta” a que se resumem aos serviços relacionados à esfera doméstica.

Os ditames da organização familiar patriarcal estão ainda arraigados nos indivíduos, mas isto não significa dizer que a sociedade, em geral, esteja fechada nesse modelo mais tradicional. Ao contrário, pela própria dinâmica social, certos valores e comportamentos são repensados; outros, abandonados; e alguns assimilados, como mostram vários estudos (Couto, 1996; Mendes, 2000). Na verdade, o que se tem na formação da família é uma combinação de valores e comportamentos (elementos tradicionais e elementos modernos). Desse modo, a família agrícola também se organiza a partir da combinação da ordem patriarcal e de ordem familiar moderna.

Considerando a sociedade rural e as mudanças ocorridas, pode-se dizer que os grupos domésticos rurais das famílias das agricultoras de Afogados da Ingazeira não se

apresentam numerosos como antes⁹⁵, pois o número médio de **pessoas por domicílio** é de 4 (quatro) indivíduos.

Giddens (2001), analisando o significado da prole no contexto europeu, afirma que, atualmente, os filhos têm importância econômica diferente para as famílias, pois não mais representam um benefício, como antigamente, mas um considerável custo. Na área rural da região Nordeste do Brasil, e, portanto, num contexto econômico-social diferente do europeu analisado por Giddens, a mudança na prole é uma realidade com a redução no número de filhos, que, tradicionalmente, eram numerosos. Em relação às mulheres agricultoras entrevistadas, o número médio de filhos⁹⁶ é de 3,6. Considerando a variação, nessa média, apresentada por aquelas mulheres, na maior parte dos casos a estatística é de 3 (três) filhos, sendo que pouco mais de 50% pertencem ao sexo feminino. Nas famílias das agricultoras, o **número de filhos** varia entre 1 (um) e 8 (oito), embora, como a própria tendência de queda mostra, a incidência para 1 (um) filho é maior do que para 8 (oito). Essa diminuição na área rural, ocorre, como na sociedade brasileira em geral, entre outros motivos, devido ao movimento feminista, ao ingresso da mulher no mercado e ao uso de contraceptivos pelas mulheres.

A idade dos filhos das mulheres pesquisadas é significativamente diferenciada, variando de 1 a 44 anos. O limite extremo de 44 anos para filhos se explica pela presença de mulheres agricultoras com mais de 60 anos (20%).

⁹⁵ Esta, antes, não só era numerosa, mas valorizada, pois um grande número de filhos era motivo de orgulho e satisfação, além de ser uma indispensável mão-de-obra infanto-juvenil para a sobrevivência de muitas famílias. Ter muitos filhos também simbolizava vigor físico e vitalidade sexual. Para algumas famílias, proles numerosas significavam garantia de preservação do nome e do patrimônio (Barroso, 1991).

⁹⁶ Filhos residentes ou não no domicílio.

O nível de **escolaridade dos filhos** das mulheres agricultoras apresenta diferença de acordo com o sexo. Assim, as meninas têm maior escolaridade do que os meninos. Enquanto elas estão cursando a universidade ou concluíram o 2º grau, o mesmo não se confirma para os filhos dessas famílias, cujo nível máximo de escolaridade é o nível médio incompleto. Para a realidade brasileira e rural o índice de mulheres alfabetizadas é maior do que o dos homens IBGE (2000).

O estudo dos filhos tem grande importância para as famílias pobres em geral, e as mulheres em estudo demonstram “respeito pela educação”, assim como vêem nela a possibilidade concreta e honesta de ascensão social (Sarti, 2003).

A ida dos filhos à escola é incentivada e acompanhada, sobretudo, pelas mães. Elas lutam para que os filhos alcancem maior nível de escolaridade por acreditarem ser esta a única forma de ascensão para os pobres. A formatura dos filhos é parte do projeto de vida das mulheres agricultoras.

O futuro dos meus filhos... Ah! Meu Deus! É tanta coisa que eu queria para eles! Queria que eles tivessem uma formatura de engenheiro agrônomo, um estudo ligado aos animais, à roça. Tivessem um emprego para não depender dos outros. Eu estou sempre incentivado eles a estudar (Entrevistada5).

Meu sonho era que eles (os filhos) estudassem. Fiz todo esforço, mas eles não quiseram. Hoje, eles moram em São Paulo e trabalham em firma. Queria que eles continuassem trabalhando na roça (Entrevistada 11).

Eu sempre pedi a elas (as filhas) que estudassem que tivessem duas ou três formaturas, arranjassem emprego, e depois é que pensassem em casar. Quando elas eram pequenas, eu trabalhava de aluguel, lavava roupa de ganho e até vendia ovos de galinha para que elas estudassem. Eu tinha muita vontade que elas estudassem porque depois que elas se formassem, era mais fácil arranjar um emprego. Eu não queria que elas vivessem a vida que eu vivo. Hoje, a filha mais velha tem duas formaturas (nível médio) e está terminando a terceira; as outras duas (filhas) vão do mesmo jeito: uma já está terminando um curso, e a filha mais nova, a de 15 anos, está fazendo o primeiro ano de contabilidade. A filha que tem duas formaturas é professora do PETI. Sempre incentivei elas estudar, e não trabalhar na roça (Entrevistada13)

Meu prazer é que ela (a filha) estude. Quero que ela estude para ter uma formatura, para que tenha uma vida bem melhor do que a minha (Entrevistada 14).

Minha vontade é que eles (filhos) estudem, mas o meu rapaz não quis. Eu estou batalhando com elas (filhas). Meu filho desistiu de estudar para ficar na roça (Entrevistada 17).

Eu digo para minha filha mais nova que ela precisa se formar para não depender de ninguém (irmão, marido) (Entrevistada 7).

Resultados mais favoráveis no desempenho escolar alcançado pelas meninas, em comparação aos meninos, podem ser explicados, em parte, pelas atribuições destinadas aos filhos sob a égide da divisão sexual do trabalho. Assim, no meio rural agrícola, compete aos meninos cuidar da roça, ao lado do pai, enquanto as meninas se encarregam de realizar atividades da casa, juntamente com a mãe, embora elas também participem, junto com a família, dos afazeres da roça. As meninas, ao desempenhar as tarefas domésticas, conseguem, mais do que os meninos, se dedicar aos estudos porque na execução dos afazeres caseiros, há maior flexibilidade do horário de trabalho, o que permite conciliá-los com os estudos, o que é mais difícil fazer no caso da roça, onde o fator temporal está associado à natureza. O tempo dos trabalhadores na roça não pode ser poupado nem negociado, porque, além da “vontade” fator natureza a que está sujeita a agricultura praticada pelas famílias das mulheres aqui estudadas, a roça é fonte principal de geração de renda da família rural e exige dos seus responsáveis maior participação, dedicação, o que, conseqüentemente, demanda mais tempo. A casa, nesse contexto, assume papel secundário e funciona para a família rural como suporte da atividade da roça.

Ao mesmo tempo em que a terra exige do menino maior dedicação, o que pode comprometer seus estudos, ela oferece, em contrapartida, retorno financeiro, diferentemente do trabalho desempenhado na casa, pelas meninas. O ganho dos meninos na roça acontece quando o filho se torna “rapazinho”, em torno dos 15 anos, e recebe do pai, o responsável pela agricultura familiar, concessão de “tocar” a roça

individual, o roçadinho de usufruto individual, (Heredia, 1979). A partir deste momento, o filho concilia o tempo na agricultura entre sua roça (auxiliado nos serviços pelo pai e pela mãe) e a da família.

O desenvolvimento da roça própria do filho, para o pai, tem o significado de “preparar o futuro do filho” o que se traduz em investimento na agricultura, uma vez que o dinheiro adquirido na terra é aplicado na compra de animais, que oferecem maior garantia de retorno do que plantação. Assim, a idéia central é a de que os recursos financeiros sejam aplicados na economia rural local. No entanto, o sonho do pai em ver o filho dar continuidade à sua profissão pode ser frustrado quando aquele “desvia” o dinheiro e o aplica na compra de uma “moto”, por exemplo, alimentando o sonho de consumo do jovem; ou quando esse filho deseja deixar a localidade em que vive para ir em busca de emprego nas cidades maiores.

A autorização para roça individual raramente é concedida à filha. Porém, a possibilidade existe quando, por exemplo, ela está se preparando para casar, pois, nesse caso, a plantação tem como objetivo financiar o enxoval do casamento.

A menina, diferentemente do menino, sem estímulo da família para se dedicar ao trabalho agrícola, tem investido seu tempo nos estudos para ir trabalhar “fora”- da casa e do meio rural -, podendo ser na cidade, no próprio município em que reside. Trabalhar fora significa mudança no sonho da mulher rural que, geralmente, tinha no casamento seu projeto de vida.

O casamento, formal ou informal, - sendo o primeiro é o mais adotado -, é o **estado civil** que predomina entre as mulheres agricultoras analisadas, das quais apenas 5% são divorciadas. No entanto, o casamento está acontecendo mais tardiamente, ao contrário do costume de décadas passadas, em que a idade mais comum de as mulheres das áreas rurais contraírem matrimônio era entre 15 e 16 anos, e os homens, de 18 a 22

(Cândido, 1964). Atualmente, a idade de casar dessas mulheres se situa na fase adulta. Assim, é após os 20 anos de idade que a mulher se casa⁹⁷. Por sua vez o tempo de iniciar a prole também é mais tardio, pois a faixa etária média para ter o primeiro filho é de 24 anos. Os homens continuam se casando mais tarde do que as mulheres, e a idade para isso de casar é, com mais frequência, após os 22 anos.

Na organização interna das famílias, considerando seus componentes no grupo doméstico⁹⁸, predomina o casal com filhos ou famílias nucleares, e só 25% representam aquelas famílias formadas por agregadas: parentes, afilhados (as) de pais pobres e meninos (as) de rua. Comparando a realidade doméstica das agricultoras à das famílias urbanas igualmente pobres, como as estudadas por Mendes (2000) na cidade do Recife, constata-se que as famílias compostas por casal e filhos têm ascendência sobre os demais tipos.

Embora as famílias nucleares sejam a grande maioria entre as daquelas famílias agricultoras, as de índole monoparental, compostas por mãe e filho(s), também se formam no meio rural⁹⁹, onde representam 5%. Estas famílias surgem de casamentos desfeitos pelo divórcio.

Para a realidade brasileira, os arranjos do tipo monoparental crescem nas cinco Regiões, no meio urbano e no rural¹⁰⁰ (Berquó, 2002), apresentando taxas de aumento de 5% ao ano nas décadas de 70 e 80 do século passado, ao contrário das famílias construídas por casal com filhos que, nos anos 80, tiveram o crescimento de 2,8%, taxa

⁹⁷ Apenas uma mulher do grupo estudado, atualmente com 28 anos, casou-se aos 18 anos e teve, aos 21, o primeiro parto dando à luz a uma menina que, é filha única. Essa é a opção do casal.

⁹⁸ O grupo doméstico é formado por pessoas que residem sob o mesmo teto com laços de filiação e de aliança. O grupo também acolhe pessoas sem vínculos de parentesco (Segalen, 1999).

⁹⁹ Na região semi-árida do Nordeste, em época de seca, famílias rurais tornam-se monoparentais femininas. São as “viúvas da seca”, com a saída dos maridos, que deixam a localidade em busca de sobrevivência (Portella et al., 1994). Não foi identificada, no grupo estudado, a presença de família monoparental masculina e por viuvez.

¹⁰⁰ Em que pese ser mais freqüente nas cidades do que nas áreas rurais, é nestas onde o aumento foi mais acentuado: da ordem de 38%, entre 1991 e 1998 (Berquó, 2002; 246).

mais baixa da história da família nuclear (Butto, 1998). Essa tendência de crescimento das famílias monoparentais femininas tem acontecido em maior parte entre as famílias com níveis de renda baixos ou sem rendimentos (Berquó, 2002)¹⁰¹ e nas áreas rurais mais desprovidas do país (Teixeira, 1994).

Famílias monoparentais refletem mudanças na ordem patriarcal e na autoridade doméstica, que se traduzem na presença feminina na chefia familiar¹⁰². No mundo rural, essa chefia familiar é, por tradição, de responsabilidade do homem, pois “o pequeno produtor, como pai de família, é o chefe tanto no roçado como na casa” (Heredia, 1979). A figura masculina representa a maior autoridade na família rural. Tal concepção, é repassada pelas gerações, está associada à figura do homem como provedor da família.

O chefe da família é a pessoa que toma as decisões e tem que manter a família; é quem dá as ordens; é que tem a renda. Aqui é meu marido. Eu sempre deixei fazer as coisas, sempre prefiro que ele faça. É um costume que eu já trouxe de casa. Nunca fui acostumada a mandar (Entrevistada 2).

É o dono da casa. É quem cuida da família, toma conta de tudo. É o dono de tudo é o dono dos filhos. É quem manda em tudo. O chefe é meu marido porque eu sou casada com ele. Acho certo que seja o homem. Sendo casada, o chefe deve ser o homem. Se a mulher for sozinha, aí tem que ser ela (Entrevistada 8).

Porém, a realidade da chefia domiciliar, para as famílias pesquisadas, está passando por um processo de mudança. Se, no passado, esse encargo social era

¹⁰¹ Em 1998, 45,2% das mulheres sem marido e com filhos viviam sem rendimentos ou com menos de 1 salário mínimo. Esse quadro é agravado no Nordeste, onde, 60,2% das chefias femininas encontravam-se mais vulneráveis.

¹⁰² Foram várias as definições que a chefia doméstica sofreu nos últimos censos demográficos e pelas PNADs. Até o censo de 1970 a chefia familiar era sempre atribuída ao homem mesmo que ele não fosse o provedor da família. No censo de 1980, o chefe seria o homem ou a mulher, o morador ou moradora do domicílio por ele responsável. O informante tinha a tarefa de designar a pessoa que ela acreditava deter a chefia. No censo de 1991, o chefe é o homem ou a mulher responsável pela família. Nas PNADs de 1995 e 1998, usa-se “a pessoa de referência” da família em vez de chefe. Essa pessoa é responsável pela unidade domiciliar ou pela família ou aquela considerada pelos demais membros (Bruschini, 1992, 1998; Berquó, 2002). A substituição da expressão de “chefia de família” por “pessoa de referência” ou “responsável” foi proposta das feministas.

tradicionalmente do homem hoje, a mulher também participa, entendendo a chefia da família como responsabilidade mais ampla por incluir elementos, como o cuidado dos filhos e demais atividades que integram o trabalho doméstico. A partir desta compreensão, a maioria das agricultoras analisadas (53%) considera que a **chefia familiar** é compartilhada com o marido, pois os dois são igualmente responsáveis pela tarefa. As demais mulheres opinam que a chefia da família é masculina. Tal titulação foi atribuída ao homem, inclusive pelas mulheres cujos maridos estão ausentes do domicílio, seja por divórcio, seja por migração do cônjuge. Na condição de divorciada, a mulher elege o pai como o chefe da família. Este, residindo na casa dela, contribui nas despesas através da aposentadoria de trabalhador rural, enquanto ela participa com os rendimentos da atividade agrícola. A mulher do migrante temporário reconhece o marido como chefe da família mesmo na sua ausência quando ela assume toda responsabilidade da família. Desse modo, não se confirmou entre as mulheres agricultoras entrevistadas o que Castells (2001) chama de lares madrecêntricos. Também não foi identificada família chefiada unicamente por mulher com o cônjuge residindo no domicílio. Vejam-se os depoimentos das agricultoras sobre o modelo de chefia familiar conjugada.

Aqui é tudo combinado com ele (o marido) e com minhas filhas. A voz é de todas. Eu digo que os dois são chefe. O certo é os dois serem o chefe da família. Se a mulher não tiver o marido, responde pelos dois (Entrevistada 13).

Chefe de família são os dois, mas eu sou mais do que ele. A ordem sempre foi eu quem dava porque meu marido viajava. Acho que tem que ser combinado. O chefe pode ser o homem, a mulher ou os dois; depende do marido e da mulher. O chefe tem que ser os dois, porque os direitos são iguais. Na época dos meus pais, era a mãe quem sempre assumia a família, mas o homem sempre queria ter a autoridade (Entrevistada 10).

Aqui o chefe é os dois. Tem que ser os dois, desde que tenha uma combinação. A mulher é mais controlada (tem mais equilíbrio); tem mais lucro ela ser a chefe da família (Entrevistada 1).

Esse arranjo familiar não é peculiar das famílias pesquisadas, mas foi também identificado por Scott (1998), em estudo realizado na Zona da Mata pernambucana, e por Fischer (2000) nos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro - BA. Nessa perspectiva de chefia compartilhada, a família deve ser comandada pelo casal, porém a mulher, mais do que o homem, termina se responsabilizando mais pelo núcleo, dado que o próprio processo de socialização, através da divisão sexual do trabalho, a remete ao espaço doméstico. Embora a chefia familiar combinada represente a maioria entre as mulheres agricultoras em análise, nem sempre a modalidade se apresenta tão consolidada nas mentes das mulheres em relação à tradicional autoridade masculina no lar.

Aqui, o chefe é meu marido. Mas eu também sou porque se eu assumo um lado, e ele, o outro, eu também sou chefe. Tem família que o chefe é a mulher porque o homem não assume nada. Aqui mesmo tem muitas mulheres assim (Entrevistada 3).

O chefe é o marido. Na realidade, acho que sou eu e ele. Mas é mais ele porque se ele diz não faz, aí, eu não faço. Eu digo assim, mas eu acho que é o dois. Ele é o chefe, mas tudo quem faz sou eu. Tá certo que ele faz a feira, mas tudo é resolvido por mim (Entrevistada 9).

Os dois são quem manda aqui em casa, mas, principalmente meu marido porque ele é homem (Entrevistada 11).

Ser chefe de família é um quebra cabeça porque a gente se preocupa com os filhos, com a casa; é muita coisa. Aqui, o chefe é meu marido. A gente tem que dizer que é ele porque ele é o dono da casa. Quem deve ser é o homem. Porque a gente é casada, e só faz alguma coisa combinada com ele. Mas a mulher também é chefe porque ela orienta os filhos. Ela também pode ser chefe. Todos dois têm o direito de ser chefe. Eu também sou a chefe aqui em casa (Entrevistada 4).

O chefe é o Bui, meu marido. Mas o que eu fizer, está bem: ele não desmancha. Então, nesse caso, o chefe é os dois. Eu concordo que sejam os dois, que seja tudo combinado porque se eu quero vender uma vaca, ele fica calado (Entrevistada 18).

O que pode parecer insegurança dessas agricultoras que compartilham com o homem da chefia familiar, reflete, na verdade, o processo de internalização social acerca da autoridade familiar masculina, resquícios de elementos do modelo de família patriarcal. Apesar disso, a recente forma combinada de administração da família, no meio rural, por si, significa um avanço no sentido desse modelo tradicional de família, ao mesmo tempo em que também aponta tendências para a conquista das relações igualitárias de gênero.

A mulher da agricultura familiar da localidade pesquisada, na maioria (80%), tem como **naturalidade** o próprio município em que reside, enquanto as demais procedem de áreas rurais de municípios vizinhos e vieram para o atual local para acompanhando a família. A **idade da mulher agricultora** é, em média, de 48 anos. As faixas etárias situam-se estão num intervalo que varia de 28 a 69 anos. O cônjuge, embora mais velho do que a esposa, apresenta idade média de 50 anos e, portanto, próxima à dela. As mulheres agricultoras familiares mais velhas, principalmente aquelas não engajadas nos movimentos sociais, nos grupos de mulheres, estão mais “presas” a valores tradicionais, a exemplo dos afazeres da casa e cuidados da família, as únicas atividades que executam. Essas mulheres, muitas vezes, se esquecem de cuidar de si, da saúde e da aparência física. Veja-se a fala de uma delas expressando o descaso da mulher consigo mesma:

Há mulheres que são submissas, que não ligam para nada. Tem muitas mulheres que não se cuidam, e nem da saúde. Tem delas que têm 50 anos, e nunca fez um exame de prevenção porque tem vergonha do médico. Teve uma aqui na comunidade que teve um aborto e não queria ir para o médico; quando foi, já estava com mau cheiro. Tem mulher que só faz se encher de filho (Entrevistada 1).

Ao lado dessas mulheres, muitas outras estão preocupadas com a aparência, cuidando dos cabelos, das unhas e do vestuário numa sintonia afinada com o mundo

urbano. A preocupação delas vai além da estética, levando-as à preocupação com a saúde. Elas procuram se informar e participar de discussões sobre a saúde da mulher, e até realizam caminhadas matutinas diárias, nas comunidades ou nas estradas próximas, e aderem ao uso de adoçantes.

Nas famílias rurais estudadas, o **nível de instrução das mulheres agricultoras** é superior ao dos maridos. A maioria delas (80%) tem o curso fundamental incompleto, sendo a primeira etapa deste nível, ou até a 4ª série, a mais freqüentada pelas mulheres. Das séries que compõem o ensino fundamental a mais cursada pelas mulheres entrevistadas é a 4ª. Concluíram o curso médio 10% das mulheres, e apenas 5% são analfabetas¹⁰³. Por outro lado, nenhum dos respectivos maridos cursou o nível médio; 16% são analfabetos; e a maioria estudou até a 2ª série do curso fundamental. As agricultoras valorizam a educação formal e sonham em retornar à escola, como expressou uma líder de comunidade:

O que as mulheres mais reivindicam nas reuniões é uma escola para elas. Muitas mulheres deixaram de estudar, e agora, que os filhos estão grandes, elas querem voltar a estudar porque elas sabem que é muito importante. Com o estudo, ela vai tendo entendimento das coisas (Entrevistada 1) .

A ida da mulher à escola foi abordada por agricultoras entrevistadas como um dos elementos “facilitadores na vida das mulheres”. A escola, ainda que espaço reforçador das desigualdades entre homens e mulheres, influencia nas mudanças obtidas por estas nas relações de gênero na família.

As famílias das agricultoras em estudo têm como principais fontes de renda a produção agrícola, a venda de animais e seus derivados, e a aposentadoria rural. No

103

O nível de escolaridade foi informado pela entrevistada a partir da pergunta realizada pela pesquisadora: “você estudou até que série”?

entanto, com o direito adquirido pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais à aposentadoria de 1 (um) salário mínimo¹⁰⁴, este provento ganhou destaque no orçamento dessas famílias. Outro elemento recente que compõe a renda familiar das mulheres em estudo, e por elas considerado de grande importância, refere-se aos Programas de Renda Mínima do Governo Federal, de que o município de Afogados da Ingazeira participa, conforme tratado em outra parte deste estudo.

A renda familiar proveniente da agricultura refere-se à venda de milho e feijão, principais culturas adotadas pelas famílias das agricultoras. Geralmente aqueles núcleos familiares só comercializam o excedente da produção, pois procuram garantir o consumo doméstico. Algodão, capim, mandioca, tomate e pimentão também são cultivados, mas em menor proporção. Embora a mulher participe das atividades agrícolas, cabe ao marido a responsabilidade de vender a produção, que é comercializada na feira do Município ou na porta de casa ao intermediário, o conhecido atravessador. A mulher somente participa do processo de venda da produção quando o marido não trabalha na agricultura ou por sua ausência do domicílio (em caso de separação ou migração).

Quanto aos animais que constituem fonte de renda da família das mulheres pesquisadas, os principais são os caprinos, ovinos e bovinos, sendo estes últimos em menor proporção. Do cuidado dos animais, como da produção agrícola, o homem é o principal responsável, mas a mulher também participa. A criação dos animais é, portanto, uma atividade segmentada em duas esferas: masculina e feminina, tal como a roça (Garcia Jr., 1989), e tem como objetivo maior a comercialização, ao contrário das culturas do milho e feijão, que se destinam principalmente para ao consumo da família.

¹⁰⁴ O trabalhador rural se aposenta aos 60 anos, e a mulher agricultora aos 55 anos. Até 1991, a mulher somente se aposentava se fosse solteira. A partir daquele ano, ela se aposenta independentemente do estado civil.

A “criação” também é comercializada pelo marido. Pela mulher, somente na ausência deste.

O componente da renda familiar referente à aposentadoria é percebido mais pelas agricultoras em análise do que pelos maridos, em decorrência do limite de idade, menor para as elas se aposentarem. Do total das mulheres pesquisadas, 30% estavam aposentadas das atividades agrícolas, enquanto para 15% delas, os maridos também recebiam o benefício. Para as mulheres, a renda da aposentadoria representa autonomia, pois podem comprar o que querem sem precisar pedir ao marido. O dinheiro da aposentadoria das famílias das agricultoras sempre é compartilhado com parentes próximos, como, por exemplo, filhos e netos.

Na formação da renda familiar, de modo geral, contribuem o marido, a esposa e, em menor proporção, outros integrantes da família, inclusive os filhos. Porém, independentemente de quem forem os cooperantes, o homem é considerado o responsável pela geração de renda porque o setor agrícola, que é masculinizado, continua sendo a principal fonte de renda das famílias das mulheres pesquisadas. As fontes de renda do homem agricultor, principal responsável pela renda familiar, estão relacionadas a: venda da produção agrícola e de animais (bovinos, caprinos, ovinos, suínos), e diárias avulsas, assim como da venda de carvão e, em menor proporção, a aposentadoria.

A **renda da agricultora** pesquisada, que é menor se apresenta menor do que a do homem advém principalmente da comercialização de ovos, galinhas, queijo, e da criação de porcos. No geral, os animais “miúdos”- ou “miunças”- são cuidados pela mulher e pelos filhos, e só ocasionalmente pelo marido. Os animais e seus derivados são comercializados pela mulher diretamente na feira e na “porta de casa”. Neste último caso, os vizinhos e os atravessadores são os principais compradores. O marido,

geralmente, não interfere na negociação desses produtos nem na aplicação do dinheiro, por considerar “coisas de mulher”, isto é, coisas de pequeno valor. Ao se referir à venda de galinhas na feira, o marido de uma das entrevistadas revelou: “Eu não vendo galinha; eu não gosto de vender. Aqui, quem sai para vender é a mulher. Esses bichos fedem muito”. Outro marido: “A venda de galinha é com ela (esposa)... Eu não gosto de fazer; aí, ela faz”. Porém, quando a mulher cria animais mais rentáveis, como ovinos e caprinos, é o homem quem se encarrega da comercialização, como expressa o marido de uma entrevistada: “Criação, eu sempre gosto de ir vender. É arriscado a mulher levar uma pancada durante a viagem. Os bichos são pesados. Mas se precisar, a mulher vai vender. Aqui não tem discriminação”.

Além das fontes de renda já citadas, as entrevistadas, em menor proporção, conseguem gerar renda realizando diárias na agricultura em serviços de cavar cisternas e através da venda de artigos artesanais como: queijos, doces, bordados e pintura em tecido. Algumas das mulheres exercem atividades não agrícolas como merendeira de escola, agente de saúde e faxineira em domicílio, na área urbana. Seguidos dessas alternativas de renda, a aposentadoria e os recursos do Programas de Renda Mínima¹⁰⁵ representam também fontes de ganho da mulher. É ela quem se inscreve no Programa. Entre as pesquisadas, 35% recebem o benefício (Vale Gás, Bola Escola e PETI), e algumas participam de mais de um dos Programas. O Programa de Renda Mínima sempre era colocado pelas mulheres como importante para a sobrevivência da família, e inclusive como a única fonte de renda que possuíam.

¹⁰⁵ As mulheres são as cadastradas no Programa, reforçando a responsabilidade dos filhos como atribuição delas.

Embora a principal fonte de renda da maioria das agricultoras seja gerada na atividade produtiva, trata-se esta é de baixo valor¹⁰⁶ e ocorre eventualmente, como relatam estas entrevistadas:

Tem mês que tenho um dinheirinho, mas tem mês que não pego em nenhum centavo; porque tem mês que vendo e tem me que não vendo. Nunca é certo. Quando tenho dinheiro, é porque vendo alguma coisa ou um bicho, ou ovos ou as coisas que faço. É um pano de fogão, de prato, de liquidificador, um conjunto ou cada peça (Entrevistada 2).

Hoje, vendi 4 (quatro) galinhas e apurei R\$ 40,00. Agora vou demorar para vender as outras galinhas porque ainda está tudo miudinha (pequenas) (Entrevistada 8).

Do total das agricultoras entrevistadas, 20% revelaram não conseguir “pegar” em dinheiro do trabalho realizado na agricultura nem mesmo da ajuda governamental (referindo-se ao Programa de Renda Mínima), mas somente da ajuda de familiares:

Não tenho renda. Nunca vendo uma galinha; crio só para comer. Minha mãe é aposentada e às vezes me dá R\$ 15,00 ou R\$20,00 quando ela recebe a aposentadoria. Meu irmão, que mora em São Paulo, quando manda dinheiro para minha mãe, ela vê que eu não pego em dinheiro e aí me dá um troquinho (dinheiro de valor pequeno) para mim: é R\$10,00 /R\$20,00. Só pego em dinheiro por sorte da minha mãezinha. Fiz Bolsa Escola, mas não ganhei (Entrevistada 14).

A dificuldade das mulheres rurais da localidade pesquisada, para gerar renda, conforme revelado por presidente de associação rural do Município: “Tem mulheres aqui que dizem que se ganhasse R\$ 10,00 por mês, já era importante”.

A situação econômica das agricultoras, a partir da renda produzida por elas com o trabalho na terra, no geral não apresentou diferenças, mesmo quando a maior parte dessas mulheres (75%) foi beneficiada pela linha de crédito agrícola do Pronaf. Isso ocorreu porque o empréstimo do Pronaf, embora solicitado pelas mulheres, teve como

¹⁰⁶ Segundo estudo realizado no sertão do Pajeú, 70% das mulheres agricultoras recebe mensalmente, da produção agrícola, até ¼ do salário mínimo, o equivalente a R\$ 50,00 (Almeida e Santos, 2003).

usuário real os maridos. A inscrição das mulheres no Programa (o Programa inscreve somente uma pessoa por família) foi decisão dos maridos¹⁰⁷, que não participaram por falta de interesse ou impossibilidade de fazê-lo. As mulheres foram alvo do Programa substituindo os maridos, que naturalmente seriam os inscritos, uma vez que o homem agricultor representa a família. Nas condições em que elas foram inscritas, a iniciativa da aplicação dos recursos financeiros, a compra de animais (a maioria dos empréstimos obtidos pelas mulheres, o do tipo “B” que corresponde ao valor de R\$ 500,00, destinou-se à compra daqueles), e todas as transações comerciais envolvendo essas vendas e/ou compras foram efetivadas pelos maridos das agricultoras, que se limitou a participar do Pronaf através da inscrição. Assim, essas mulheres, mesmo ajudando os maridos a cuidar dos animais adquiridos através do crédito do Pronaf, e até cuidando deles sozinha, assumindo a responsabilidade de pagar o empréstimo e vivendo a preocupação histórica que envolve o agricultor rural com relação aos “negócios com o Banco”, relacionada à perda da terra por falta de pagamento, consideram, pelas condições em que se deu a participação delas no Programa, o investimento como propriedade dos maridos e, em segundo lugar, das famílias e só aí elas se incluem.

5.2 O Trabalho da mulher agricultora familiar: da casa à roça

A realidade social não constitui algo fácil de ser analisado devido à própria complexidade que envolve a sua compreensão. Dentro dessa complexidade está o discernimento analítico do que se denomina público e privado (Bourdieu; 1998; Da

107

Exceto para a mulher agricultora entrevistada sem marido.

Mata, 1991; Arendt, 1997; Hirata, 2002; Giddens 1991). São esferas tênues quanto aos seus limites e abrangências, e por isso mesmo, de difícil de delimitação.

As distinções entre tais espaços se tornam ainda mais nebulosas quando se trata do meio, mais especificamente do meio rural. Reporta-se aqui ao trabalho da mulher agricultora familiar, seja na casa, seja na roça, para mostrar quão entrelaçadas estão suas atividades dentro desses espaços e, mais ainda, entre eles. E quais as implicações dessas ocorrências no que se refere à divisão sexual do trabalho e às desigualdades de gênero?

Estar num e noutro daqueles âmbitos oculta a sua posição de agricultora familiar, cedendo, dessa forma, lugar ao homem como único representante agricultor da família junto aos programas de desenvolvimento rural como, por exemplo, o Pronaf.

As atividades desenvolvidas pelas agricultoras familiares, tanto na casa como na roça, são consideradas, em geral, menores e, assim, desvalorizadas em relação às desempenhadas pelos homens visto que as ocupações femininas não estão inseridas na esfera dita produtiva: aquela que gera valor de troca.

Trabalho feminino no espaço doméstico

Alterações apresentadas na família agrícola, cujo modelo representativo é a de natureza nuclear, refletem-se nas relações sociais entre seus membros. Assim, modificações no relacionamento entre marido e mulher, pais e filhos são identificadas, tanto no âmbito da casa como no espaço produtivo da roça, principal meio de sobrevivência das famílias agrícolas.

No entanto, mudanças nas relações sociais da família rural convivem com formas tradicionais ditadas pelo sistema patriarcal. Nessas famílias agrícolas, como nas nucleares, em geral, a divisão sexual do trabalho persiste e reflete relações assimétricas de gênero que, em sua forma clássica, reconhecem o marco doméstico como feminino, e o público como masculino, sendo o homem o provedor da renda e a mulher a “prestadora de serviços” (Woortmann, 1987). Nestas condições, aquela realiza, na casa e para a família atividades diversas que vão além dos afazeres domésticos, como as relações de afetividade, a conciliação, o apoio psicológico, deveres escolares dos filhos, cuidado com os doentes e idosos. Os referidos espaços, contudo, não se mantêm totalmente inalterados. Modificações nas relações de poder e de autoridade entre homens e mulheres são identificadas na realidade da agricultora familiar, embora de forma incipiente.

Observa-se que o trabalho doméstico ainda é executado tradicionalmente pelas mulheres se distribui no interior da rede familiar, fazendo parte, portanto, da condição feminina (Lobo, 1989; Aguiar, 1984). Esse trabalho é realizado de forma gratuita¹⁰⁸ e envolve uma variedade de atividades. O isolamento, a rotina, a gratuidade e a multiplicidade de afazeres representam algumas das características negativas da obrigação doméstica. Também o não reconhecimento e a desvalorização são marcas das tarefas caseiras, pois, segundo a mulher agricultora: “Só tem valor quando a gente deixa de fazer porque está doente ou viajando”. A respeito do trabalho doméstico, mulheres do campo, assim se expressam:

O trabalho de dona- de- casa não tem valor (não é valorizado); é uma rotina. A gente faz esse serviço e fica parada no tempo. Não tem conhecimento do mundo, do que está acontecendo lá fora. Aqui quem faz sou eu. Acho que é

¹⁰⁸ Segundo pesquisa realizada nos Estados Unidos, o trabalho executado pela dona de casa, que não é remunerado, vale em torno de US\$1.000 mensais (Viezzler, 1989).

o costume. Eu adoraria não ser a responsável pelos serviços domésticos. É muito cansativo. Você não pára; é o dia todo trabalhando. Quando termina um, o outro já está na agulha. Você trabalha, trabalha, não tem futuro. É um trabalho pesado; é fazendo e desmanchando. Faz o serviço pela manhã, e quando é à tarde, faz de novo. Ele é um botar pra baixo na mulher (Entrevistada 5).

Eita trabalho perdido o que a gente faz na casa!. É cuidar de casa todo dia, é lavar todo dia. É um trabalho que não tem fim, não tem valor. Que valor tem? Tem valor nenhum. Tem o valor da limpeza de dentro de casa; quer dizer tem e não tem porque faz e daqui a pouco está sujo. Mas, Ave Maria! Limpo, arrumo, todo dia. Varro, e passa um redemoinho, e a casa fica cheia de terra. Não tem valor porque a mulher não ganha R\$ 1,00 para fazer o serviço; é um serviço perdido. Não tem um valor de a gente saber que trabalha, e no fim do mês, tem o dinheiro. É um trabalho perdido. Nós fazemos porque é para fazer (Entrevistada 14).

As tarefas domésticas, mesmo envolvendo uma série de atividades realizadas na casa, na família e para o seu consumo, não produzem valor de troca, mas somente de uso e de prestação de serviços. Nesse sentido, essas tarefas não são reconhecidas socialmente como trabalho, e, portanto, são consideradas “não produtivas”, porque seu valor é de uso privado, e não público. A negação dos afazeres domésticos como trabalho é rebatida por essa mulher agricultora:

Muita gente diz que o trabalho doméstico não é trabalho, mas claro que é! Significa assumir uma grande responsabilidade: casa arrumada, comida pronta, roupa lavada e passada, varrer o terreiro, filhos cuidados, filhos prontos para irem à escola... (Entrevistada 6).

O não reconhecimento das atividades domésticas femininas, voltadas para a família, está associado ao fato de que esse trabalho não gera renda, além de não remunerar a força de trabalho que o executa. Porém, as mulheres, principais responsáveis por tais atribuições, estão gerando renda ainda que de forma indireta, (Woortmann, 1987) quando produzem bens (comida preparada) e serviços (faxina da casa, cuidado dos filhos) economizando nas despesas da família. Afora isso, através dos deveres domésticos, a mulher oferece condições aos membros da família, inclusive a ela própria, para participarem do trabalho reconhecido como produtivo.

Produtivo ou improdutivo, a realidade é que o cuidado da casa é coletivamente necessário (Duran, 1983) e imprescindível ao funcionamento da sociedade. A importância do trabalho doméstico é assim expressa por uma das agricultoras pesquisada: “Sem ele ninguém sobrevive. As pessoas de bom senso dão valor a ele”.

Encarregada de educar os filhos, a mulher tem, tradicionalmente, repassado para as filhas o dever feminino das obrigações domésticas aprendidas com sua mãe, tão forte é o processo socializador que vive. Tal reprodução se dá com o aval do pai. Ao constituir sua família, a mulher recebe apoio do marido, que, de forma natural, encara a responsabilidade da filha pelas tarefas da casa, do mesmo modo que rechaça tal obrigação para os filhos. Essa forma de socialização sai do âmbito da casa e percorre instituições, como a escola. Veja-se o que dizem as agricultoras sobre a inserção das filhas nas atividades domésticas na família:

O trabalho de casa a gente começa a fazer cedo. Com 5 anos, eu era o braço mais forte da minha mãe. Eu era tão pequena que não alcançava a pia, e minha mãe colocava um banco para poder lavar os pratos. Com 7 anos, já lavava roupas no rio, e minha mãe dizia que era pra eu ir aprendendo. Eu me lembro que eu trabalhava mais ela em tudo na casa. Para ralar o milho, ela colocava um caixão para eu alcançar a mesa (Entrevistada 1).

Comecei a trabalhar nos serviços da casa com 8 anos. Minha filha tem 7 anos, e já ajuda a varrer uma casa. Coisinha pouca, mas ajuda. Ela é pequena, mas ajuda; as coisinhas fáceis ela faz. Eu ensino porque eu acho que mulher tem que aprender de tudo. Vou ensinar o que eu aprendi com minha mãe; vou fazer meu papel de mãe. Mas meu prazer é que ele tenha uma vida melhor do que a minha, tenha um trabalho, tenha um emprego, não fique como eu, cuidando dos bichos e da casa (Entrevistada 14).

Nas famílias das agricultoras, é também fato comum as meninas ingressarem cedo nas atividades domésticas para ajudar a mãe. Porém, há uma tendência à diminuição desse apoio das filhas por falta de tempo, devido à sua maior participação na escola. As meninas em torno dos 10 anos, para obter maior nível de escolaridade, precisam se deslocar diariamente para a sede do Município para iniciar a segunda etapa

do curso fundamental, pois nas comunidades rurais, o nível de ensino se limita à 4ª série do curso fundamental. Estudar na cidade significa menor contribuição nas atividades domésticas, pois exige da menina maior disponibilidade de tempo, pela distância que separa o campo da cidade ou pela dependência do transporte fornecido pela Prefeitura, responsável pelo traslado dos estudantes da área rural.

As tarefas de encaminhar os filhos à escola, acompanhar seu desempenho, participar das reuniões promovidas pela escola, assim como todas as atividades relacionadas à educação formal dos filhos continuam sob a responsabilidade da mulher-mãe-agricultora, embora o pai-agricultor, em pequena proporção, já compartilhe com ela essa obrigação, mesmo que eventualmente, a título de ajuda, realizando algumas dessas etapas, como fazer a matrícula da criança e participar de algumas reuniões na escola.

Ao mesmo tempo em que a educação transmitida aos filhos, está, via de regra, ancorada aporta em valores tradicionais, ela apresenta mudanças quando, no processo de socialização, mulheres agricultoras os inserem nas atividades domésticas. Eles, juntamente com as irmãs, geralmente participam ajudando a mãe nas tarefas de casa, conforme os depoimentos abaixo:

Muitas mulheres já conseguem que os filhos façam o trabalho da casa. Aqui tem um menino que foi lavar roupa no rio. E as mulheres ficaram perguntando por que ele estava lavando roupa se ele era homem, e aí, ele respondeu que era para ajudar a mãe e que a mãe tinha dito que homem pode lavar roupa, que não “cai” quando ele lava roupa no rio (referindo-se aos órgãos genitais masculinos) por serem pendentes (Entrevistada 1).

Nos trabalhos da casa, conto mais com a ajuda dos meus três filhos homens (12, 14 e 16 anos) do que com a ajuda do meu marido. Meus filhos fazem a comida, mesmo quando eu não estou viajando; só estou na rua (cidade). Eu tenho sempre a ajuda dos meus filhos nos serviços da casa (Entrevistada 2).

O trabalho doméstico é sempre o trabalho da mulher. Tem muito homem que é machista e não aceita fazer esses serviços. Quando meu filho está

arrumando a casa ou passando o pano, os colegas ficam dizendo que ele está fazendo serviço de mulher, mas ele não liga (Entrevistada 3).

Hoje, as mulheres mudaram. Elas querem que os filhos e os esposos façam também os serviços da casa. Meu marido acha certo que os filhos façam todo os serviço da casa, só que ele não quer fazer (Entrevistada 7).

Quando o filho não ajuda em casa é porque não foi ensinado a ele esse trabalho ou porque ele não teve que aprender. Meus irmãos, uns fazem e outros não. Vou ensinar meus filhos(5 e 7 anos) quando eles crescerem mais, a fazer todos os serviços da casa; é bom para eles. Meu marido não vai se incomodar, mas eu acho que ele vai querer que eles também ajudem na roça. Acho que os filhos ajudarem nos serviços da casa depende da mãe, porque é ela quem cria (Entrevistada 8).

A culpa dos filhos não trabalhar em casa é de como a gente acostuma a criar. Eu criei meu filho (19 anos) desse jeito, fazendo tudo para ele. Por isso quando eu mando meu filho me ajudar, ele diz: “Ta bom de mainha comprar uma mulher para fazer esse serviço”; ou também ele diz: “Se eu tivesse uma irmã, não precisava fazer nada em casa (Entrevista 18).

Quem deve trabalhar é a família completa. Eu não soube criar bem meus filhos porque não coloquei eles para fazer os serviços para eles saberem a responsabilidade de uma casa. Eu sempre gostei de poupar meus filhos, mas acho que é um erro da gente. Minha filha, eu poupava, mas ele fazia (Entrevistada 9).

Minhas filhas me ajudam nos serviços da casa. Se eu tivesse três filhos ao invés de três filhas, eu tinha colocado no costume de me ajudar na casa. Aqui tem uma vizinha que tem 5 filhos. Eles fazem todos os serviços da casa, fora o trabalho da roça. Acho que é o criar. Sem dúvida, homem e mulher devem ser os responsáveis pelos serviços domésticos (Entrevistada 13).

A inclusão dos meninos na realização dos trabalhos domésticos não significa tarefa difícil para a agricultora, uma vez que, sendo ela a principal responsável pela socialização dos filhos, a medida é aplicada de forma gradual no processo educativo. Além disso, no geral, a quebra de hábito na família recebe aprovação do marido. Do mesmo modo, homens e mulheres da comunidade rural onde vive a agricultora não reprovam a iniciativa, de certa forma inovadora, o que facilita a redistribuição das atividades domésticas. Porém, as mulheres, independentemente da idade, acatam a mudança com mais frequência do que os homens, sobretudo, se estes são mais idosos. A participação dos filhos homens nos trabalhos domésticos é mais bem aceita pelo pai do que quando a convocação é dirigida a ele próprio. Nesse sentido, a mulher

agricultora enfrenta resistência do cônjuge para realizar os afazeres domésticos conforme declaram agricultoras pesquisadas:

Meu marido nunca fazia os serviços da casa. Isso é porque os homens ainda não entenderam que precisam trabalhar em casa e dividir com a mulher os serviços domésticos. No dia que os homens não vão para a roça, deveriam fazer os serviços de casa. Eles (os maridos), trabalhando em casa, não perdem o valor de ser homem. A mulher é a responsável pelo trabalho da casa porque tem muito homem machista que diz que isso é trabalho de mulher. Hoje, graças a Deus essa ignorância está menor. Acho que os direitos são iguais. Então, o homem deveria trabalhar na casa também (Entrevistada 6).

Sempre é a mulher quem faz esses serviços. É sempre a mulher porque é ela quem convive mais em casa. Gostaria de não ser a responsável, mas não tem jeito; tem que ser eu mesma (Entrevistada 18).

Faço o serviço da casa, sozinha. O homem cuida da roça e a mulher na casa; é sempre assim. Eu não acho certo esse jeito, mas não tem outra solução. Os dois deveriam cuidar da casa porque os dois saem para cuidar da roça (Entrevistada 4) .

Quem faz os serviços da casa sou eu porque o marido aqui é meio escorão. Quem faz mais esses serviços é a mulher. É a mulher já por causa da discriminação. Isso vem de longe, já tem muitos tempos. Homem não pode fazer nada em casa. Acho que se fizer, o povo pensa até que cai... Eu gostaria de não ser a responsável pelo trabalho doméstico. Gostaria de arranjar um trabalho, eu queria um trabalho fora que nem o seu mesmo (referindo-se à pesquisadora). Na cidade, na fábrica, tinha muita vontade, e ainda tenho. Meu sonho mesmo é arranjar um trabalho fora da casa e ser responsável por ela só sábado e domingo (Entrevista 14).

Quem sempre tem este dever é a mulher. Desde o começo foi assim. Eu acho errado. Se os homens fossem acostumados a fazer, não iam achar estranho. Como dona de casa, tenho que gostar porque não tem outra saída (Entrevistada 10) .

É errado a mulher ser a responsável pelo trabalho doméstico. Essa divisão é errada porque o serviço da roça é dos dois: ele também é da mulher. Quando o homem está doente, a mulher faz o dele e o dela (Entrevistada 9).

A divisão sexual do trabalho se mantém nas famílias das agricultoras pesquisadas, pois as mulheres continuam se responsabilizando pelo trabalho doméstico. Aliás, esta realidade não é exclusiva das agricultoras, mas das mulheres em geral.

As agricultoras, como seus maridos, aprenderam desde a infância que a atividade doméstica é obrigação feminina, porém, elas sinalizam mudanças na compreensão dessa divisão do trabalho ao reconhecerem que o homem também deve participar da realização desta tarefa porque ambos cuidam das atividades da roça. Apesar dos avanços das agricultoras, inclusive no sentido de ocupar outros espaços tradicionalmente masculinos, elas não vislumbram a transferência dos encargos domésticos, mas apenas os conciliam com outras atividades. Essa obrigação, mesmo compartilhada com os homens, continua sendo principalmente dela. Dentro deste quadro de mudanças, as agricultoras pesquisadas conseguem que os maridos participem das tarefas domésticas, embora a maioria delas declare que eles, ainda que de forma parcial, a título de ajuda, já o fazem:

O meu marido ajuda, mas é coisa pouca. Mas as coisas estão mudando. Hoje, a gente já passa três dias numa reunião, e o marido já fica em casa, já cuida de alguma coisa, cuida dos animais, faz a comida. Quando eu não estou em casa, meu marido tempera feijão, faz macarrão, lava prato. Só não lava roupa. O marido olha uma panela, e meu filho “barre” o terreiro (Entrevistada 5).

Meu marido me ajuda a apanhar os lixos do terreiro, quando eu estou varrendo. Quando eu saio, ele tem o cuidado com as galinhas e toma conta da comida que deixei no fogo. Ele não faz os serviço dentro de casa como de varrer. Quando tira uma fuga (dorme) depois do almoço, deixa a cama desfarrada. Eu brigo, digo que ele precisa fazer os serviços e não esperar por mim, mas ele nunca faz. É difícil mudar a cabeça do marido. Quando viajei para São Paulo com minha filha, ele ficou sozinho em casa. Minha nora é quem fazia todos os serviços da casa. Acho errado o homem não ajudar. Ele não pode esperar só pela mulher. Meu marido tem um irmão que faz tudo na casa, mata galinha, tempera e arruma a casa. O meu só faz os serviços no último apuro (Entrevistada 7) .

Meu marido faz tudo; todo tipo de serviço. O único serviço que ele não faz é matar galinha. O resto, tudo ele faz. Em muitas casas daqui, que o marido está desempregado e a mulher trabalha fora, quem faz o serviço da casa é ele (Entrevistada 13).

Se eu tiver em casa, quem faz o serviço sou eu, mas, às vezes, ele (marido) ajuda. Ele enxuga louça, ele varre e eu passo o pano, apanha a água para eu lavar roupa. Homem só não lava roupa (Entrevistada 18).

Quem tem a responsabilidade pela família, pelo trabalho doméstico sou eu. Se tiver precisão, ele (o marido) faz. É quando eu saio de casa. Homem faz o serviço de casa, mas ele sempre se acanha de fazer na frente de outro homem. (Entrevista 10)

A redistribuição das tarefas domésticas entre os filhos homens, o marido e a esposa, sinaliza mudanças nas relações entre homens e mulheres, e, portanto, diminuição na assimetria de gênero. O novo quadro na distribuição dos afazeres de casa significa uma conquista da mulher, mesmo que a participação masculina ocorra a título de ajuda, pois a mulher agricultora continua responsável por esse espaço de trabalho. Na condição de ajudante da mulher, o marido, no geral, não assume o compromisso de trabalhar sistematicamente no espaço doméstico, mas somente quando ela se ausenta. Além disso, não realiza todas as atividades que integram o rol dos acima afazeres¹⁰⁹. Entre as tarefas do lar rejeitadas pelo homem, está a lavagem de roupa no rio, por ser executada fora da casa e ser, tradicionalmente realizada pela mulher.

A mudança observada no que diz respeito à participação do homem no trabalho doméstico, nas famílias dessas agricultoras, é importante visto que a base social do meio rural é marcada por valores tradicionais vinculados ao sistema patriarcal. O pensar da mulher agricultora acerca do trabalho doméstico como não exclusivo do feminino contribui para o redimensionamento da divisão sexual do trabalho, que pode ser considerado um avanço das mulheres. O reconhecimento de que as atividades domésticas devem ser realizadas também pelo homem é unânime entre as agricultoras em estudo, porém, as mais velhas são mais conformadas em serem as únicas

¹⁰⁹ Entre as várias atividades domésticas, umas são caracterizadas mais femininas, e outras, menos (Alves, 1996; Mendes, 2000). Geralmente, os homens realizam aquelas menos femininas e dentro da casa, como preparar alimentos.

responsáveis na família pela realização dos trabalhos da casa. Consideram difícil mudar “a cabeça do marido”, ao contrário das mulheres mais jovens.

A agricultora exerce significativa influência na casa e na família. O lar, é ela quem administra: participa das decisões sobre a compra de alimentos e dos móveis; a quantidade da produção da roça a ser vendida; e decide sobre o tipo de alimento a ser preparado, o horário de realizar as atividades domésticas e o de ir trabalhar na roça. Com relação aos filhos, ela exerce forte influência, mas o pai também os comanda. Cabe a ela encaminhá-los à escola, sugerir a compra do vestuário, dar conselhos, enfim, assume de forma mais intensa a responsabilidade da prole.

O meu marido não tem carinho pelos filhos. As crianças não têm respeito pelo pai. O marido manda mais na casa, porém os filhos obedecem mais a mim. Quando o filho pede ajuda, só a mãe ajuda. O pai não dá respeito e sai correndo atrás dos filhos para bater. Eu nunca fiz isso (Entrevistada 1).

A mulher manda na casa. O homem bota a comida em casa, faz a obrigação, e o restante é com a mulher. A gente arruma a hora que quiser, muda as mobílias de lugar. Manda nos filhos, resolve sobre a escola que eles vão estudar. Só quem faz a matrícula dos filhos na escola, pega o resultado das provas, leva para tomar vacina é a mulher. Meu marido só foi a uma reunião na escola. Nos filhos eu mando numa parte, e ele, na outra (Entrevistada 2).

Eu acho que eu mando mais na casa do que meu marido. Eu resolvo, acalmo briga de cachaça dos meus filhos, resolvo as dívidas deles. Eu sou sempre a primeira. Meu marido fica sossegado, e eu é que resolvo tudo. Na casa quem manda sou eu (Entrevistada 9).

O “mandar”, que se apresenta como uma questão de gênero com o homem exercendo tradicionalmente a autoridade na família, como já tratado aqui, acena para mudança no sentido de descentralização da autoridade masculina no âmbito das famílias das agricultoras pesquisadas. Nesse sentido, embora o homem continue representando aquela autoridade, essas mulheres, através da compreensão e da conciliação, estereótipos do feminino, conseguem obter dos filhos a obediência e, com isso, exercer comando sobre eles.

O poder de decisão da agricultora na família está para além da casa e dos filhos, pois ela também decide sobre o destino da produção por ela gerada (galinha, ovo, queijo, porco etc.), a quantidade a ser vendida, onde e quando será comercializada, bem como a aplicação da renda conseguida. Brumer (2000) chama a atenção para não se superestimar a autoridade da mulher a partir desta variável, pois a venda da produção dela, além de eventual, é de pouco valor. Embora concordando com a autora, deve-se reconhecer que essa renda dá certa autonomia à mulher na família, pois ela investe nela mesma, comprando vestuário, além de material escolar para os filhos, produtos de higiene pessoal, perfume, peças em tecido para cama e banho, apetrechos para ornamentação da casa (espelho, quadro, jarros, cortina), aparelhos eletrodomésticos, como batedeira de bolo, bem como adquire alimento. Essa contribuição à família dá condições à mulher de participar das decisões familiares.

O poder exercido pela mulher no espaço doméstico, comparando aos conferidos ao homem, “é um poder minúsculo..., mas real” (Camps, 1990; 136): ele, de fato, existe. As mulheres, como os homens, exercem múltiplos poderes, que são estabelecidos nas inúmeras relações sociais existentes sexuais, políticas, familiares e econômicas, disseminando-se, assim, por toda a estrutura social, segundo a teoria de poder definida por Foucault. Para este filósofo francês, o poder

é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidal, mais ou menos coordenado. O poder pode ser analisado como algo que funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. Ele funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; os indivíduos nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são constantemente centros de transmissão (Foucault, 1982:183/184).

A multiplicidade de poderes concebida por Foucault remete à descentralização de mando, onde todos os indivíduos estão em condições de exercer o poder, por que

este não está afixado, preso a lugar ou a indivíduo algum, mas presente em qualquer lugar e em todos. O poder tampouco acontece numa oposição binária, como pregam os seguidores da teoria do “poder da soma zero”¹¹⁰. Suas idéias rejeitam um poder uno, centralizado e coerente. Foucault aponta para as relações sociais como o *locus* da mobilização dos micros poderes.

O poder da mulher na família é exercido de forma implícita, e, nas palavras de Romanelli (1997:84), “a utilização do poder por parte da esposa tende a ocorrer de modo difuso e enviesado, expressando-se nos interstícios das disputas domésticas e esquivando-se de confrontos diretos”. De fato, esta tem sido, de forma geral, a postura das mulheres que, sutilmente e de forma gradativa, têm conseguido mudar relações desiguais de gênero, conquistando espaços antes restritos ao homem, como consta de história de algumas mulheres pesquisadas. Com essa postura, as agricultoras, utilizando mecanismos no âmbito doméstico, conseguem participar do espaço público “pertencente” ao homem.

Eu vivo no movimento do Sindicato desde 1994. Quando eu comecei a participar, meu marido reclamava muito. Hoje, ele já está acostumado... Ele mudou, e até me avisa quando vai ter reunião, quando ele ouve na Rádio. Faço tudo (as obrigações domésticas) antes de ir para as reuniões para não ter a reclamação do meu marido (Entrevistada 1).

Passo o dia na Diaconia (ONG), no Sindicato. Meu marido não proíbe, mas ele também não acha muito bom que eu vá. Antes de ir, faço tudo em casa, deixo tudo que ele (marido) precisa, já para evitar briga, para ele não me reclamar. Eu falo da comida e dos bichos, porque a casa ele não reclama (Entrevistada 2).

O homem acha ruim quando a mulher sai de casa; ele não gosta. Quando eu vou para as reuniões do grupo da Terceira Idade, duas vezes no mês, faço tudo em casa antes de sair, para evitar confusão. Deixo tudo pronto, me levanto bem cedo e, aí, vou tranquila para as reuniões (Entrevistada 10).

110

A sociologia norte-americana define o “poder de soma de zero” como uma soma fixa tal, que o poder de A implica o não poder de B. Esta tese encontra-se em autores tão diferentes, ideologicamente, como Marx, Nietzsche, Max Weber, Raymond Aron, Wright Mills (Lebrun, 1999:18).

O desagrado do homem como a saída da mulher para o espaço público explica-se de imediato, pelo não cumprimento das obrigações domésticas diárias, mas pode estar relacionado à sua participação no âmbito tradicionalmente masculino ou, ainda, pela impotência de não poder estar controlando-a, como faz em casa (Scott, 1990).

As agricultoras, embora admitindo a existência do poder que exercem no espaço doméstico, reconhecem que aquele é desvalorizado, como expressa agricultora participante do estudo:

Esse poder da casa não vale nada. É um poder que não dá lucro, não dá conhecimento, desgasta a mulher, maltrata. É de costume a mulher mandar na casa, mas, para mim, não tem vantagem. Bem que eu queria que ele (o marido) dividisse comigo esse poder (Entrevistada 2).

O trabalho doméstico ocupa grande parte do cotidiano da mulher, restando-lhe pouco tempo para outras atividades, que poderiam inclusive torná-la mais visível, informada etc. Para as agricultoras familiares o trabalho doméstico assume a posição de principal e, por isso, é um dos responsáveis pela menor participação do feminino no dia-a-dia da roça, em comparação ao homem. Maior dedicação da mulher ao trabalho doméstico, em detrimento das tarefas da roça, resulta na sua participação de ajudante desta, condição que traz como consequência a invisibilidade do trabalho feminino na agricultura familiar. Diante dessa sua condição na agricultura, assim como do homem, e do homem que tem esta atividade como principal, é ele o responsável natural pela agricultura familiar.

Trabalho feminino na roça

No meio rural, mudanças e continuidades nas relações sociais entre homens e mulheres estão para além do relacionados ao do trabalho na casa. Essa realidade se

confirma no espaço da roça, no Sindicato da categoria e demais movimentos sociais em que os agricultores familiares se engajam.

Na agricultura familiar da região semi-árida do Nordeste, de forma tradicional, a responsabilidade da roça está para o homem do mesmo modo que a casa está para a mulher. No entanto, o modo social de produzir da agricultura familiar, como a própria nomenclatura indica, engloba explicitamente a participação conjunta da família na realização das atividades, independentemente do sexo, ao contrário dos afazeres domésticos, realizado basicamente pelo feminino. Na roça familiar, todos trabalham gratuitamente com o objetivo único da sobrevivência da família.

No trabalho agrícola familiar, a maioria das mulheres pesquisadas participa das atividades que envolvem o roçado na condição de ajudante. A terra trabalhada pela família das mulheres é, na maioria, própria, e é o homem quem detém o título da terra, geralmente herdada dos pais.

Quanto à agricultora, mesmo na condição de ajudante do homem no trabalho da roça, sua participação na atividade agrícola é efetiva, e geralmente acontece ainda na infância. Embora se iniciando cedo no cuidar da terra comumente, sua primeira experiência de trabalho é nas atividades domésticas familiares. Na agricultura, a mulher geralmente começa a atuar antes dos 10 (dez) anos de idade, e o mais comum é que, já aos 7 (sete) anos, ela se incorpore às atividades da roça. Os homens também começam a lidar cedo com o roçado, mas de modo diferente das mulheres, pois aquele espaço constitui seu primeiro trabalho.

Na agricultura familiar, a participação do(a) filho(a) no trabalho da terra é considerado ajuda, tal como o realizado pela mãe. Aquele que é executado pela filha criança continua sendo ajuda, mesmo quando ela se torna adulta e até se casa,

constituindo sua própria família. Neste caso, passa de ajudante do pai a ajudante do marido no trabalho da roça.

Tal condição atribuída à mulher na agricultura familiar decorre da sua responsabilidade com os afazeres domésticos, e é consequência da divisão sexual do trabalho neste modo social de produção, que delega ao homem o comando do espaço agrícola. Uma agricultora fala sobre a participação da mulher na condição de ajudante na agricultura familiar:

A mulher sempre ajuda na roça porque ela dá uma horinha; ela não fica o tempo todo. Tem dia que ela não vai para a roça: é quando precisa lavar roupa ou resolver alguma coisa na rua (cidade). Tem dia que vai pela manhã e não vai à tarde. Tem mulher que trabalha direto na roça, mas é aquela que não tem marido. Quando ela trabalha diretamente na roça, é porque ela é sujeita...ela precisa (Entrevistada 3).

A participação feminina na agricultura familiar, de forma coletiva, também se diferencia da atribuída ao homem. Quando esta na condição de filha, diferentemente do filho, ela não possui roça individual. Porém, a possibilidade de a mulher fazer um “roçadinho” acontece mais com as casadas. Quando a mulher “bota” roça própria, a atividade agrícola por ela realizada é reconhecida como trabalho. A roça individual feminina e sua importância foram expressas por agricultoras:

Sempre quando o ano é de bom inverno, eu boto uma roça para mim. Ali é minha roça, eu vou mandar, eu vou vender o lucro (a produção) dela. Na roça do marido, por mais que ajude, o dinheiro é sempre ele quem resolve. Na roça que eu boto, me sinto dona dela. Lucrei 8 sacos de milho: é para minhas galinhas (Entrevistada 5).

Já botei uma roça sozinha porque queria comprar as coisas para casa. É bom para a mulher porque quando ela pega o dinheiro, ela sabe que é dela e gasta como quer. Com essa rocinha, comprei sofá, mesa, cadeira. Tudo foi com o dinheiro do tomate. Sempre comprava alimentos e ajudava a pagar os empréstimos que meu marido tinha feito. Eu tive a idéia de botar a roça porque ele (o marido) se virava de um lado, e eu do outro. Com o dinheiro do tomate, paguei o empréstimo que meu marido fez para eu plantar (Entrevistada 7).

Sempre quando eu trabalhava na roça, gostava de ter minha roça para comprar as coisas para mim e meus filhos. Hoje, eu não tenho mais condições de trabalhar na minha roça, mas boto alguém para trabalhar na roça. São meus filhos, mas pago para eles. Meu marido continua botando roça e eu ajudo ele e meus filhos, mas é coisa pouca; levo o café deles na roça (Entrevistada 9).

As agricultoras, mesmo considerando a importância da roça individual, usualmente não a adotam como prática sob a alegação de que os trabalhos domésticos dificultam e até impedem a participação em outras atividades, inclusive no roçado da família. A ordem social tende a ratificar a dominação masculina, que se alicerça na divisão social do trabalho, com atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, com estrutura do tempo e com espaços determinados (Bourdieu, 1999). Reproduzindo esse processo, a agricultora familiar fica responsável pela casa, e no trabalho agrícola, deve realizar as atividades juntamente com o homem, pois esse trabalho é de sua responsabilidade:

Só tiro roça com meu marido ou com meu filho. As mulheres daqui nunca tiram roça sozinha, e aquela que tira, não é para vender; é tudo para a família comer (Entrevistada 2).

Acho importante separar o legume que a gente planta e vender. Mas a gente não tem o costume de fazer. O costume é botar roça com o marido (Entrevistada 16).

Aqui, na roça, quem trabalha é os dois. Não tenho vontade de colocar roça sozinha. Não gosto. Acho chato. É melhor botar roça com o marido (Entrevistada 11).

Pelas mesmas razões, não incentivam as filhas, diferentemente dos filhos, a colocarem roças individuais.

A adoção da roça pessoal, com geração de renda associada a outros ganhos por ela gerados como a criação de “miunças”, permitiria à mulher autonomia relativa na família na medida em que ela contribuiria na formação da renda familiar. O lucro

gerado por ela, associado a outros elementos (como a participação da mulher em outros espaços públicos), poderia contribuir para mudanças nas relações de gênero na família dessas mulheres, uma vez que, de forma tradicional, o homem é o principal provedor da família agrícola.

A participação da mulher na roça da família é aceito naturalmente pelo principal responsável: pai ou marido. Essa participação é permitida porque o trabalho é controlado e está sob as vistas dele. A contribuição da mulher é aceita, mesmo quando a família necessita contratar serviços de terceiros ou quando recebe ajuda, através de mutirão, de trabalhadores do sexo masculino. Porém, permitir à mulher trabalhar sozinha em roça de aluguel, no regime de diária, ainda acontece com pouca frequência nas famílias das mulheres pesquisadas, que têm o homem como o principal responsável pela produção agrícola. O valor da diária recebida pelas agricultoras pesquisadas representa 80% do valor da diária do homem, o que mostra claramente uma desigualdade de gênero na esfera do trabalho agrícola, porém há uma tendência e uma certa conscientização feminina no que diz respeito a uma igualdade de gênero nesse sentido, como expressaram algumas agricultoras pesquisadas:

O valor da diária é de R\$ 7,00. Eu nunca gostei de desvalorizar o serviço da mulher. Sempre paguei igual se ela faz o mesmo serviço. Tem homem que não dá valor ao trabalho da mulher mas eu dou (Entrevistada 6).

Eu não trabalho na roça para ganhar menos do que o homem (Entrevistada 1).

O trabalho de alugado é R\$ 6,00, tanto faz ser homem ou mulher; eles pagam do mesmo jeito (Entrevistada 12).

A Diária aqui é de R\$ 8,00 para o homem e R\$ 6,00 para as mulheres. O valor da diária é diferente porque dizem que a mulher não tem coragem de fazer os serviços que os homens fazem. Mas tem umas mulheres que têm muita coragem, elas são “cabras machos (Entrevista 10).

Aqui na comunidade, o homem ganha numa diária R\$ 7,00, e mulher, R\$ 6,00. Muitas vezes, se diz que a mulher ganha menos porque o trabalho da mulher não tem valor, que a mulher não tem a força que o homem tem” (Entrevistada 3).

Apesar da remuneração desigual, para trabalho igual, realizado por homens e mulheres, a diferença, no caso das agricultoras, revela um indicativo rumo à igualdade de gênero, pois, historicamente, o trabalho da mulher na agricultura vale menos do que o trabalho do homem, sendo muitas vezes comparado ao da criança, o que equivale à metade do valor da diária paga aquele (Melo e Fischer; 1996).

Das diversas atividades agrícolas que compõem o processo produtivo (Melo e Ficher, 1996; Garcia Jr. 1989; Heredia, 1976), a mulher participa de várias. Agricultoras entrevistadas revelam a participação feminina no trabalho agrícola:

A mulher na roça ajeita a terra, ara, planta e cultiva; também limpa os matos e colhe tudo que plantou. Ela quebra o milho, apanha feijão no sol quente, tranca o bode. Na roça, só não faço serviço de foice e de machado, como brocar. Eu tanjo os bois e ele (marido) maneja o arado(Entrevistada 7).

Trabalho no plantio, na limpa e na colheita, mas também contrato homens ou mulheres para me ajudarem. Esse ano só trabalhei com homens; as mulheres já estavam ocupadas. Conto com a ajuda de quem pago. Pago geralmente um homem para arar a terra (Entrevistada 6).

Faço tudo na roça: planto, limpo mato, carrego madeira para fazer carvão e capino. Mas para arar, botei um homem para fazer este serviço durante 5 dias, e o restante fiz sozinha (Entrevistada5).

O trabalho da roça, faço tudo: limpo mato, planto, arranco feijão, quebro o milho. Só não gosto de brocar (derrubar mato com foice) e arar (Entrevistada 1).

Na roça, considerada espaço de trabalho masculino, a mulher, de modo geral, não realiza todas as atividades. De igual forma, na casa, esfera preponderantemente feminina, o homem tampouco participa da realização de todas as tarefas domésticas, conforme abordado neste estudo. Assim, considerando a suposta classificação das atividades da roça como mais masculinas (arar, brocar) e menos masculinas (plantio, colheita), as mulheres realizam com mais frequência aquelas ditas menos masculinas, julgadas mais “leves” ou que exigem menos esforço físico, pois as mais pesadas são

“naturalmente” realizadas pelo agricultor. A separação de atividades na roça para homens e mulheres reflete a rigidez, de certa forma, da divisão sexual do trabalho na terra. Essa divisão é seguida inclusive por mulheres participantes do estudo, responsáveis exclusivamente pela roça, as quais mulheres comumente não realizam as tarefas agrícolas mais masculinas ou “pesadas”, e contratam homens para executá-las.

A mulher da agricultura familiar, mesmo não cumprindo todas as atividades agrícolas, sua presença na roça durante todo o processo de trabalho, de fato, existe, e ela contribui, direta e indiretamente no decorrer de todo esse processo agrícola.

No verão, tenho mais tempo livre. Trabalho na roça quase o ano inteiro. No mês de janeiro, começo a preparar a terra; em fevereiro, se chover, começo a plantar; em março, vai se aproximando a colheita; abril é tempo de colheita. Até agosto, é época de colheita. Em setembro, começo a limpar a terra. Em novembro, se o agricultor é teimoso, não sai da roça. Sempre acho algo para fazer na roça; trabalho sempre de 6 a 7 meses. Quando o tempo é de inverno, trabalho direto todos os dias e o dia todo. Tem dias que venho almoçar em casa, mas tem dias que tiro direto. Uma vez, comecei a trabalhar de 5 horas da manhã e só parei às 6 horas da noite. Fiz um fogo na roça, assei o milho e fui comendo sem parar o serviço (Entrevistada 1).

A mulher trabalha na roça; ela toca a roça com o marido. Mesmo quando ela não faz nenhum serviço na roça, ela está trabalhando na roça porque ela prepara e leva o café para o marido, a água para ele beber. Não é só quando a mulher pega num cabo de enxada que ela trabalha na agricultura. Quando ela leva café, água, rapadura para o marido, ela está dando uma oportunidade para ele trabalhar na roça. Se ela não fizer isso, o homem não trabalha na roça porque ele não vai morrer de fome (Entrevistada 7).

Trabalho direto na roça no inverno: é de 7 às 11 e de 1 às 5. Trabalho pra roça da gente e para roça dos outros. Meu marido também trabalha de alugado. Não trabalho mais na roça porque tem os serviços da casa. Não fico só no serviço da roça porque quem vai fazer os serviços da casa!” (casal com dois filhos homens e duas mulheres. Todos moram em São Paulo) (Entrevistada 11).

Tem mulher que no dia que não trabalha na roça, leva o café do marido, lava a roupa dele, faz a comida e leva na roça. Ela também trabalha para a roça nesse dia. Ela é mulher trabalhadora e mulher de trabalhador (Entrevistada 1).

Embora participando efetivamente dos trabalhos da roça o trabalho é invisível porque, para cumprir as atividades domésticas, ela dedica menos tempo à roça familiar. E sua participação nas tarefas agrícolas é recebida como “ajuda”. Além disso, suas

ocupações no espaço doméstico, que possibilitam ao homem trabalhar na roça, tampouco são computadas ou, pelo menos, valorizadas.

O local onde se desenvolve o trabalho agrícola, geralmente próximo à casa, permite à mulher cumprir as tarefas do lar e as da roça com certa facilidade. Ela, mesmo contando com a ajuda das filhas, dos filhos e até do marido, ainda continua com a responsabilidade maior dos afazeres domésticos. Na condição de principal responsável por tais obrigações em casa, a mulher, para conciliar a atuação nas duas esferas (casa e roça), utiliza estratégias como acordar mais cedo do que os demais membros da família para preparar o café matinal e iniciar o almoço. Há casos em que a (s) filha (s), quando não estuda (m) no turno da manhã, ajudam no preparo do almoço, possibilitando, dessa forma, que a agricultora-mãe não retorne mais cedo da roça para concluir o preparo da refeição. O inverso geralmente ocorre quando não tem ajuda em casa por parte das filhas.

Acordo às cinco horas, faço o fogo, faço o café, dou comida e água para os bichos (só as galinhas). Varro o quintal, tomo café, cuido do almoço, cuido da casa, lavo os pratos, tomo uma fuga, cuido do jantar. Quando a gente tá botando roça, depois de cuidar dos bichos e tomar café, deixo uma parte do almoço, e o resto minha filha termina. As onze e meia, volto da roça, almoço, lavo os pratos, tomo uma fuga, volto de novo pra roça, e às cinco e meia, volto pra casa pra cuidar do jantar (Entrevistada 7).

Acordo todos os dias às quatro e meia da manhã, faço café, boto feijão no fogo, comida para as galinhas, vou aprontar a roupa de cada um que vai pra escola, e depois vou pra roça. Ele vai na frente e eu vou depois. Volto da roça às dez horas para cuidar do almoço. Se o comer tivesse pronto (preparado de véspera), eu ficava direto na roça. Quando chego em casa, tem tudo pra fazer; dá até um desespero. Arrumo casa, termino o almoço, e a uma e meia volto para roça, e chego em casa às cinco horas. Eu venho na frente do meu marido. Aí dou banho em menino, faço a comida... (Entrevistada 5).

Para as mulheres que possuem geladeira e fogão a gás, a carga das tarefas caseiras é amenizada visto que adotam o sistema doméstico da vida urbana, de cozer os alimentos-, basicamente o feijão, principal componente das refeições dos agricultores-,

congelando-os para serem consumidos durante dias na semana. Essa prática, de certa forma, economiza o tempo que a mulher agricultora dedica às tarefas da casa, liberando-a para melhor conhecer a realidade do domínio privado.

Para se deslocar até a roça, a mulher geralmente faz o percurso a pé, porém se aquela está situada em local mais distante,¹¹¹ transportes como a bicicleta e carro de boi são normalmente utilizados. As agricultoras trabalham na terra da família, geralmente, de segunda a sexta-feira, e quando necessário, também aos sábados e domingos.

A responsabilidade pelas tarefas domésticas (preparo de alimentos, lavagem de roupa, arrumação e limpeza da casa, cuidado dos filhos) impede a agricultora pesquisada de dedicar maior número de horas diárias à roça, onde trabalha cerca de 2 (duas) horas menos que o homem, chegando ao local depois dele e regressando antes de o marido deixar o roçado. E até se abstém de comparecer um expediente ou o dia completo, em razão dos citados afazeres. Afora essas obrigações, ela ainda se ausenta temporariamente do trabalho no campo devido à sua função de reprodutora. Observa-se, no entanto, que esse afastamento de curta duração que mostra que, apesar de ela não ter um horário de trabalho corrido na roça, esse tempo intercalado de que dispõe é usado de forma intensa, indicando que essa mulher existe como trabalhadora agrícola e que seu trabalho é importante. Uma das situações em que se visualiza o significado da sua presença na roça são os períodos pré e pós-parto, em que ela, mulher agricultora, trabalha na roça até a véspera de dar à luz, como também, retorna à atividade na terra em média um (1) mês depois do parto.

¹¹¹ Mulher agricultora entrevistada gasta 35 minutos (usando bicicleta) para fazer o percurso até a roça. A propriedade, herdada dos pais, se localiza no município de Solidão vizinho do município de Afogados da Ingazeira. Além dessa terra, a família possui sítio em Afogados, que foi beneficiado com a linha de crédito do Pronaf.

O trabalho na roça é direto. No serviço maneiro da roça nunca parei. Só quando estava de dieta (“resguardo”). São 30 dias. Adoei na roça pra ter neném (Entrevistada 9).

Eu trabalhava direto na roça. Meu compadre dizia: comadre, você vai ter este menino na saia. Até na hora de ganhar filho eu trabalhava. Quando a gente vai ficando mais velha, fica quebrada, e não tem mais a mesma força e coragem. Quando eu estava grávida, trabalhava na roça e até trazia lenha para fazer fogo em casa. Eu quebrava a lenha, fazia o feixe. Como a barriga era grande, colocava o feixe em cima de um toco, me baixava colocava o feixe na cabeça, e depois fazia força para me levantar. Dos 7 (sete) filhos que eu tive, foi sempre assim: nunca deixei de trabalhar (Entrevistada 1).

Mulher da roça não deixa de trabalhar porque vai ganhar criança. Na casa ela continua trabalhando do mesmo jeito, mas na roça ela não faz serviço pesado. Quer dizer, tem delas, aquelas mais pobrezinhas, que não têm ninguém, que é sozinha, faz qualquer serviço. É comum a mulher adoecer (sentir dores do parto) trabalhando na roça, e depois da dieta (resguardo) volta logo para trabalhar (Entrevistada 7).

Embora gozando do direito à licença maternidade de 120 dias, conquistada pelas mulheres rurais em março de 1994, a agricultora, dificilmente se afasta do trabalho na roça durante o período completo. O tempo que elas preservam para repousar é, normalmente de 30 dias, o mesmo que suas mães consideravam necessário para recuperar-se de uma gestação. O rápido retorno das agricultoras ao trabalho da roça mostra a importância da sua contribuição a esse mister, e o quão imbricados estão os espaços da casa e da roça na agricultura familiar.

Mulheres agricultoras ainda se afastam temporariamente do trabalho da roça (horas, turno, dias) para participar de reuniões, palestras e encontros promovidos pelo Sindicato da categoria, associações rurais e outros espaços públicos relacionados à realidade dos agricultores familiares.

A não participação exclusiva da mulher na roça é reflexo da forma de socialização, que distingue e separa não só espaços como trabalhos masculinos e femininos, mas acaba caracterizando sua condição de ajudante no que diz respeito ao trabalho na terra. Internalizando tais valores, não somente os demais membros da família, mas a própria mulher, no geral, não se considera agricultora, apesar do

reconhecimento legal de direitos trabalhistas. Mas ela assume sua condição de agricultora na ausência do homem na família ou quando este não se interessa ou está impossibilitado de participar, como ocorreu com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Quando da implantação do Programa, o homem “naturalmente”, lançou-se como beneficiário do crédito, visto que a exigência é a participação de um agricultor por família, sem explicitação do sexo. Na “disputa de vaga” no Programa, a condição primeira de ser mulher e, ademais, ajudante, no que diz respeito ao trabalho da roça, é superada pela do homem, de ser agricultor.

Assim, a definição da mulher como ajudante se reflete para além do âmbito da família, chegando aos programas e políticas públicas de desenvolvimento rural. Embora não haja, por parte desses programas sociais, uma discriminação no sentido de preferência de sexo para a representação familiar em relação ao benefício, aquelas políticas públicas e aqueles programas sociais, especificamente o Pronaf, por ignorarem a desigualdade de gênero, principalmente no tocante à divisão sexual do trabalho, não aplicam tratamentos diferenciados através, por exemplo, de ações afirmativas¹¹² no que diz respeito aos gêneros (masculino e feminino) no sentido de proporcionar a essas mulheres condições de também terem acesso aos benefícios provenientes de tais Programas. É verdade que o Pronaf tentou incluir, posteriormente à sua criação, política de cotas para as mulheres, porém, como tratado neste estudo, a medida não funcionou.

Sendo a família agrícola um espaço de reprodução das desigualdades de gênero, mas também de construção das igualdades há que se perguntar que elementos

¹¹² Ações afirmativas, ações positivas, discriminação positiva ou política de cotas são expressões que contêm a noção de *intencionalidade*, relativa a um tratamento *preferencial ou compensatório* a um determinado grupo ou parcela social que se encontra em posição de desvantagem social ou sub-representado politicamente, em razão de discriminações, preconceitos ou estereótipos passados ou presentes (Araújo, 2002;145). Essas políticas visam tratar os desiguais de forma diferente.

estão presentes no cotidiano das agricultoras em estudo que as fazem refletir, questionar, reivindicar, e conseqüentemente, diminuir essas desigualdades nas relações de gênero? Alguns desses indicativos favorecedores de mudanças estão presentes na esfera pública, mais especificamente via participação das mulheres agricultoras pesquisadas em reuniões do Sindicato de Trabalhadores Rurais e associações rurais, organizações não governamentais feministas e grupo de mulheres.

A mulher tem que se organizar; ela tem que mostrar a força que ela tem na sociedade, de alguma forma, no trabalho, no Sindicato. A mulher, pouco a pouco, está quebrando este tabu. Começou a mudar quando as mulheres começaram a participar do Sindicato. Eu sempre repasso para as mulheres da minha comunidade o que aconteceu nas reuniões. E, aos poucos, a coisa vai melhorando (Entrevistada 1).

Está mudando muitas coisas. Antes, a mulher não podia participar de nada, e hoje, eu já testei, e elas estão aprendendo, estão participando; elas já estão aprendendo que estão lá para aprender alguma coisa; não estão fazendo nada de feio. Tem mulheres que dizem: “agora é que tomei pé da vida”. Tem mulheres daqui que, perto delas (comparação), a gente (do grupo) tá longe. Elas pensam que reunião é só para os homens (Entrevistada 2).

A situação está mudando muito. Você vê pelas associações, pelos sindicatos que têm um número grande de mulheres no comando. As mulheres estão diferentes. Antigamente, o passatempo das mulheres era conversar; hoje elas participam de reuniões, de tudo que elas querem (Entrevistada 5).

A participação das agricultoras pesquisadas nas organizações sociais tem contribuído para a reflexão sobre as desigualdades de gênero. E tais entidades, as organizações a associação rural aparece como a mais procurada pelas mulheres, seguida do Sindicato Rural e de grupos de mulheres apoiados por aquele, e organizações não governamentais como a Casa da Mulher do Nordeste.

Perceberam-se evidências tanto de mudanças como de permanências nas relações de gênero na agricultura familiar pesquisada, particularmente no que se refere à divisão sexual do trabalho. Uma das mudanças diz respeito à preferência pelo trabalho da roça em detrimento do doméstico. Permanências no sentido de as tarefas de

casa serem, de responsabilidade da mulher, competindo com a vontade da agricultora de participar do espaço de trabalho valorizado, masculino: que se faz na roça:

Eu prefiro a roça. Gostaria de trabalhar só na roça. Porque na roça, faz o serviço e ele fica feito. Na casa, faz e desmancha; todo dia tem que fazer a mesma coisa. Na roça também vem de tudo (os recursos, a sobrevivência) (Entrevistada 8) .

Se eu fosse escolher um trabalho, só escolheria o da roça, porque na hora que chegasse a casa, me deitava porque o serviço era um só. O homem trabalha, mas quando chega a casa, fica tranqüilo. O serviço de casa é direto, direto, não pára. A mulher que se vire quando o homem chega se quiser ajuda. Ainda tem umas mulheres que querem poupar o marido e não aceitam a ajuda dele. Aqui em casa, quando ele está, faz o serviço comigo (Entrevistada 9).

Eu prefiro o da roça, que é um serviço só. Eu digo: Quero ficar o dia todo na roça, mas não quero trabalhar em casa. Na roça, é um trabalho só; se é brocando, é só aquele. Não fico só na roça porque quem vai fazer o serviço da casa? Deixar a casa abandonada, ela vai virar um lixo (Entrevistada 11).

O trabalho da roça, embora seja muito pesado, é melhor do que o da casa. O trabalho da casa é pior porque todo dia é a mesma coisa. A mulher trabalha menos na roça do que o homem; ela ajuda porque se ela trabalhasse direto, ela se descuidaria da casa. A mulher, mesmo não trabalhando direto, menos tempo, ela também deveria ter um benefício (Entrevistada 7).

Eu gosto mais do trabalho da roça: é como se todo dia fosse uma coisa diferente. Não dá pra ficar direto porque quem vai fazer o serviço da casa? Quem vai lavar roupa? Cuidar da comida? Cuidar das crianças? Tem mulher que fica direto na roça, e a casa fica abandonada. Também não fico direto na roça porque não tem trabalho todo tempo na roça. Tem mulher que diz: “Minha casa não é arrumada porque eu só vivo na roça”. Ela não tem condições. Só se for uma máquina, um robô (Entrevistada 5).

O trabalho da roça, ele é melhor. Se a gente limpa um mato, ele fica limpo, e terminou o serviço. E dentro de casa, tem que varrer a casa duas ou três vezes. Às vezes, fico revoltada e digo que devia ter nascido homem. Pelo menos, tinha o nome de homem. Se fosse homem, não tinha tanta coisa para assumir. A mulher assume mais do que o homem porque ela tem a casa, a roça e os filhos (Entrevistada 6) .

Além de preferirem o trabalho na terra ao doméstico, as mulheres falam da importância que aquele tipo de atividade em suas vidas.

O trabalho da roça tem sempre valor. Tem pessoas que dão, e outras não. E tem mulher que trabalha mais do que o homem. Conto com a ajuda de quem pago. Acho que meu trabalho na roça é valorizado. Eu lucrei uns milhos muito grandes; aí, meu irmão disse: “Acho que você vai dar uma surra em muitos homens aqui”. O trabalho do homem tem mais valor porque ele sempre tem mais oportunidade do que a mulher. A mulher, por mais que faça, é mais esquecida. Isso é uma coisa antiga. As coisas da mulher são desvalorizadas (Entrevistada 6).

A roça tem uma grande importância para mim. É da roça que a gente tira o sustento. É do milho e do feijão e de outras coisas mais. Quando eu não puder mais trabalhar, vou sentir muita falta da minha roça. Comecei a trabalhar na roça com 5 anos. O trabalho da roça é pesado; só enfrenta quem tem coragem. Tem serviço na roça que o homem tem dificuldade para fazer. A minha roça é o lugar do meu sossego. Não escuto ninguém nem falo. Não tem ninguém para me aperrear. Às vezes, fico na roça, faço um fogo perto e boto uns milhos para assar, e nem vejo o tempo passar. Às vezes, minha tia me vê trabalhando e leva comida para mim. Alguns valorizam o trabalho da mulher na roça. Muitos não dão a mínima para a mulher que trabalha na roça. As mulheres que trabalham na roça valorizam muito (Entrevistada 1).

Enfim, o que foi retratado ao longo deste capítulo mostrou que a família agrícola trata de forma diferenciada o homem e a mulher, colocando-os em espaços diferentes na sociedade. Esse discriminar, repassado via socialização, é internalizado pela mulher e pelo homem, o que reflete o modelo de família da agricultura familiar com a ascensão do homem sobre a mulher. Embora isto ocorra, mudanças são percebidas nesse sentido. Mulheres agricultoras expressam como esse tratamento diferenciado é uma prática recorrente na família, mostrando, assim, como o processo de socialização se constitui numa forma de controle e discriminação social:

A mulher sofre mais discriminação dentro de casa. O homem sempre diz que faria melhor do que a mulher qualquer coisa que ele vá fazer. Ele quer sempre mais para ele. Ele nunca dá valor ao trabalho da mulher. Quando o homem é machista, a mulher é discriminada, é usada como objeto. Ele acha que o mundo é só dele, só para ele. Quando ele acha que só ele tem direito. A mulher não tem nem vez nem voz. A mulher é fogão e cama. É um objeto. É como um armário que só sai do lugar se alguém tirar. Meu marido faz um pouco disso aqui em casa. A mulher que vive debaixo dos pés do marido não tem conhecimento nem da vida dela (Entrevista 1).

Já quando a gente é pequena, já vê a diferença que os pais tratam os filhos. Menino é pra isso, menina é pra aquilo. Não tem lei que diga que menino pode namorar e menina não pode. Que menino pode fazer isso, e a menina, não. Aí, a gente casa. Se o marido faz as coisas, proíbe, a gente acha natural, deixa, se acomoda. É porque não tem a consciência da vida da gente, de mulher. Os homens são muito amarrados naquilo que eles aprendem desde pequeno, eles acham que a mulher é para cozinha e para cuidar dos filhos. Eles podem aprender tudo, nada é feio; se a mulher for aprender, aí, já mudou tudo. Quando a gente falou que ia fazer as hortas (Projeto da Diaconia), os homens diziam que duvidavam que desse certo porque as mulheres são muito preguiçosas. Um sócio da Associação disse na cara da gente que a gente era preguiçosa. Já faz três anos que as coisas estão mudando. As próprias mulheres diziam que a gente não tinha

ocupação. Ainda tem um monte de mulheres que ainda diz um monte de doidice (Entrevista 2).

A mulher é sempre discriminada. Tem muitos homens que discriminam as mulheres. Sempre são os daqueles tempos, os mais antigos. Até na roupa que a mulher veste eles mandam. Uma mulher casada não pode ir a uma festa; tem que ser com o marido. Tem muitos homens antigos daqueles tempos. Sempre existe de a mulher ser discriminada na própria família, pelo marido. Eu, graças a Deus, aqui não me sinto discriminada em nada. Aqui (casa) é direitos iguais. Não é a lei que diz os direitos são iguais? Ninguém me grita, ninguém me faz de bola porque eu não sou bola, nem eu faço ninguém de bola. É para combinar: “Vamos fazer assim? Vamos”. A mulher ser escrava do homem já está mudando, já tem muitas mulheres pensadas, sabidas. Na época da minha mãe, era pior; hoje, já está diferente. O homem tem que botar na cabeça que ele não é mais do que a mulher. E a mulher tem que botar na cabeça que é não menos do que o homem, nem também é mais do que ele (Entrevistada 14).

A mulher é discriminada pelos homens e até por mulheres mesmo. Eles não acreditam na capacidade da mulher, que a capacidade dela é igual a dele. Quando eu fui entrar na Associação, eu ouvia as pessoas dizerem: Um homem em 6, 8 anos, não fez nada. Que dirá uma mulher!” Acho que, em parte, esta discriminação vem da família... Mando meu filho enxugar as louças e ele diz que este não é serviço de homem, e eu digo que é de homem também. Minha filha vai jogar bola, e meu filho reclama e diz que é brincadeira de menino. Eu digo que é de menina também (Entrevistada 5).

O processo de socialização, que, nas palavras de Berger e Luckmann (1985), é iniciado pela interiorização, a apreensão ou interpretação imediata daquilo que é repassado via educação na família, leva agricultores e agricultoras a se situarem em espaços diferenciados, reproduzindo comportamentos discriminatórios de desigualdade de gênero. Porém, as agricultoras entrevistadas, conforme dito aqui, sinalizam para mudanças quando, na família, elas trabalham com os filhos os significados de ser homem e ser mulher.

É com base nesse modelo de família, em que o homem agricultor é diferenciado socialmente da mulher, que geralmente as políticas públicas e os programas sociais, como neste caso específico o Pronaf, desenharam seus planos de apoio aos agricultores. O resultado é a participação desigual das mulheres, sem que

haja critérios explícitos que impeçam a população feminina agrícola de se beneficiar do Programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises constantes deste estudo, constata-se que as desigualdades sociais entre homens e mulheres, construídas nas instituições sociais, foram comprovadas nas famílias das mulheres agricultoras do município de Afogados da Ingazeira- PE, inclusive nas famílias beneficiadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura – Pronaf, referência empírica da pesquisa. Nas famílias dessas mulheres, valores tradicionais são mantidos através da divisão sexual do trabalho e internalizados via processo de socialização, no qual essas desigualdades são reforçadas pela autoridade masculina.

A partir da divisão sexual de trabalhos na agricultura familiar, o homem é o responsável “natural” pelos negócios relacionados à atividade agrícola como, por exemplo, o cultivo da roça, a venda da produção, o acesso ao crédito rural e a participação em programas relacionados ao setor. A mulher, por outro lado, é a principal encarregada dos afazeres domésticos. Além destes, ela também participa dos trabalhos da terra, mas apenas na condição de ajudante do marido, pois as responsabilidades pelas atividades domésticas não permitem maior participação no dia a dia da roça. Pela responsabilidade assumida pelo homem na agricultura familiar, ele é quem está à frente das decisões a ela relacionada. Ele é autoridade maior na família. Sua condição de chefia dessa unidade, a partir da concepção de provedor, mantém-se mesmo estando temporariamente ausente do domicílio, e a mulher, assumindo a responsabilidade da família.

Na condição de ajudante na roça, a participação da mulher na agricultura familiar é invisível porque seu tempo foi socialmente determinado para ser utilizado na esfera doméstica. Conservando valores tradicionais da família, a mulher dificilmente

trabalha em roça de outros agricultores, a não ser na companhia do marido. Seu trabalho somente é intensificado na agricultura quando sua família é do tipo monoparental ou o cônjuge participa de outras atividades fora do setor em análise.

No entanto, a família rural, tal como a instituição familiar, de modo geral, está passando por processo de mudanças em cujo âmbito onde as relações de gênero, que são relações de poder, são redefinidas. Nesse contexto, os movimentos sociais e o Sindicato de Trabalhadores Rurais, através de suas lutas, vêm contribuindo para redefinir o espaço da mulher na família, com sua inclusão no âmbito público. As mudanças que acontecem nas famílias urbanas se manifestam nas congêneres rurais sob diversas formas: com a participação da mulher na chefia familiar, juntamente com o companheiro; a presença dos filhos e companheiro nas tarefas domésticas, ainda que em nível de ajuda, etc. A participação da mulher tanto na condição de representante de organizações, como Sindicato Rural e associações rurais, é indício de mudanças nas relações de gênero que merecem ser melhor investigadas nas ciências sociais.

Sinais de transformações ocorram na família das mulheres agricultoras, sobressaem elementos tradicionais, como já mencionado. A permanência desses valores não se limita ao espaço da família, pois influencia as decisões de políticas sociais dirigidas à agricultura familiar, como ocorre com o Pronaf. Este Programa, integrante das políticas públicas brasileiras, quando planejado, não incorporou a questão de gênero, desconhecendo as desigualdades sociais entre homens e mulheres, e agricultoras familiares. Entretanto, no decorrer do processo, o Ministério que abriga o Pronaf emitiu Portaria incluindo benefícios específicos para a mulher através da política de cotas de, no mínimo 30%, dos recursos do crédito destinados a ela. Porém, para o Município de Afogados da Ingazeira, essa política não funcionou, e como assinalado em linhas anteriores, e inclusive de maneira generalizada era desconhecida,

tanto pelas organizações participantes da operacionalização do Programa quanto pela própria agência financeira responsável pela liberação do crédito e, evidentemente, pelos agricultores.

Uma vez que a política de cotas não foi posta em prática pelo Pronaf, o maior número de beneficiados pela linha de crédito, ou seja, a maioria de inscritos pertencia ao sexo masculino. A preponderância do homem no Programa não significa que a mulher e os demais membros da família não tenham se beneficiado, pois, como é sabido, o crédito recebido pelo homem destina-se à agricultura de toda a unidade familiar. O que se quer dizer é que a ausência de uma política de gênero no Programa dificulta a oportunidade de a mulher participar do Pronaf na sua condição de agricultora, o que contribuiria para visibilizar sua integração real à agricultura familiar. Sua inclusão também lhe possibilitaria a oportunidade de adquirir autonomia na família através da geração de renda proporcionada pelos recursos da aplicação do crédito.

O desconhecimento das desigualdades de gênero por parte do Pronaf, embora não discrimine diretamente a mulher, porque não proíbe sua participação, são os homens que como algo lógico e naturalmente, demandam o benefício do crédito, uma vez que, tradicionalmente, pela divisão sexual do trabalho, o espaço público da produção agrícola pertence a eles. As mulheres participantes do Pronaf no Município de Afogados da Ingazeira, em sua quase totalidade, estavam inscritas no Programa não por iniciativa própria, mas como segunda opção da família, ou seja, o marido não estava interessado ou impossibilitado de tomar parte. Sendo assim, a participação da mulher no Pronaf não aconteceu por mérito do Programa, mas por decisão da família. Ela atua como intermediária do crédito para o homem, pois cabe a ele a administração dos recursos, embora a mulher participe e acompanhe sua aplicação, na medida em que

o empréstimo foi realizado em seu nome. As condições que levaram a maioria das mulheres a participar do Pronaf explicam certa apatia, demonstrada pelas agricultoras de Afogados em relação ao Programa.

O Pronaf, como política pública dirigida para aos agricultores familiares, ao não efetivar uma política específica de participação das mulheres, não ajudou a alavancar mudanças nas relações desiguais de gênero na área rural. Porém, o fato de pensar nas cotas para elas, já significa um passo que essas políticas públicas dão no sentido de visibilizar seu trabalho na agricultura familiar.

A contribuição mais efetiva às mudanças nas relações de gênero na família da mulher agricultora, no Município de Afogados da Ingazeira, tem vindo de outros processos sociais, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais e os movimentos sociais.

As desigualdades de gênero, evidenciadas por este estudo, nas famílias das mulheres agricultoras e na instituição Pronaf fundamentam-se, segundo Joan Scott (1989), em atributos culturais e simbólicos socialmente construídos nas relações sociais, que são relações de poder. E conforme analisado na pesquisa, essas relações são suscetíveis a mudanças, ainda que em estágios iniciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. Evolução do Emprego Feminino e Equidade de Gênero na América Latina: avanços e permanências nos anos 90. In COSTA, Ana Alice; ÁVILA, Maria Betânia, LIMA, Maria Edinalva Bezerra de; SOARES, Vera; MILLEIRO, Waldeli P. (orgs). *Um debate crítico a partir do Feminismo: Reestruturação Produtiva, Reprodução e Gênero*. São Paulo: CUT, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Rocicleide. As relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In.: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP; CEDEPLAR/UFMG. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Bases para a formulação da Política Brasileira de Desenvolvimento Rural*. Relatório Final. Primeira versão. Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento. Brasília, setembro de 1998. Mimeo.

AGUIAR, Neuma. Casa e Modo de Produção. In: AGUIAR, Neuma (org). *Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984.

ALBUQUERQUE, Lígia; RUFINO, Izaura. *O Projeto Asa Branca: uma experiência de perenização de rios*. Recife: 1988. Mimeo.

ALMEIDA, Marli e SANTOS Graciete. *As relações de gênero na agricultura familiar*. Cadernos - diagnóstico 1. Diagnóstico do Pajeú/Pernambuco, 2003.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. *O planejamento de pesquisas qualitativas em educação*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo (77): 53-61, maio 1991.

ALVES, Branca M. e PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo?* Coleção Primeiros Passos. n. 4. Editora Brasiliense, 1981.

ALVES, Maria de Fátima Paz. *E homem trabalha que nem a gente? Um estudo sobre relações de gênero e trabalho feminino numa comunidade rural do Agreste pernambucano*. Recife, 1996. Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFPE.

ÁLVARES, Maria Luiza Miranda. Mulher e participação na política. In.: FERREIRA, Mary Fernandes (org). *Mulher, gênero e políticas públicas*. São Luís: Grupo de Mulheres da Ilha: Núcleo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa Mulher, Cidadania e Relações de Gênero - UFMA; Salvador: REDOR, 1999.

AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras. *Políticas Públicas para mulheres no Brasil: balanço nacional cinco anos de Beijing*. Brasília: AMB, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ANDRADE, Thaís de Lourdes Correia de Andrade. *A propriedade da terra no Sertão do Alto Pajeú*. Boletim sobre População Emprego e Renda no Nordeste. Recife: SUDENE: Fundação Joaquim Nabuco, v. 4 n. 2/3 maio/dez, 1985.

ARAÚJO, Clara. Ações Afirmativas como estratégias. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G.(orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

ARRIAGADA, Irma. Mujeres rurales de America Latina e el Caribe: resultados de programas y proyectos. In: GUZMÁN, Virginia; POTOCARRERO, Patricia; VARGAS, Virginia (orgs). *Una nueva lectura: género en el desarrollo*. Entre Mujeres. Flora Tristán Ediciones. Peru, 1991.

BARBIERI, Teresita de. *Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica*. Recife: S.O.S Corpo, 1993.

BELINK, Walter; GRAZIANO DA SILVA, José; TAKAGI, Maya. O que o Brasil pode fazer para combater a fome. In: *Combate à pobreza rural*. TAKAGI, Maya; GRAZIANO DA SILVA, José; BELINK, Walter. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*; tradução de Sérgio Milliet. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERQUÓ, Elza. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In. BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: Ed.34, 2002.

Boletim Informativo da Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste. *Mãos Femininas. Preservando a Cultura*. Recife, dezembro de 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999a.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999b.

BRUMER, Anita e GIACCOBO Elisa. A mulher na pequena agricultura modernizada no Rio Grande do Sul. Trabalho apresentado no III Encontro Regional –Sul do Projeto

de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura, Porto Alegre, 27 e 28 de setembro de 1990. Mimeo.

BRUMER, Anita. *Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul*. Trabalho apresentado no XXII Congresso Internacional da Latina American Studies Association (LASA), Hyatt Regency Miami, 16 a 18 de março de 2000. Mimeo.

_____. *Mobilização de Mulheres no Campo no Rio Grande do Sul*. Trabalho apresentado no XII Encontro da ANPOCS, Águas de São Pedro, 25 a 28 de outubro de 1988. Mimeo.

BRUSCHINI, Cristina e ROSEMBERG, Fúlvia. *Trabalhadora do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sociais sobre relações de gênero. In.: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

BUTTO, Andréa. Gênero, família e trabalho. In.: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatu (orgs.). *Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do rio bonito*. Coleção Documentos Brasileiros. Dirigida por Afonso Arinos de Melo Franco. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1964.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASA DA MULHER DO NORDESTE. Breve Histórico da Casa da Mulher do Nordeste. Recife, 2003. Mimeo.

_____. Mãos Femininas. Preservando a cultura. Boletim Informativo da Rede de Mulheres Produtora do Nordeste- Recife, dezembro de 2002.

CASTRO, Mary; LAVINAS, Lena. Do Feminismo ao Gênero: a construção de um objeto. In.: Uma questão de gênero. COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CASTRO, Mary. Perspectiva de Gênero e Análises sobre Mulher e Trabalho na América Latina: Ensaio/ Notas sobre Impasses Teóricos. In.: SCOTT, Russell Parry (org.). *Pesquisando Gênero e Família. Revista de Antropologia*. Série Família e Gênero vol.1, nº 2. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Editora Universitária, 1996.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Revista Semestral abril de 1997, número 8.

_____. *Ajuda e Trabalho: a subordinação da mulher no campo*. Trabalho apresentado no Congresso da ANPOCS, 1981. Mimeo.

_____. *Herança e gênero entre agricultores familiares*. Revista Estudos Feministas. V. 9 n. 1/2001. CFH/CCE/UFSC. Santa Catarina.

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano - COMDRUR. Afogados da Ingazeira- PE.

CORBUCCI, Regina Célia. *Algumas Reflexões sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. No 2 e 3. vol 25 maio/dez 1995.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas do poder. Mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA - Assembléia Legislativa da Bahia. 1998.

COUTO, Márcia Thereza. *(Re) definindo espaços: mulheres, ação política e relações de gênero*. Recife, 1996. Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFPE.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan S.A, 1991.

DEMO, Pedro. *Política Social, Educação e Cidadania*. 6ª edição. São Paulo: Papirus, 2003.

DIACONIA. *Convivendo com o semi-árido. Manejos de recurso hídricos*. Série “compartilhando experiências” n.o 1. 2002. Cartilha

_____. *Projeto de apoio emergencial a comunidades rurais atingidas pela seca no Nordeste Semi-Árido Brasileiro*. Março/1998. Digitado.

DURAN, Maria Angeles. *A dona de casa. Crítica política da economia doméstica*. Ed Graal. Rio de Janeiro. Coleção Tendências; V.5. 1983.

Empresa de Abastecimento e Extensão Rural do Estado de Pernambuco - EBAPE. Plano Municipal da EBAPE, 2002. Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária. Governo do Estado de Pernambuco.

Empresa Pernambucana de Turismo – EMPETUR. Inventário do Potencial Turístico de Pernambuco, Afogados da Ingazeira, 1996.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Global, 1984.

FALEIROS, Vicente de Paula. *O que é política social?* . – São Paulo: Brasiliense, 5ª edição, 1991.

FIPE. Fundação Instituto Pernambuco. Governo do Estado de Pernambuco. Série Monografias Municipais. Afogados da Ingazeira, 1991.

FISCHER, Izaura, MELO, Lúgia. *O Trabalho Feminino: efeitos da modernização agrícola*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1996. (Estudos e Pesquisas; n. 90).

FISCHER, Izaura Rufino. *A Trabalhadora Rural: conscientização política e social na empresa agrícola*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 2000. (Estudos e Pesquisas; n. 103).

FLORES, Murilo. Apresentação. In.: ABRAMOVAY, Ricardo (org). *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998.

FONTE, Eliane Maria Monteiro da. *Public Policies and Private Gains: Integrated Rural Development in North-East Brazil*. London, 1996. Thesis of Doctor Social Policy and Administration. University of London.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 3ª ed., 1982.

FRASER, Nancy; NICHOLSON, Linda. Social Criticism Without Philosophy: An Encounter between Feminism and Postmodernism. In.: NICHOLSON, Lida. *Feminism / Postmodernism*. New York, London: Routledge, 1990.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista. In.: SOUZA, Jessé (org). *Democracia Hoje: Novos desafios para a Teoria Democrática Contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Multiculturalidad y equidad entre los géneros: un nuevo examen de los debates en torno a la "diferencia" en EE.UU.* Revista do Ocidental. Madrid, Espanha n. 173. Outubro de 1995.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GARCIA, Jr. Afrânio Raul; FRANCE, Marie; HEREDIA, Beatriz M. Alasia. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma. *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984.

GARCIA, Jr. Afrânio Raul. *O Sul Caminho do Roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasil D.F: Editora Universidade de Brasília; MCT – CNPQ. 1989.

GERGEN, Mary M. Rumo a uma Metateoria e Metodologia Feministas nas Ciências Sociais. In: GERGEN, Mary M. (Ed). *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; Brasília: Edumb, 1993.

GIDDENS, Antony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora: UNESP, 1991.

_____. *A terceira via. Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

_____. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOLDANI, Ana Maria. *A crise familiar no Brasil hoje*. Revista Travessia. São Paulo: ano V, n. 9, jan/abr., 1991.

_____. *As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação*. Cadernos PAGU, Campinas, São Paulo, n.1, 1993.

GOMÁRIZ, Enrique. Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. Ediciones de las Mujeres N. 17, 1992

GOMES, Aldenôr. *Características e transformações no rural do Rio Grande do Norte*. Fevereiro de 1999. Mimeo.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. 2ª ed. rev. – 1ª reimpressão. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2002. (Coleção Pesquisas, 1).

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural a Pós – Modernidade; tradução : Thomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 3. ed. – Rio de Janeiro: DP & A, 2001.*

HARDING, Sandra. Feminism, Science, and the Anti-Enlightenment Critiques. In.: NICHOLSON, Linda. *Feminism / Postmodernism*. New York, London: Routledge, 1990.

HEILBORN, Maria Luíza. Legado feminista e ONGs de mulheres: notas preliminares. In: *Gênero e desenvolvimento institucional em ONGs*. Rio de Janeiro, IBAM/ ENSUR/NEMP; Madrid, Instituto de la Mujer, 1995.

HEREDIA, Beatriz Maria de Alásia. *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979.

HIRATA, Helena. Vida Reprodutiva e Produção: família e empresa no Japão. In: *O Sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1986.

_____. *Divisão Sexual do Trabalho: novas tendências e problemas atuais*. In: *Gênero no Mundo do Trabalho: I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil*. Brasília, DF: CIDA - Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional, maio de 2000.

_____. *Nova Divisão Sexual do Trabalho. Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. Perdizes, SP: Boitempo Editorial, 2002a.

_____. Reestruturação produtiva, cidadania e gênero. In: COSTA, Ana Alice; BETÂNIA, Maria; LIMA, Maria Edinalva Bezerra de; SOARES, Vera; MILLEIRO, Waldeli P.. *Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero*. São Paulo, SP: CUT, 2002b.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Sinopse Estatística do Município de Afogados da Ingazeira. Rio de Janeiro, 1948.

_____. Censos Demográficos de Pernambuco. 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 2000.

Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária - INCRA. Divisão Territorial de Pernambuco com Indicação das Mesorregiões, Microrregiões Geográficas e Municípios, com os Respectivos Códigos, FMP (Fração Mínima de Parcelamento) e MF (Módulo Fiscal).

JARA, Carlos Júlio. *O PCPR: Finalidades e Perspectivas*. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. PRORURAL. Julho/agosto de 1997.

JACOBSON, Jodi L. *Discriminación de género: un obstáculo para un desarrollo sostenible*. Bilbao, 1994.

JORNAL FÊMEA. CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Brasília, nov. 2000.

LAMARCHE, Hugues (coord). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

LEBRUN, Gerard. *O que é poder?* São Paulo: Brasiliense, 1999. – Coleção Primeiros Passos. 2ª reimpressão da 14ª ed. de 1995.

LENGERMANN, Patrícia; NIEBRUGGE-BRANTLEY, Jill. Teoria Feminista Contemporânea. In.: RITZER, George. *Teoria Sociológica Contemporânea*. 3ª edição: Mc Graw-Hill, Intamerica, Espanha, S.A. 1993.

LOBO-SOUZA. Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: SP. Editora Brasiliense. 1991.

_____. *Experiências de mulheres. Destinos de gênero*. Revista Tempo Social. USP, São Paulo, 1 (1): 169-182. 1 sem. 1989.

LYPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Leda Maria Vieira. *A incorporação de gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios*. São Paulo: Annablume, 1999.

MANZINE-COVRE. Maria de Lourdes. A família, o “feminino”, a cidadania e a subjetividade. In.: A família contemporânea em debate. Organizadora: Maria do Carmo Brant. São Paulo: EDUC/ Cortez editora, 1997.

MARX, Karl. O Capital v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MELO, Ligia Albuquerque. *A Realidade da Produtora Rural na Seca Nordestina*. Revista NEGUEM, Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher. Universidade Federal de Uberlândia-MG. Primeiro Semestre de 2002a.

_____. *A exclusão de gênero no Programa Brasileiro de Combate aos Efeitos da Seca*. Revista de Ciência e Trópico- Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Volume 30, número 1 jan/jun 2002b.

MELLO, Sylvia Leser de. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: *A família contemporânea em debate*. Organizadora: Maria do Carmo Brant. São Paulo: EDUC/ Cortez editora, 1995.

MENDES, Mary Alves. *Estudos Feministas: entre perspectivas modernas e pós-modernas*. Cadernos de Estudos Sociais – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Instituto de Pesquisas Sociais. Vol.18, n.2, jul/dez, 2002.

_____. *Mulheres no Prezeis: conquistando a cidadania e redefinindo as relações de gênero*. Recife, 2000. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFPE.

MEYER. Dagmar Estermann. *Do poder ao gênero: uma articulação teórica - analítica*. Porto Alegre, 1995.

MIGUEL, Ana de. Feminismos. In: *10 palabras claves sobre mujer*. Navarra, Eud. 1995.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOSER, Caroline. La planificación de género en el tercer mundo: enfrentando las necesidades prácticas y estratégicas de género. In: GUZMAN, Virginia, PORTOCARRERO, Patrícia, VARGAS, Virginia. *Una nueva lectura: género en el desarrollo*. Entre Mujeres. Flora Tristan Edicions. Peru, 1991.

NEPP - UNICAMP. Programa de Apoio à Gestão Social no Brasil. Subcomponente: Desenho e implantação de estratégia de avaliação. Avaliação qualitativa de Programas sociais prioritários. Síntese dos principais resultados da pesquisa de campo. Campinas, janeiro de 1999.

NEVES, Delma Peçanha. *Agricultura familiar: artimanhas da classificação*. À Margem, Niterói, n.3, 1994.

OUTHWAITE, William, BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PARSONS, Talcoltt. *Ensayos de teoría sociológica*. Editorial Paidós, Buenos Aires, 1954.

PAULILO, Maria Ignez. *Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio*. PPGSP/UFSC, Cadernos de Pesquisa, n. 21, junho de 2000.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Tradução Roberto Leal Ferreira.- São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.- (Prismas).

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras*. Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra, 1981.

Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Afogados da Ingazeira. Digitado, 1997.

PRADO, Danda. O que é família? Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores - PT, 2002.

Pronaf. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Brasília, jun/1996.

_____. Pronaf 2000 - Ação em Pernambuco. Governo do Estado de Pernambuco.

_____. Secretaria de Agricultura Familiar. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano de Trabalho Específico. Maio /2000.

PORTELLA, Taciana; BLOCH, Didier; CASTELO BRANCO, Telma. *Projeto Viúvas da Seca*. Recife, 1994. *Unpublished manuscript*.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. Pesquisa social: métodos e técnicas. – São Paulo: Atlas, 1989.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In.: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997.

ROSA, Sueli L. Couto. Os desafios do Pronaf. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. No 2 e 3. vol 25 maio/dez 1995.

ROSALDO, Michelle. O uso e abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intelectual. Revistas Horizontes Antropológicos, 1995.

ROUSSEAU, Jean Jacques. O Contrato Social. 4. ed São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas: conceitos básicos. Banco Interamericano de Desarrollo, Instituto Latinoamericano para el Desarrollo Social – INDE. Curso de Directivos en Diseño e Gestión de Políticas e Programas Sociales. Washington, D.C., 1997.

SACKS, Karen. Engels revisitado: a mulher, a organização da produção e a propriedade privada. In *A mulher, a cultura e a sociedade*. Organizadoras: Michelle Rosaldo e Louise Lamphere. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

_____. *O poder do macho*. - São Paulo: Moderna, 1987.

_____. *Primórdios do conceito de gênero*. Campinas: SP. Publicação do Pagu. 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme do Santos. A trágica condição da política social. In.: ABRANCHES, Sérgio Henrique, SANTOS, Wanderley Guilherme, COIMBRA, Marcos Antônio. *Política social e combate à pobreza*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

SARTI, Cyntia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. - 2. ed. ver. - São Paulo: Cortez, 2003.

SEGALEN, Martine. *Sociologia da família*. Primeira edição portuguesa: Terramar, junho de 1999.

SERRACENO, Elena. *O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia*. Unine, CRES, 1996.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica*. Recife, SOS/CORPO, 1989.

_____. *A cidadã paradoxal: as feministas e os direitos do homem*; tradução de Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SCOTT, R. Parry. Patriarcalismo e idéias salvacionistas. In.: SCOTT, Russell Parry; ZARUR, George (org.). *Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

_____. *Família, Gênero e Saúde na Zona da Mata de Pernambuco*. Anais XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: ABEP, 1998. Publicação em CD ROM.

_____. *O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiência do domínio doméstico*. Caderno de Pesquisa., São Paulo (73): 38: 47, maio 1990.

SECRETARIA JUDICIÁRIA. Tribunal Regional Eleitoral. Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação. Seção de Biblioteca e Editoração. Estatística do Eleitorado Brasileiro (por região, estado e municípios pernambucanos). Eleições 2000. Recife, 2000.

SPÓSITO, Maria Encarnação. *Capitalismo e urbanização*. E. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 1989.

SULLEROT, Evelyne. *História e sociologia do trabalho feminino*. Tradução: Antônio Sales. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1970.

TABAK, Fanny. *O perfil da vereadora brasileira*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Núcleo de Estudos sobre a Mulher, 1987.

THAYER, Millie. *Feminismo Transacional: re-lendo Joan Scott no Sertão*. Revista Estudos Feministas – Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC. Vol. 9, n.1 /2001.

TEIXEIRA, Zuleide Araújo. *Perspectiva de gênero na produção rural*. IPEA, Brasília, 1994.

VICIOSO, Chiqui. *Mulher e desenvolvimento: o que significa ver a mulher como sujeito*. Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM. Escola Nacional de Serviços Urbanos. Núcleo de Estudos Mulheres e Políticas Públicas. Rio de Janeiro, 1991.

YOUNG, Kate. *Reflexiones sobre cómo enfrentar las necesidades de las mujeres*. In: GUZMÁN, Virginia, PORTOCARRERO, Patrícia, VARGAS, Virginia. *Una nueva lectura: género en el desarrollo. Entre Mujeres*. Flora Tristan Ediciones. Peru, 1991.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo*. Estudos Sociedade e Agricultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro. N. 15, outubro de 2000.

_____. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: *Para Pensar: outra agricultura*. Curitiba, PR: Editora da UFPR, 1998.

_____. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. Congresso Internacional de Americanistas. Quito, Equador jul/1997.

WEBER, Max. *Economía y Sociedad*. México-Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1964.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Herdeiros, parentes e compadres*. Ed. Hucitec Ltda. São Paulo/ ENDUNB. Brasília, 1995.

WOORTMANN, Klaas. *A família das mulheres*.- Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.

PÁGINAS CONSULTADAS E DOCUMENTOS OBTIDOS ATRAVÉS DA INTERNET.

www.sudene.gov.br

www.asabrasil.org.br

www.diaconia.org.br

www.tse.gov.br

www.ibge.gov.br

[www. projetodomhelder.org.br](http://www.projetodomhelder.org.br)

www.pronaf.gov.br

ANEXO

CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS ENTREVISTADAS

Entrevistada	Idades (anos)	Nível de instrução	Participação no Pronaf	Estado civil*	Nº de filhos**	Participação em Organizações Sociais	
						Sindicato	Associações
1	46	Até 4ª série	Não	Casada	7	Sim	Não
2	38	Médio	Não	Casada	3	Sim	Sim
3	43	Até 2ª série	Não	Casada	3	Não	Sim
4	61	Até 4ª série	Não	Casada	5	Sim	Sim
5	30	Até 5ª série	Não	Casada	4	Não	Sim
6	41	Até 4ª série	Sim	Divorciada	2	Não	Sim
7	55	Até 5ª série	Sim	Casada	8	Não	Não
8	37	Até 4ª série	Sim	Casada	2	Não	Não
9	65	Até 4ª série	Sim	Casada	5	Não	Sim
10	67	Médio	Sim	Casada	3	Não	Não
11	55	Até série	Sim	Casada	4	Não	Sim
12	50	Analfabeta	Sim	Casada	6	Não	Não
13	45	Até 4ª série	Sim	Casada	3	Não	Não
14	28	Até 4ª série	Sim	Casada	1	Não	Não
15	69	Até 1ª série	Sim	Casada	2	Não	Não
16	57	Até 4ª série	Sim	Casada	4	Sim	Sim
17	41	Até 4ª série	Sim	Casada	4	Não	Sim
18	50	Até 4ª série	Sim	Casada	1	Não	Sim
19	40	Até 4ª série	Sim	Casada	3	Não	Não
20	52	Médio	Sim	Casada	2	Não	Não

Sim = 20% | Não = 50%

Fontes: Pesquisa direta

* O estado civil formal (casamento civil) ou informal (união consensual)

** Total de filhos, incluídos os não residentes com a entrevistada